





A situação dos reformados foi discutida no Seixal, num debate com a participação de Carlos Carvalhas

## RESUMO

### 15 Quarta-feira

O PCP apresenta no Parlamento a sua proposta de pergunta para o referendo europeu ■ O Governo apresenta o Orçamento de Estado para o próximo ano na Assembleia da República ■ O relator da comissão parlamentar de inquérito sobre o aval do Estado à UGT considera que o processo não possuiu rigor e transparência ■ No Congo, as forças do ex-presidente Nguesso anunciam a tomada de Brazzaville e de Ponta Negra ■ Na Rússia, a Duma decide adiar a votação de uma moção de censura ao Governo proposta pelo Partido Comunista, depois do pedido de Ieltsin ■ Um atentado com um carro armadilhado em Colombo, no Sri Lanka, faz vinte mortos ■ Os prémios Nobel da Física e da Química distinguem um conjunto de seis cientistas de diversos países.

### 16 Quinta-feira

Álvaro Cunhal debate a «Actualidade do Ideal Comunista», em Santa Maria da Feira ■ Na Assembleia da República, o ministro das Obras Públicas ameaça que, se as portagens da região Oeste forem abolidas, o novo aeroporto de Lisboa não será construído ■ Um estudo sociológico do CIES revela que um terço dos portugueses é pobre ■ As autoridades de Angola admitem o seu envolvimento na crise do Congo, invocando o «direito de perseguição» contra as infiltrações em Cabinda ■ O Parlamento italiano aprova uma moção de confiança ao Governo de Prodi ■ O Irão acusa os Estados Unidos de «espionar» as manobras iranianas em curso no Golfo Pérsico.

### 17 Sexta-feira

O Sindep e a Fenprof rejeitam as propostas de avaliação de docentes e de reestruturação da carreira apresentadas pelo Ministério da Educação ■ A baixa de Aveiro é inundada, devido à ocorrência de marés vivas ■ O comissário europeu responsável pela indústria, Martin Bangemann, critica fortemente as intenções da França e de Itália de implantar as 35 horas de trabalho e não baixar os salários ■ Três portugueses são evacuados do Congo para o Gabão ■ Congressistas norte-americanos disponibilizam-se para apoiar Portugal para travar a violência em Timor-Leste ■ As forças de Sassou Nguesso tomam o poder, no Congo ■ Os restos mortais de Che Guevara são enterrados em Santa Clara, Cuba.

### 18 Sábado

Carlos Carvalhas participa no encontro do PCP sobre os reformados e as eleições autárquicas, realizado no Seixal ■ O mau tempo assola todo o país, afectando especialmente a zona de Lisboa ■ Na capital, as estações de metro da Pontinha e de Carnide são inauguradas ■ Dezenas de crianças entre os 12 e os 15 anos de idade discutem o trabalho infantil, em Braga ■ O secretário-geral da OUA pede a retirada de todas as forças estrangeiras do Congo, repetindo o apelo da ONU ■ Mais cinco portugueses chegam ao Gabão vindos do Congo.

### 19 Domingo

Em Lisboa, a estação de metro da Alameda é praticamente destruída na sequência de um incêndio que provocou dois mortos e elevados estragos materiais ■ O agricultor Júlio Sebastião, que integrava a comissão contra as portagens na região Oeste, morre num acidente de trabalho ■ O PP vence as eleições autárquicas da Galiza, enquanto o Bloco Nacionalista Galego fica em segundo lugar ■ Realizam-se eleições presidenciais no Montenegro.

### 20 Segunda-feira

António Guterres inicia uma visita oficial a Angola ■ Os pilotos da TAP, na assembleia geral do SPAC, convocam greve de 24 horas a todos os voos «a efectuar no dia seguinte à realização do voo entregue a outras companhias» ■ A Faculdade de Medicina Dentária da Universidade de Lisboa homenageia o seu reitor, Meira Soares ■ Encerra a Feira do Livro de Frankfurt ■ É inaugurado em Telavive o Centro Peres para a Paz.

### 21 Terça-feira

Carlos Carvalhas participa num debate promovido pelo PCP sobre «Banca e Seguros», em Lisboa ■ Em Angola, António Guterres propõe tripla aliança com Portugal: pelo trabalho comum no seio da comunidade de língua portuguesa, pela defesa e afirmação da língua portuguesa e pelo desenvolvimento económico ■ Parlamento Europeu rejeita pedidos de suspensão da imunidade parlamentar do eurodeputado António Campos ■ Enfermeiros iniciam acção de protesto contra o comportamento da ministra da Saúde em relação à classe (Ordem dos Enfermeiros), com reuniões de duas horas ■ Convite de Romano Prodi a Suharto para visitar Itália levanta neste país grande polémica.

## EDITORIAL

# Autárquicas em aceleração

Com o termo do prazo para a apresentação das listas, ocorrido no passado dia 20, o processo das autárquicas completa uma primeira fase e passa a uma nítida aceleração.

A CDU já se pode regozijar por ter apresentado listas a todos os órgãos municipais do Continente e por ter apresentado mais listas para as assembleias de freguesias do que nas últimas eleições autárquicas.

Tudo indica que foram assim alcançados, no essencial, os objectivos que tinham sido fixados para esta primeira fase do processo autárquico pela Conferência Nacional do PCP, efectuada em Abril, e pelo Manifesto da CDU, tornado público em Maio.

Este resultado significa que foram apresentados pela CDU qualquer coisa como cerca de 50 mil candidatos o que implica um espantoso esforço por parte das organizações do PCP e dos activistas do PEV, da ID e dos independentes que trabalham na Coligação Democrática Unitária.

Trata-se também de um número revelador da importância das eleições para os órgãos do poder local como um vastíssimo processo democrático participativo, onde a CDU, coligação aberta, com imensa experiência e provas dadas, desempenha um papel sem paralelo.

Apresentadas as listas, salvo alguns pequenos problemas que os processos burocráticos podem suscitar, toda a atenção deve convergir agora para a sua popularização e para a mais ampla divulgação da obra da CDU na concretização do seu lema histórico - Trabalho, Honestidade e Competência - e das suas propostas para o próximo mandato de acordo com a palavra de ordem: «CDU - para fazer o que é preciso».

A aceleração do processo autárquico significa, então, para a CDU a intensificação do esclarecimento através da popularização das listas, do reforço da propaganda, das sessões e comícios e, sobretudo, do intenso diálogo directo com as populações.

É nesta linha que ganham plena significação as próximas grandes iniciativas da CDU onde se destacam o comício do Coliseu, em Lisboa, no próximo dia 25, e a «jornada nacional de esclarecimento», fixada para decorrer durante toda a primeira semana de Novembro.

A aceleração do processo autárquico exige também vigilância redobrada sobre o comportamento do Governo PS.

É por demais flagrante o uso e o abuso, por parte do Governo, dos poderes, do aparelho e dos recursos do Estado para favorecer os interesses eleitorais do PS e desfavorecer as outras candidaturas, especialmente as da CDU.

Os ministros, e o próprio primeiro, passeiam-se pelo país de mão dada com autarcas e candidatos PS prometendo mundos e fundos e nalguns casos até distribuindo cheques e benesses. Destacados candidatos do PS põem condições ao Governo para concretizarem as candidaturas, como se fosse tudo deles. Os governos civis substituem-se às concelhias do PS na convocação de iniciativas para apresentação dos candidatos rosa, como comprovadamente aconteceu em Portalegre.

Ao mesmo tempo, o Governo e a administração central sob o seu controlo criam toda a espécie de dificuldades às autarquias das oposições, nomeadamente às da CDU, multiplicando inquéritos e sindicâncias, arranjam os mais diversos incidentes burocráticos em relação a obras da competência

das autarquias e retardam as obras da sua competência para comprometer as autarquias aos olhos da população.

A grande protecção governamental não tem impedido, contudo, que venham a público alguns dos podres do «mundo autárquico» do PS. O «caso Saleiro» abafado durante tantos meses acabou por rebentar revelando um verdadeiro escândalo que envolve não só a figura de um «autarca-modelo» do PS mas um actual governador civil. Veio igualmente a lume a «negligência fiscal» do Presidente da Câmara de Cascais, José Luís Judas, que, segundo a imprensa, se esqueceu de pagar impostos no montante de 3 mil contos. Também o «arranjinho» de Mértola, que assentava na não apresentação da candidatura do PSD à câmara deste município, acabou por estoirar sendo agora os candidatos do PSD que, depois da reviravolta, vêm confirmar que a candidatura PS «se destina a favorecer interesses particulares» e que a não concorrência do PSD era uma forma de «favorecer interesses económicos subjacentes», que a voz popular identifica com os interesses de Champalimaud neste concelho.

A nova toada do discurso de António Guterres procurando retirar às autárquicas a sua especificidade da escolha da melhor gestão para os municípios e as freguesias e tentando convertê-las em mais uma pugna entre Governo e as oposições deve traduzir estas dificuldades crescentes com que se debate o complexo «mundo autárquico» do PS, em várias regiões do país.

É então importante lembrar ao primeiro-ministro uma fase lapidar do seu «pacto de legislatura». Diz assim: «Os governos do PSD puseram o aparelho de Estado ao serviço do partido da maioria. O abuso do poder, o tráfico de influências e a corrupção abalaram gravemente a confiança dos cidadãos no sistema político e nas instituições democráticas.»

Como ganham actualidade estas palavras agora aplicadas à governação PS!

A aceleração das autárquicas chama também com muita força a atenção para os procedimentos da comunicação social. Este processo eleitoral não beneficia como se sabe do regime de tempos de antena, o que torna ainda mais imperioso que haja da parte dos diferentes órgãos de comunicação social, que não só os do sistema público, um grande respeito pelo princípio da igualdade de tratamento das diferentes candidaturas.

São realmente importantes a nível local, regional e nacional os debates que ponham em confronto candidatos, projectos de gestão e perspectivas políticas em que se enquadram, mas seria condenável que a pretexto destes debates fossem feitos por grandes órgãos de comunicação o apadrinhamento e a popularização de algumas candidaturas e a discriminação e o silenciamento de outras e até com o risco da escolha nada ter a ver com as reais influências no terreno. Por exemplo, o figurino de debates a dois já ensaiado pela SIC, pode parecer a esta estação televisiva muito defensável do ponto de vista da guerra de audiências em que está empenhada, mas favorece a manipulação do público e conduz a uma grave violação do princípio da igualdade de tratamento das diferentes candidaturas.

Pela importância que revestem para o País, para as populações e para o próprio regime democrático, envolvendo centenas de milhares de candidatos, as eleições autárquicas são merecedoras de um procedimento da comunicação social que respeite a sua especificidade e genuinidade, que não perturbe mas incentive o imenso processo participativo que elas representam.

## Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Socorro Pereira Gomes  
1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Socorro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,  
7.º A, 1100 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47058.  
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE'S  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.º A,  
1100 Lisboa  
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira:  
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra  
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B L. 227 — 4470 Maia  
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1100 Lisboa  
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1100 Lisboa  
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão  
Heska Portuguesa, SA  
R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora  
Depósito legal nº 205/85

### TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

## ACTUAL

## A fulminante estacada

No decorrer da sua visita à Feira de Frankfurt, o Presidente da República observou, a dada altura, «ser possível investir mais na promoção da cultura portuguesa no estrangeiro». Parece-me lícito concluir que tal afirmação pressupõe o reconhecimento da existência de algum investimento nessa promoção e sublinha a necessidade de se investir mais. Assim sendo, estou em crer que a opinião expressa por Jorge Sampaio há-de merecer a quase total concordância de todos os portugueses preocupados com a defesa, valorização e promoção da cultura portuguesa. Não obstante, o comentário do PR foi considerado «desnecessário» pelo cada vez mais lamentável PM que aí temos.

Presentemente na Alemanha, na mesma altura, o engenheiro Guterres considerou que «não havia necessidade» de o PR dizer o que disse e, categórico e definitivo, decretou que «o investimento na divulgação da nossa produção cultural tem aumentado de forma significativa nos últimos tempos». Mesmo dando de barato que assim seja, coloca-se a questão de saber

onde é que, no comentário do PR, isso é contestado e o que é que torna o dito comentário «desnecessário». A não ser que o PM considere que o PR deve pedir-lhe autorização sempre que queira expressar a sua opinião...

É claro que nada disto valeria fala se não se tratasse de exemplo concreto de um estilo que o PM vem cavalgando insistentemente e se traduz numa postura arrogante e autoritária de senhor incontestável e todo poderoso. As suas observações impertinentes ao comentário do PR foram feitas naquele seu jeito de ser diácono Remédios: severo, desagradado, agastado, abespinhado. E, obviamente, fora de tom: o PR falou de cultura, o PM sacou insolência; o PR manifestou uma opinião, o PM recusou-lhe esse direito. A verdade é que o engenheiro Guterres deslocou-se à Alemanha por razões outras que não Helmut Kohl e a fotografia tirada à saída da reunião desnuda-lhe subserviência q.b. para envergonhar a cultura portuguesa... É justo referir, no entanto, que o Primeiro-Ministro logrou encontrar algum espaço para a cultura na sua recheada agenda: fez «uma visita relâmpa-

go a Frankfurt»; «atravessou rapidamente os stands portugueses»; vangloriou-se do prestígio dos escritores portugueses representados na Feira; observou, viril, que «Portugal espetou uma estaca sólida no centro da Europa»... enfim e utilizando um critério oposto ao que utilizou na apreciação ao comentário do Presidente da República Portuguesa, confidenciou embevecido que Kohl, «o próprio, lhe manifestara a sua surpresa pelo êxito de Portugal na Feira», êxito que – sempre segundo «o próprio» – «ultrapassou o de países mais ricos...». Não é surpresa o enlevo com que Guterres trata a «surpresa» de Kohl. Também a «surpresa» de Kohl não surpreende. Na verdade, é uma evidência que «o próprio» jamais leu qualquer autor português, além de que o engenheiro Guterres constitui a única ligação da cultura portuguesa a Kohl...

Assim, o chanceler foi o tradicional patrão paternalista e Guterres soube estar, sorriu, curvou-se e, reverente, agradeceu. Ou seja: desferiu-lhe a fulminante estacada.

■ José Casanova

## Dois assuntos

Primeiro assunto: em artigo no «Semanário», Barros Moura veio considerar que a pergunta do PCP para o «referendo europeu» é tendenciosa e que a pergunta do Governo é que seria a mais adequada e a melhor.

Outra coisa não seria de esperar de quem, quando em 1992 defendeu um referendo sobre Maastricht, em vez de afirmar que o objectivo do referendo seria o povo pronunciar-se acrescentando depois legitimamente que ele e os seus amigos fariam campanha pelo sim, fazia sempre questão de insistir que esse referendo era «a maneira de legitimar democraticamente e sem equívocos a melhor opção para Portugal, isto é, a União Europeia» (DN Magazine, 14/6/92). E que, por isso, na mesma época não se ralou nada com o facto de, antes da consagração desse referendo (que aliás veio então a ser recusada), PS e PSD se terem posto logo a adaptar a Constituição às imposições de Maastricht.

Outra coisa não seria de esperar de quem volta a escrever agora que a consulta de que se fala «continua a ser necessária para reforçar a legitimidade democrática das decisões oportunamente tomadas pelos órgãos da democracia representativa» mas - atenção, muita atenção! - «sem no entanto reabrir a discussão (sobre) e sem pôr em causa cada uma (d)as decisões precedentemente tomadas nos termos constitucionalmente idóneos para vincular o Estado português».

É claro que só podemos ficar gratos por esta magnífica confissão de que, na óptica do Governo e do PS, o referendo sobre matéria europeia não é para permitir pôr eventualmente em causa seja o que for de verdadeiramente importante, é apenas para legitimar os rumos já decididos e para que alguns fiquem com a fama de ter feito um refe-

rendo sem que o povo português possa ficar com o proveito de soberanamente ter decidido sobre alguma coisa clara, decisiva e substancial para o seu futuro colectivo.

Para isto, tem Barros Moura toda a razão: não há melhor pergunta que a do Governo.

Segundo assunto: não há ponta de novidade no que vem a seguir mas se certos truques intoleráveis se mantêm apesar de todas as críticas já feitas, então não há outro remédio senão... falar da última sondagem «Público/Universidade Católica» que, muito oportunamente, apresentou o PS na casa dos 47% de intenções de voto. E dela falarmos criticamente, sem ficarmos condicionados pelo facto de a CDU até sair dela em subida e com 9,6%.

É que o «Público» voltou a escamotear aos seus leitores a informação sobre quantos por cento disseram «não saber» ou «não responder» e a esconder os chamados «resultados brutos», isto é, as intenções de voto efectivamente expressas num universo em que também entram os «indecisos». E, por esta via, os únicos resultados que publicitou foram os que resultam da técnica de distribuição dos que «não sabem» ou «não respondem» na proporção das opções expressas, ou seja, pôs mais uma vez a falar quem não quis deliberadamente falar, e a escolher quem propositadamente não quis escolher. É isto que permite que o PS possa aparecer com 47% quando, de outra maneira, apareceria para aí com uns 33%, mas isso não causaria nenhum «frisson» nem dava jeito.

■ Vítor Dias

RÚSSIA  
Barões ladrões

Polvo Russo foi o título escolhido pelo *Financial Times* para um editorial (11.8.97), onde se fala da pilhagem da propriedade estatal em curso na Rússia ieltsiniana. O motivo próximo desse editorial foi a privatização do grupo mineiro Norilsk, «o maior produtor mundial de níquel». A história conta-se em poucas palavras: a gestão da Norilsk já havia sido entregue há dois anos a um grande grupo económico russo, o Oneximbank. A organização do leilão de privatização coube a Oneximbank. E o grupo vencedor foi... o próprio Oneximbank! Segundo o *FT*, «o preço pago pelo Oneximbank, foi muito inferior ao valor das acções no mercado (...) neste aspecto, a privatização da Norilsk não foi, infelizmente, diferente da privatização da maioria das grandes indústrias extractivas russas. Os concorrentes frustrados (...) têm pouco direito moral para protestar, uma vez que beneficiaram de negociatas semelhantes no passado. As perdas para o Estado russo deste abuso do processo de privatizações têm sido imensas e contribuíram significativamente para a sua actual crise fiscal».

Não seria preciso atravessarmos fronteiras para ouvir histórias destas. Nem talvez o vetusto jornal da City londrina estaria tão indignado se no final da história a Norilsk tivesse ido parar a outras mãos... Mas o que torna este editorial instrutivo são as verdades que se vão dizendo quando as comadres se zangam. Repare-se neste mimo: o *FT* considera ser ainda cedo para o Oneximbank cantar vitória, pois embora tenha «grande poder», é também «vulnerável», e se apoiar «um candidato perdedor nas próximas eleições presidenciais, então os vencedores poderão provocar grandes prejuízos ao Oneximbank (...) E os outros magnatas também podem vir a sofrer. Eles gostam de se comparar aos «barões ladrões» [*robber barons* em inglês] da América do século XIX, que mais tarde se tornaram pilares respeitáveis da sociedade; mas esses homens não eram nem por sombras tão politicamente vulneráveis».

O jornal britânico não achou oportuno relembrar-nos a ingerência massiva do capital internacional nas últimas eleições russas, garantindo que os «barões ladrões» russos pudessem continuar a roubar impunemente. E dispensa-nos a história dos «barões piratas», dos «barões traficantes de ópio» (de que já falamos nesta mesma coluna) e de outros semelhantes «barões» que mais tarde se tornaram «cidadãos respeitáveis» do Império Britânico. Mas lembra-nos a violência e ilegalidade do processo de concentração do capital que levou os Estados Unidos à fase imperialista de desenvolvimento. Lembra-nos que esses magnatas – como os Rockefellers – se vieram a tornar «pilares respeitáveis da sociedade». E que já o deviam ser na altura, pois ao contrário dos seus actuais émulos russos, tinham as costas politicamente quentes.

O tema parece apaixonar. O recente relatório do Banco Mundial «O Estado num Mundo em mudança» também fala da Rússia de hoje e dos «barões ladrões». A discussão é resumida por um comentarista da Rádio Europa Livre numa nota com o título «A Moscovo de hoje não é a Chicago de ontem». Diz esse comentarista: «O relatório distingue o capitalismo «barões ladrões» nos EUA daquilo que designa por «capitalismo ladrão» [*robber capitalism* em inglês] na Rússia. No caso dos EUA, os empresários da parte final do Século XIX construíram enormes empresas industriais, frequentemente à margem da lei, mas criando algo de valor real para a sociedade. No caso russo, vários ex-dirigentes do PC e gestores económicos privatizaram a economia Soviética em proveito pessoal, vendendo bens em vez de criá-los e exportando capital em vez de criá-lo».

As classes dirigentes mundiais discutem com a impunidade «pós-queda-do-Muro» quais de entre eles são os mais ladrões, e quais os mais barões. Numa coisa, porém, estão de acordo: não há dinheiro para os direitos de quem trabalha. Ficamos a perceber porquê.

■ Jorge Cadima

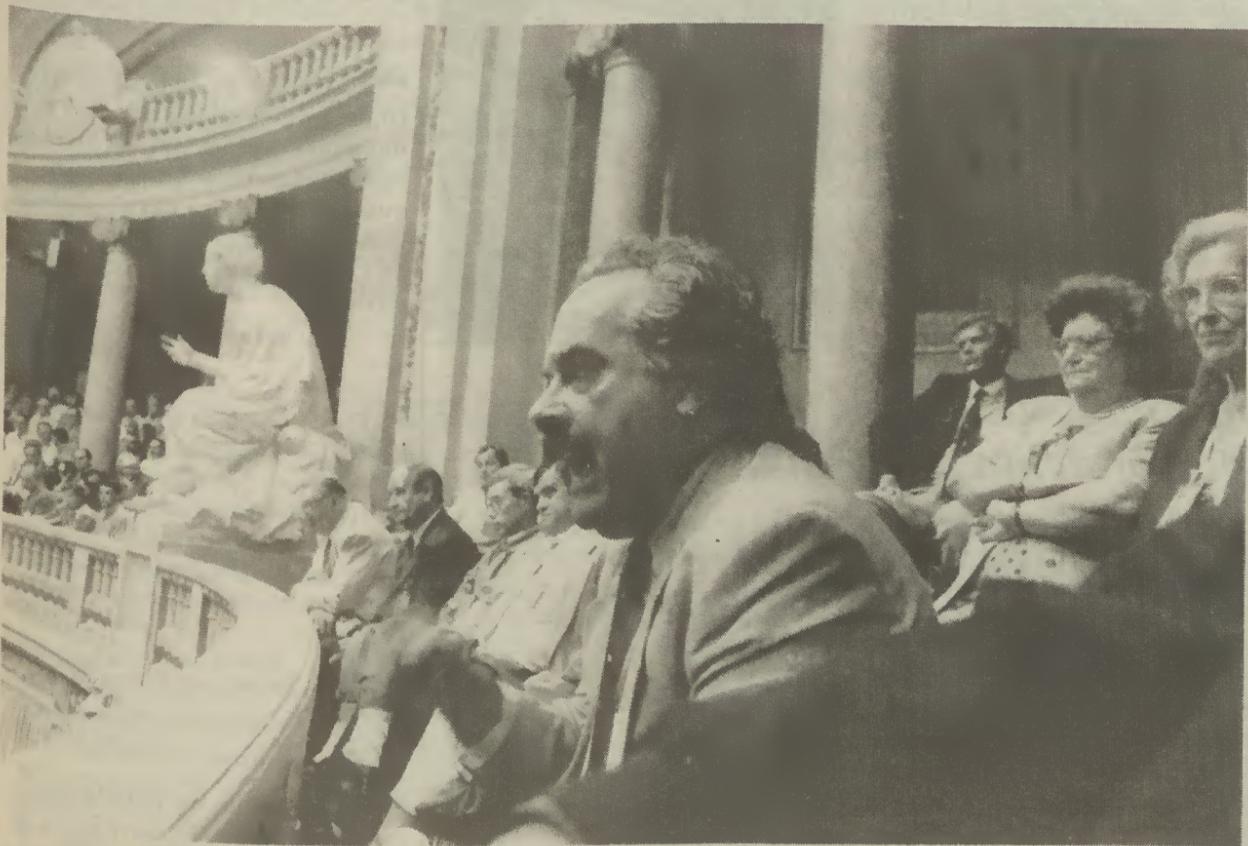


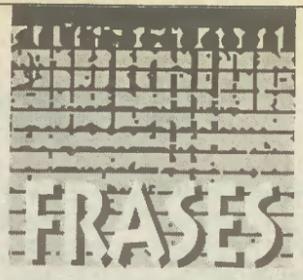
Foto: Jorge Caria

Bocas – de galeria. Um ex-deputado do PSD no coro

SEMANA

Privatizações colocam receitas fiscais em risco

Durante as jornadas fiscais do Fórum Social, Manuel Sousa Meireles, director dos serviços do IRC (Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas), fez uma intervenção a título pessoal onde alertou que as privatizações afectam as receitas fiscais, confirmando o que há muito é dito pelo PCP. A razão é simples: são as empresas públicas que contribuem com o grosso da fatia do IRC - em 1995 só algumas delas pagaram 141 milhões de contos contra uns magros 61 milhões de contos de uma miríade de empresas privadas. Com a continuação das privatizações, as empresas ainda na posse do Estado passam à «lógica» privada da evasão fiscal deste imposto, o que faz automaticamente diminuir estas receitas. Os exemplos avançados por Meireles são elucidativos: «Em 1985, as duas maiores empresas, que são públicas, apresentaram um IRC líquido de cerca de 88 milhões de contos (24,2 por cento do total), enquanto que 209.254 sociedades (98,7 por cento do total) apresentaram um IRC líquido de apenas 62 milhões de contos (17 por cento do total), discrepância que se tem agravado nos últimos três anos. Neste quadro, o actual director dos serviços do IRC defende a utilização de mais «métodos indiciários» e a criação de um imposto mínimo sobre os activos brutos, de modo a combater a evasão das empresas privadas ao IRC.



“Não posso assistir de braços cruzados, impávido e sereno, a que se esteja a pretender passar uma imagem de descoordenação e de falta de dinamismo (no apoio da aliança PSD/PP à candidatura do general Carlos Azeredo à presidência da CM do Porto).”  
(Manuel Monteiro, Diário de Notícias, 19.10.97)

“Se Manuel Monteiro disse aquilo que lhe atribuem então é o mesmo que dar uma punhalada em público em candidaturas que ele e o PP se comprometeram a apoiar.”  
(Marcelo Rebelo de Sousa, Diário de Notícias, 20.10.97)

“Nunca me senti só e para desfazer certas atoardas que andam por aí, quero dizer que tenho o apoio total dos dois partidos da coligação e, em particular, dos seus líderes.”  
(General Carlos Azeredo, O Diabo, 21.10.97)

“Monteiro “a leste” das autarquias.”  
(Título do Diário de Notícias, 20.10.97)

“Desafio o Ministro Jorge Coelho, que tem falado dos autarcas da CDU e afirmado que o seu prestígio se deve apenas a propaganda, a comparar os números oficiais do seu próprio Governo numa área como, por exemplo, a do saneamento.”  
(Carlos Carvalhas, Diário de Notícias, 19.10.97)

“Para que não restem dúvidas, o secretário-geral do PCP desfiou alguns exemplos: Almada (90 por cento da população servida por saneamento) contra Matosinhos (70 por cento); Amadora (99 por cento) comparada com o Porto (78 por cento); Loures (97 por cento) muito à frente de Gaia (30 por cento); Seixal (96 por cento) bate Santo Tirso (30 por cento). E, já que estava em Gondomar (câmara governada pelo PSD), também apresentou o valor local: 50 por cento.”  
(Diário de Notícias, idem)

“À excepção de alguns ministros, como Jorge Coelho, que tem tido um papel excepcional, ao nível de outros gabinetes ministeriais não há qualquer abertura para o diálogo com militantes do partido organizados nas secções de acção sectorial.”  
(João Proença, militante do PS líder da UGT, idem)

“Tendo nós pela frente um programa tão ambicioso para Portugal, temos de ter pessoas que sejam competentes e que se identifiquem com o programa do PS.”  
(Maria João Rodrigues, independente, ministra do Emprego no Governo PS, idem)

“Mário Soares está choné”  
(Alberto João Jardim, Diário de Notícias, 19.10.97)

“Os deputados do PSD/Madeira vão viabilizar o OE porque eu já disse que iriam viabilizá-lo.”  
(idem ibidem)



Novas ameaças de greve na TAP

O Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil (SPAC) decide em assembleia geral a entrega à administração da TAP de um pré-aviso de greve de 24 horas por cada voo TAP que não seja feito pela transportadora aérea nacional. A origem deste novo conflito entre o SPAC e a administração da TAP é atribuída à decisão desta última em ceder à Air Madeira as operações que realiza na linha Lisboa-Toronto e Lisboa-Montreal, como contrapartida pela venda à Air Madeira do último dos aparelhos menos rentáveis da TAP, os Lockheed. Este negócio surge com alguns elementos de

estranheza, nomeadamente o de a Air Madeira não ter licença de operadora, constando que, a partir dos primeiros dias de Novembro, irá funcionar com o certificado da Air Luxor. Francisco Felgueiras, vice-presidente do SPAC, afirmou que «está convocada uma greve de 24 horas a todos os voos a efectuar no dia seguinte à realização do voo entregue a outras companhias», enquanto o ministro da tutela, João Cravinho, se demarca do negócio realizado e que, aparentemente, está na base deste novo conflito. «Se a administração da TAP mudou uma rota, isso é da sua responsabilidade, disse o governante, enquanto o seu gabinete acrescentava posteriormente que «são estratégias comerciais que a TAP entende tomar e que responderá por elas».



Grave acidente no Metro da Alameda

Um provável curto-circuito terá estado na origem do violento incêndio que destruiu parte da antiga estação do Metropolitano de Lisboa da Alameda, na confluência entre a Avenida Almirante Reis e a Alameda D. Afonso Henriques.

O desastre provocou dois mortos, ambos trabalhado-

res (um, servente ao serviço dos trabalhos de ampliação que ali decorrem, e o outro funcionário da empresa do Metropolitano), elevadíssimos prejuízos materiais ainda não calculados e um decorrente atraso nas obras que ali decorrem para a construção da nova linha que ligará a Alameda à Gare do Oriente, na Expo'98. Esta linha do Metropolitano ficou interrompida, tendo a empresa recorrido a transportes alternativos por autocarro. O acidente coincidiu com as violentas chuvas que se abateram sobre Lisboa no passado fim-de-semana, o que dificultou ainda mais o trânsito na zona.

Nacionalistas galegos aumentam votação

O PP voltou a vencer as eleições autárquicas na Galiza com 51,5 por cento e elegendo 41 deputados, menos dois do que anteriormente. Manuel Fraga Iribarne, ministro da Informação e Turismo do regime de Franco e ministro do Interior do primeiro Governo da Monarquia, voltará a ocupar o cargo de Presidente do Governo Regional, agora com menos apoio do eleitorado. O Bloco Nacionalista Galego, com 25,5 por cento, foi o segundo partido mais votado pelos cerca dos 66 por cento de eleitores inscritos que participaram no escrutínio, contando com 15 deputados (mais quatro). A coligação do PSOE, da Esquerda Unida Galega e Os Verdes ficou com 19,4 por cento e 15 lugares.



Carreira Bom suspenso no Expresso como castigo por delito de opinião

O patriota

AFECTOS  
A redacção do Expresso decidiu suspender a publicação da crónica semanal de João Carreira Bom no Expresso, como castigo por delito de opinião.

João Carreira Bom, que há anos mantém uma crónica semanal no Expresso, foi esta semana suspenso pelo director deste semanário, José António Saraiva, que lhe transmitiu a decisão por escrito. A causa desta suspensão prende-se

com a última crónica de João Carreira Bom publicada no jornal, que tinha por tema a programação da estação de Carnaxide e onde, a dada altura, afirmava que «o presidente da SIC fornece aos telespectadores portugueses os produtos objectos de que eles

necessitam. Está para a Televisão como o sr. Jacques Rodrigues esteve para a Imprensa». José António Saraiva - que teve conhecimento antecipado do teor do artigo sem que isso tivesse tido qualquer consequência visível na sua publicação - explicou posteriormente ao Diário de Notícias as suas razões para a suspensão aplicada ao cronista após a publicação do texto em questão: «Pelo teor da crónica, considerei que se tratava de um artigo que abandonava a fronteira da opinião para

entrar no domínio da ofensa pessoal», acrescentando que «não se pode ser tão violento com a pessoa que fundou o jornal». Recorde-se que Pinto Balsemão é proprietário tanto do semanário Expresso como da empresa de televisão SIC.



## III Encontro Nacional de Reformados

**E**ram cerca de 200 e deslocaram-se de vários pontos do País para dar a sua opinião sobre as formas de luta e de organização que os reformados devem assumir para melhorar a situação de pobreza, carências e exclusão social que quase generalizadamente marca as suas vidas. E como intervir no processo eleitoral em curso, com vista a alterar essa situação. Foi assim o III Encontro Nacional do PCP sobre a Luta dos Reformados e as Eleições Autárquicas de Dezembro de 1997 que, no sábado passado, durante todo o dia, decorreu na Sociedade Timbre Seixalense, cujos trabalhos foram encerrados pelo Secretário-geral do PCP (com intervenção que em separado se transcreve).

Nada, nem o tremendo temporal que ao longo do dia se abateu sobre todo o país, particularmente sobre a zona sul do Tejo, impediu os reformados comunistas de se deslocarem ao Seixal para dizer de sua justiça. E de forma variada, mas sempre viva, expuseram, ao longo de cerca de 30 intervenções, sem preconceitos ou falsos pudores, a marginalização que os estigmatiza, as carências que os tolhem, a solidão que os amargura, a revolta que os inunda, a determinação que os move. A sua indignação e os seus ataques foram, porém, fundamentalmente virados contra o Governo socialista, para quem os reformados são números e não pessoas.

A ofensiva desencadeada contra o desmantelamento da Segu-

rança Social, a crescente desresponsabilização do Estado das suas funções sociais e a entrega à gestão privada dos sectores mais rentáveis por ele promovida, foram algumas das principais acusações feitas pelos reformados comunistas ao Governo do PS, a quem primeiramente responsabilizam pela transformação da «velhice» numa «fonte de exploração e de lucro».

São cerca de dois milhões e 500 mil reformados e pensionistas que, em Portugal, auferem pensões extremamente baixas, anulamente acrescidas de valores totalmente irrisórios. A agravar uma situação já de grande privação, pesam ainda a inexistência de apoio médico domiciliário e mesmo a ausência de assistência

### Uma experiência que conta

Já em Novembro de 1996, o II Encontro Nacional de Reformados do PCP tinha decidido «tudo fazer» para defender a Segurança Social Pública, nomeadamente batendo-se pela garantia de direitos; pela melhoria e elevação das prestações; pela concretização da universalidade; pela autonomia, descentralização e participação; pelo reforço e adequação do financiamento.

Hoje, na Resolução aprovada pelo III Encontro, os comunistas mantêm a decisão de tudo continuar a fazer para que a Segurança Social Pública de Solidariedade entre as gerações se mantenha como «património sagrado» dos trabalhadores e da população em geral. Para tanto, definiram como medidas prioritárias designadamente o estabelecimento de uma política económica e social, baseada na correcta distribuição da riqueza e dos recursos nacionais, de uma forma mais equitativa e justa; a reposição dos direitos adquiridos e que foram retirados aos reformados; um Serviço Nacional de Saúde que assegure a eficiente prestação de medicina preventiva, curativa e de reabilitação, apoiada em serviços de geriatria; o cumprimento integral pelo Orçamento do Estado da transferência das verbas que são da sua inteira responsabilidade para a Segurança Social.

Quanto às próximas eleições autárquicas, a Resolução considera que os reformados, pensionistas e idosos «têm razões para apoiar e votar na CDU», para trabalhar no sentido «de reforçar as maiorias que a Coligação já detém e eleger novos mandatos».

Para isso, apontaram a necessidade da realização de sessões de esclarecimento da CDU nas Associações e Centros de Convívio e de Dia; da feitura e distribuição de documentos específicos para os reformados; do aproveitamento da experiência e conhecimento dos reformados sobre os problemas locais, de forma a contribuir para enriquecer os programas eleitorais e aumentar a votação na CDU, de reforçar o Poder Local Democrático e participativo.



# A velhice não pode ser «fonte de lucro»

médica, os elevados custos dos medicamentos, a falta de habitação condigna e de apoios sociais, entre outras carências.

Às imensas promessas feitas pelo PS e não cumpridas, contrapuseram alguns participantes as várias iniciativas do PCP na Assembleia da República, em defesa desta imensa e desfavorecida camada da população. Outros, nas suas intervenções, abordaram o papel do PCP na organização dos reformados em defesa de uma segurança social pública.

Na mesa que presidia aos trabalhos do Encontro encontravam-se, aliás, alguns dirigentes nacionais do PCP, responsáveis por esta

frente de trabalho, deputados e dirigentes sindicais que ouviram atentamente as questões levantadas e intervieram colocando outras, designadamente a necessidade de o Partido dar mais atenção à luta dos reformados.

«Ser velho não é uma peste» dizia, entretanto, uma mulher a quem a idade não tinha tirado a enorme vitalidade que a caracterizava. «Não podemos dizer, como alguns: *a minha vida está feita, agora é com os outros*. Eu sou responsável por três gerações e, principalmente por isso, não podia hoje ficar em casa. Tinha de estar aqui, ao lado dos outros reformados e do partido que luta contra a exploração».

Outro interveniente referiu a imensa obra das autarquias CDU em prol dos reformados e idosos: «as autarquias CDU são as que mais e melhores centros de dia ou de convívio possuem». Aliás, muitos reformados integram as listas CDU, lembrou, chamando a atenção para o importante papel que estes podem ter no esclarecimento sobre os benefícios que para os mais idosos adviriam da eleição de comunistas e seus aliados para as autarquias.

«Nós, os mais velhos, é que temos que alertar os mais novos», dizia ainda outro participante. «Os reformados não se podem deixar enganar com alguns tostões que em vésperas de eleições o

Governo lhes dá. Porque o pouco que nessa altura lhes dá, imediatamente a seguir lhes tira, com os aumentos de produtos e bens essenciais», dizia outro. Os alertas e os apelos sucediam-se.

«Vamos votar consciente/ Voto eu e votas tu/ Por um Portugal melhor/ Vamos votar CDU», cantou, por fim, uma mulher mais afoita, que nestas coisas elas sempre se destacam.

Cerca das 17 horas, e antes da intervenção de encerramento proferida por Carlos Carvalhas, a mesa pôs à votação a Proposta de Resolução que, enriquecida com algumas alterações surgidas no decurso dos trabalhos, foi aprovada por unanimidade e aclamação.

### Carlos Carvalhas no Seixal

## Pobreza e exclusão social atingem milhares de reformados

Na intervenção de encerramento dos trabalhos do III Encontro Nacional dos Reformados (de que se transcreve extractos), o Secretário-geral do PCP denunciou as reformas de indigência que os portugueses usufruem e a falta de cumprimento pelo Governo do PS das promessas que, quando na oposição, havia feito. E considerou: «os reformados merecem que a sociedade não os olhe como

um encargo. Têm o direito que lhes seja retribuído com justiça a contribuição que deram à sociedade. Têm o direito a ter condições de vida com dignidade».

(...) Muito foi prometido aos idosos. E todos aqueles que acreditaram na mudança sentem-se hoje defraudados e desencantados.

O que tem havido é retórica e propaganda. A maioria dos pensionistas recebe pensões de indigência.

Durante os dois anos de governação socialista a situação não se alterou. O último aumento na pensão social mínima, por exemplo, não dá sequer para pagar mais um café diário. E podia dizer-se que foi assim porque não há dinheiro para mais. Mas é falso. Há dinheiro na segurança social e há dinheiro no Orçamento de Estado, basta olhar para o saldo de mais de 60 milhões de contos na segurança social ou no Orçamento para o exemplo dos 200 milhões de contos de benefícios fiscais às grandes empresas, que vão ser absorvidos no essencial pela banca e pelos seguros, ou olhar para os 60 milhões dados aos latifundiários do Alentejo ou para o perdão da dívida aos Açores e à Madeira, ou para as negociatas do Autódromo, Lisnave e Tróia ou para a fuga ao fisco e ao súbito enriquecimento dos senhores Damásios e Saleiros deste país...

Mas o governo PS tal como o anterior vê em cada reformado não um ser humano, com a sua dignidade e os seus direitos, mas apenas um voto, um eleitor, a ser lembrado no discurs-



## Carlos Carvalho no Seixal

so e em medidas em boa parte demagógicas em ano de eleições.

As baixas pensões que atingem milhares de reformados portugueses atiram muitos deles para a exclusão social e para a pobreza.

É uma situação inaceitável. Como é inaceitável que o PS na oposição tenha levantado a sua voz contra a anulação pelo governo de Cavaco Silva de direitos adquiridos após o 25 de Abril e que agora no governo os confirme, desonrando os seus compromissos. Estão neste caso, entre outros, a reposição da idade da reforma das mulheres dos 65 para os 62 anos, ou a anulação do actual cálculo das pensões que impõe mais quatro anos de trabalho para os reformados virem a receber o mesmo...

E, para limitar a capacidade reivindicativa dos idosos, o governo engrossa ainda as campanhas catastrofistas sobre a segurança social acompanhando as linhas de ataque das seguradoras privadas que querem a sua privatização e ficar com o que é mais lucrativo.

Foi no sentido de minorar a gravíssima situação de muitos idosos que propusemos em Junho um aumento intercalar de três mil escudos em todas as pensões inferiores ao salário mínimo nacional. Um aumento modesto que, conforme demonstrámos, era perfeitamente suportável pela segurança social, sem necessidade de qualquer transferência do Orçamento de Estado.

**Mantemos esta reivindicação e defendemos que este aumento deveria ser adicionado à actualização anual a fazer em sede de Orçamento.**

Esta é uma medida social e economicamente justa, socialmente justa porque aliviaria um pouco, milhares e milhares de idosos e economicamente justa porque alargaria o mercado interno e seria um factor de dinamização da actividade económica. No mesmo sentido, defendemos o abaixamento das tarifas de electricidade que ao preço actual contém um autêntico imposto que os consumidores estão a pagar para facilitar a privatização da EDP.

É um escândalo, como é um escândalo o aumento das tarifas telefónicas que se está a preparar para o princípio do ano, após as eleições, em consequência da privatização da Portugal Telecom.

A acentuação das desigualdades e a concentração da riqueza (10% da população concentra quase metade da riqueza) e a extensão da pobreza onde se contam milhares de reformados são factos que não se podem eludir e que testemunham a natureza de uma política.

Os reformados merecem que a sociedade não os olhe como um encargo. Têm o direito que lhes seja retribuído com justiça a contribuição que deram à sociedade. Têm o direito a ter condições de vida com dignidade.

Mas os problemas dos reformados ultrapassam a questão das pensões.

**É para muitos, o problema da habitação degradada, do isolamento, da dependência, do não aproveitamento das suas capacidades e experiência, da sua marginalização.**

É o problema dos cuidados de saúde para uma camada que por força da idade mais acrescidamente deles se socorre.

E nesta área temos os elevados preços dos medicamentos, as insuficientes participações da segurança social e as dramáticas situações de reformados a comprarem só uma parte da receita por não ter meios para o restante. Temos as filas de espera, o deficiente apoio domiciliário e o abandono a que muitas vezes são votados os idosos.

### O Estado deve assumir as suas responsabilidades

É necessário inverter este estado de coisas. É preciso dar resposta urgente aos milhares de reformados e idosos que desde a madrugada se perfilam à porta dos centros de saúde para obterem uma consulta. É necessário alterar a situação no Serviço Nacional de Saúde, estabelecendo um plano de emergência em relação aos problemas de acessibilidade aos centros de saúde e unidades hospitalares.

Mas há também toda a questão da fruição cultural, da recreação, isto é, do acesso à cultura, ao desporto e ao turis-

mo e também do papel que o Poder Local pode desempenhar na melhoria da qualidade de vida do idoso. E neste aspecto seguramente que as autarquias CDU têm tido uma acção destacada, uma constante preocupação em contribuir para a humanização da vida dos idosos e reformados.

E creio que é de destacar o papel das autarquias CDU no fomento do associativismo, através do estímulo à constituição de Associações de Reformados, em programas de construção e instalação de centros de dia e de convívio e nas acções culturais e recreativas. Hoje, nas autarquias CDU estão em funcionamento mais de duas centenas de centros de convívio, e, instalações complementares que beneficiam milhares de reformados e, dirigidos por uma gestão democrática das próprias organizações de reformados. Esta é uma realidade indelével.

As autarquias CDU, ao nível das suas possibilidades e responsabilidades, têm feito mais e melhor que o governo. Mas é ao governo que compete, é a administração central que dispõe dos meios e dos serviços, para resolver os problemas fundamentais dos idosos.

O governo e a sociedade não podem fechar os olhos ao isolamento, ao abandono e aos magros rendimentos a que estão sujeitos muitos e muitos reformados.

**O governo não se pode desresponsabilizar das suas obrigações sociais, nem se pode esconder em medidas de mero efeito publicitário ou eleitoralista.**

**Os problemas dos idosos são problemas de toda a sociedade mas são também problemas que, de maneira particular, devem ser assumidos com seriedade pelo Estado.**

Na nossa sociedade em que o lucro é cada vez mais a medida de todas as coisas, descontando a hipocrisia do discurso, parece que os idosos estão a mais, que são um fardo...

Pela nossa parte, nas autarquias, na Assembleia da República



e no Parlamento Europeu, nas instituições e fora delas tudo faremos para que seja feita justiça aos reformados, para que o Outono da vida seja um Outono com calor humano e bem-estar. Mas é também necessário que os reformados tenham cada vez mais consciência da força social que são e das potencialidades que se abrem se organizados, para poderem fazer valer os seus direitos.

Nós temos dado testemunho na nossa prática quotidiana que não precisamos dos actos eleitorais para nos lembrarmos dos reformados, dos marginalizados ou dos mais carenciados na sociedade.

Nós não precisamos dos actos eleitorais para procurarmos dar resposta aos problemas mais sentidos pelos reformados e idosos.

Nós não precisamos dos actos eleitorais para darmos voz às reivindicações e aspirações daqueles que a não têm.

Nós temos dado provas que temos estado na primeira linha do combate em defesa dos trabalhadores e do povo, dos seus direitos, do seu nível de vida, das suas justas reivindicações e aspirações.

Creio que não merece contestação a afirmação que os reformados só têm a ganhar dando, com a sua opinião, o seu contributo político e também com o seu voto mais força ao PCP e à CDU lá onde estamos em maioria ou em minoria (...)

## Sobral de Monte Agraço

# Carlos Carvalho pede transparência

No domingo, em Sobral de Monte Agraço e na Arruda dos Vinhos, Carlos Carvalho, interveio sobre a obra da CDU e a sua gestão autárquica e abordou a situação da agricultura e dos agricultores e da economia do país.

Chamando ainda a atenção para a inaceitável utilização do aparelho do Estado pela parte do PS para efeitos eleitorais, o Secretário-geral do PCP deu

vários exemplos. Sobre o caso de Mértola, designadamente, referiu-o «como um caso claro de grandes interesses que não estão interessados em ter regras claras e uma gestão honesta nas câmaras, mas sim em ter os seus mandatários para se servirem do povo e do concelho».

Carvalho leu aos presentes o que dizia a imprensa, citando José Luís Arnault, o candidato de última hora do PSD que acu-

sou o PP de pretender a coligação com os sociais-democratas em Mértola para avaliar uma proposta eleitoral que se destinava unicamente a defender “os interesses económicos”, manifestando-se contra os objectivos “perversos” do projecto eleitoral do PP dizendo que “Mértola não está à venda”.

Face a estas notícias, Carvalho desafiou Marcelo Rebelo de Sousa a ser transparente e a

dar o exemplo, já que no dia anterior tinha pedido transparência e exigido a demissão de um conhecido presidente de Câmara pela “fuga” ao fisco, tendo deixado as seguintes questões:

“Quem são esses grupos económicos que a proposta eleitoral do PP se destinava unicamente a defender?”

Quais são os objectivos perversos do projecto eleitoral do PP?

Quem é que queria comprar Mértola?”

A terminar, Carlos Carvalho, lembrando o cheque que Champalimaud exigiu de volta ao PP por este partido não ter apoiado Cavaco Silva nas Presidenciais, concluiu dizendo que ou muito se enganava ou então PSD, PS e PP, algum deles ou todos juntos ainda teriam também de devolver o cheque (...)



Em Sobral de Monte Agraço, Carlos Carvalho participou num almoço-convívio de candidatos e activistas da CDU...



... e, em Arruda dos Vinhos, na apresentação pública dos candidatos da CDU.

## Mértola

# Confirmam-se as acusações do PCP

A recente candidatura do PSD à Câmara e Assembleia Municipais de Mértola, protagonizada por José Luís Arnaut e Teresa Patrício Gouveia, para além de constituir uma reviravolta na campanha autárquica do concelho, vem dar razão às acusações do PCP que, nomeadamente através do seu secretário-geral, Carlos Carvalhas, denunciou o acordo entre PS, PP e PSD para favorecer o candidato socialista no concelho.

Recentemente, Carlos Carvalhas afirmou em Mértola que as eleições estavam «mascaradas». «Um partido que tem votos, o PSD, não concorre, enquanto outro, o PP, que não tem votos, concorre». E acrescentou: «Um enigma que é fácil de ser desvendado. Como se diz aqui em Mértola, Champalimaud ditou a solução e está directa ou indirectamente a apoiar a campanha do PS».

Surpreendendo tudo e todos, eis que o «braço direito» de Marcelo Rebelo de Sousa vai a Mértola confirmar que era ele o cabeça de lista ao concelho, pretendendo assim, segundo disse, «responder a tantas e inadmissíveis pres-

sões», acrescentando que «uma aposta forte do PSD era a resposta adequada».

E vai mais longe ao acusar o Partido Popular de querer a coligação com o PSD para beneficiar uma candidatura que se destinava unicamente a defender «os interesses de grupos económicos». Confirmando a existência de um conluio, Arnaut explicou que «quando se pede a um partido que não se candidate para desta forma favorecer interesses económicos subjacentes» a resposta a dar «era abandonar a coligação com o PP», cujos objectivos eleitorais classificou de «pervertidos», considerando que «Mértola não está à venda».

Também Teresa Patrício Gouveia confirmou que a candidatura do PS se destina «a defender interesses particulares», realidade para a qual o PSD acordou tarde já que, segundo revelou, a candidatura social-democrata foi decidida «entre o fim da tarde e o princípio da noite de sexta-feira» da passada semana, momento em que José Luís Arnaut aceitou encabeçar a lista.

## Gondomar

# A opção é reforçar a CDU

Na Festa que a CDU realizou na sexta-feira passada em Gondomar, no Bairro Monte Castro, o Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, considerou que ali, em Gondomar, «a alternativa não está em o PSD suceder de novo ao PS e ao PS suceder o PSD numa rotação».

A gestão do PS foi desastrosa, disse. «Por isso não foi difícil ao PSD aparecer com uma gestão melhor apesar de acompanhada com muita demagogia.

A CDU pela sua seriedade, pela sua coerência, pelo seu tra-

balho tanto em maioria, como é exemplo em S. Pedro da Cova, como em minoria, como é exemplo a acção desenvolvida nos pelouros que tivemos a cargo, surge aos olhos de um número crescente de gondomarense como a verdadeira alternativa.»

Para Carlos Carvalhas, a escolha em Gondomar não está, pois, «em quem mais insulta, em quem mais grita, em quem mais faz política-espectáculo, em quem mais jeito tem para fazer demagogia, mas sim em quem

com honestidade, trabalho e experiência enfrenta os problemas e lhes dá resposta não em palavras, não em promessas, mas sim com factos, com medidas concretas.»

E, mais à frente, afirmou o Secretário-geral do PCP: «Tem andado aqui no Norte um senhor ministro a dizer que o prestígio da CDU «é mais propaganda do que realidade, que mesmo nas questões do saneamento básico a dianteira nas autarquias CDU é inversa».

Diz isto aqui convencido de que muitos que o ouvem não conhecem a realidade e podem assim ser enganados.

Mas os dados oficiais não deixam dúvidas. Deixo a esse ministro palavroso alguns exemplos para ele os referenciar nas suas intervenções quando vier à Área Metropolitana do Porto: a percentagem da população residente com saneamento básico é em Almada de 90%, e em Matosinhos do sr. Narciso, de 70%; na Amadora de 99% e no Porto de 78%; em Loures de 97% e em Vila Nova de Gaia de 30%; em Vila Franca de Xira de 98% e em Espinho de 77%; no Seixal de 96% e em Santo Tirso de 30% (...)»



## Carvalhas em Oeiras

No sábado passado, Carlos Carvalhas esteve em Oeiras, onde participou num animado almoço-convívio de candidatos e apoiantes da CDU, realizado na Sociedade I. M. E. Cruz Quebradense.

### CAMARADAS FALECIDOS

#### Manuel Henriques Pereira

Faleceu recentemente, com 70 anos de idade, o camarada Manuel Henriques Pereira, natural de Aljustrel, militante do Partido de antes do 25 de Abril.

Operário metalúrgico, reformado da Sorefame, pela sua postura grangeou grande prestígio e o respeito de camaradas e restantes trabalhadores.

#### Manuel Martins da Silva

Faleceu no passado dia 16 de Outubro, na Mexilhoeira Grande, Portimão, com 81 anos, o camarada Manuel Martins da Silva, operário da construção civil reformado. Com ligações ao Partido desde os anos 30, o camarada militava na organização da freguesia. Foi presidente da Sociedade Recreativa.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

## LISBOA

### Comunistas solidários com vítimas do temporal

Num comunicado em que manifesta a sua solidariedade com a população atingida pelo temporal que assolou Lisboa, no passado fim-de-semana, a Direcção do PCP nesta cidade sublinha «o empenhamento e a resposta enérgica» da Câmara Municipal e dos Serviços de Protecção Civil, que permitiram «acorrer e atenuar as consequências do temporal». Entretanto, os comunistas comprometem-se a tudo fazer para, «a partir dos órgãos Municipais e das Juntas de Freguesia, proceder às acções necessárias à normalização da situação». O PCP salienta ainda que só as obras realizadas, «da responsabilidade da actual gestão (designadamente a construção de interceptores e das obras de remodelação de saneamento, de que são exemplos as da Calçada de S. Bento, Portas de Santo Antão e Arco de Carvalhão), permitiram atenuar a situação de ruptura a que o sistema de saneamento chegou «em resultado de sucessivos anos de ausência de investimento pela gestão de direita». Motivo de «viva reprovação» é, pois, para o PCP, o «indecoroso aproveitamento político» que o PSD e o seu candidato à Câmara de Lisboa fizeram «de um momento particularmente difícil para a população da cidade, não lhe reconhecendo autoridade nem credibilidade técnica ou política para o fazer».

## ALMADA

### Arsenalistas querem estatuto de pessoal

Face ao aparecimento de «rumores», no sentido da existência de «negociatas» entre o Governo e outras entidades, com vista à privatização do Arsenal do Alfeite, a célula do PCP no estaleiro alerta para os perigos que dessa operação adviriam para os trabalhadores, particularmente pelo facto de não existir na empresa um estatuto de pessoal que, «de forma transparente», retrate os seus direitos e regalias. Assim - antes de qualquer alteração no estatuto da empresa -, a célula do PCP defende que seja urgentemente apresentado à discussão, pelo Governo, um estatuto de pessoal que respeite a vinculação dos arsenalistas ao Estado, as regalias e os direitos adquiridos. Não menos importante é, contudo, o aspecto que se prende com a «importância estratégica» da empresa. A construção e manutenção da frota de guerra tem de permanecer nas mãos do Estado, dizem os comunistas, apelando à unidade dos trabalhadores na defesa «do seu Arsenal».

## LISBOA

### Convívio de candidatos

Um almoço-convívio, promovido pelos candidatos do PCP na freguesia de S. Jorge

de Arroios, reuniu no passado sábado, no Centro de Trabalho Vitória, sessenta activistas e simpatizantes da CDU. O almoço, que contou com a participação de João Amaral, deputado do PCP e candidato da Coligação Mais Lisboa à presidência da Assembleia Municipal de Lisboa, decorreu num ambiente de grande fraternidade e alegria. Como tônica dominante da iniciativa há a registar, contudo, a firme confiança que praticamente todos os convivas manifestavam num bom resultado da Coligação na freguesia.

## ALENTEJO

### Cada vez mais longe da Europa

Em reunião recentemente realizada para análise da situação social na região, o Organismo Inter-Regional do Alentejo do PCP concluiu que os apregoados «sucessos do PS no combate ao desemprego» são deitados por terra pelos números do Instituto Nacional de Estatística. É assim que o desemprego estrutural se mantém nos 39 mil desempregados - uma taxa de 17,5%, muito diferente dos 6-7% anunciados pelo Governo -, sendo que metade dos desempregados não recebe qualquer tipo de subsídio e que a sua idade é cada vez mais baixa.

Só no primeiro ano de Governo PS, o Alentejo perdeu mais quatro mil habitantes e cerca de mil empregos, dizem os comunistas, lembrando que um terço dos alentejanos «vive abaixo do limiar de pobreza», o que, em termos de paridade de poder de compra, coloca o Alentejo cada vez mais distante da média europeia.

«Não é com operações de propaganda», como as que o PS tem promovido em torno de alguns programas, que se resolvem os problemas estruturais do Alentejo, assegura, por fim, o OIRA, exigindo «mais dinheiro e mais obras e menos conversa fiada».

## MARINHA GRANDE

### 9ª FAE - um rotundo fracasso

Na opinião da Comissão Concelhia da Marinha Grande do PCP, a 9ª Feira de Actividades Económicas saldou-se por um «rotundo fracasso», não dando a verdadeira imagem da Marinha Grande mas sim a do Executivo PS: «sem chama nem liderança».

A FAE, pelo prestígio alcançado em anteriores edições, merecia «mais competência e profissionalismo na concepção, divulgação e realização», diz o PCP, lembrando a elevada qualidade que na gestão CDU este certame atingiu.

Mais grave, porém, é para os comunistas o facto de a Junta de Freguesia da Marinha Grande não ter sido convidada, em constraste com o tratamento dado à Junta de Freguesia de Vieira de Leiria, num claro sinal de favoritismo político-partidário.

## LEIRIA

### Crise marca panorama laboral

Falências, crise e instabilidade marcam o panorama laboral do distrito de Leiria, a par da desregulamentação do trabalho, do não cumprimento da legislação sobre a redução do horário de trabalho, dos salários em atraso ou desactualizados; do não pagamento do trabalho suplementar, do crescimento do desemprego, dos impedimentos ao exercício da actividade sindical.

Estas são as conclusões a que chegaram os quadros e activistas sindicais do PCP, na reunião que recentemente realizaram na Marinha Grande, para balanço da situação laboral no distrito de Leiria.

Em vários sectores a contratação está bloqueada por o patronato querer ver nela consagradas as gravosas medidas dos últimos pacotes laborais, afirmam os comunistas. Por outro lado, as actualizações salariais são insuficientes para fazer frente ao custo de vida, havendo empresas que não actualizam salários há mais de um ano. Relativamente à situação de desemprego de

longa duração, existem no distrito sectores com grandes dificuldades, onde já se registam milhares de despedimentos. São as limas de Vieira, as Pescas e as Conservas de Peniche, o sector têxtil de Castanheira de Pera e Mira d'Aire, os têxteis de Alcobaça, a agricultura, as florestas e a resinagem, a cristalaria da Marinha Grande, a indústria de mobiliário, o comércio tradicional. Sectores que, na opinião do PCP, devem ser abrangidos pelas medidas excepcionais de apoio ao desemprego de longa duração.

Tendo ainda em atenção a vasta ofensiva contra a Segurança Social - que o Livro Verde confirma -, consideram os sindicalistas do PCP que, afinal, o Governo PS «não só não inverteu os ataques aos direitos e conquistas dos trabalhadores como os intensificou». «As vitórias alcançadas pelos trabalhadores com a sua luta» são, contudo, para os comunistas, «um grande capital de confiança num futuro melhor para o povo do distrito de Leiria.»

# Candidatos CDU

Por todo o País as estruturas locais da CDU fizeram a entrega oficial das listas de candidatos aos órgãos autárquicos, cujo prazo, recorde-se, terminou na passada segunda-feira. Entretanto, continuamos neste número a divulgar os cabeças de listas às câmaras e assembleias municipais que foram recentemente apresentados.

## ALFÂNDEGA DA FÉ

**Luís de Sousa Costa**, engenheiro agrónomo de 39 anos, professor na Escola Superior Agrária do IPB e membro da direcção do Sindicato dos Professores do Norte, encabeça a lista da CDU à Câmara Municipal do Norte. O candidato à presidência da Assembleia Municipal é **Cassiano António Reboredo**, de 54 anos de idade, encarregado de pessoal qualificado. Foi eleito pela CDU na Assembleia Municipal de Mirandela, é sócio da ARA e membro do STAL.

## ALTER DO CHÃO

As listas à Câmara e Assembleia Municipal de Alter do Chão são encabeçadas, respectivamente, por **João Manuel Laureano Martins**, com 38 anos de idade, e **Maria Eugénia Palha Marques Ferreira**, com 47 anos de idade.

João Martins é técnico da Portugal Telecom, delegado e dirigente sindical do Sintel. Foi vereador na CM de Monforte, entre 1983/89 e vereador na CM de Alter do Chão, entre 1990/93. É actualmente membro da Assembleia Municipal de Alter do Chão.

Maria Eugénia Ferreira é médica assistente graduada de clínica geral com o grau de

Consultor em medicina familiar e pós-graduada em hidrologia e climatologia. Entre 1992/94 foi directora clínica das termas de Cabeço de Vide, sendo actualmente directora do Centro de Saúde de Nisa. Sócia fundadora e delegada sindical do Sindicato dos Médicos da Zona Sul, foi médica da Associação Desportiva de Alter, entre 1986/94, funções que exerce no Clube Desportivo e Recreativo Chancense. Foi vereadora na CM de Fronteira entre 1986/97, presidente da Assembleia Municipal de Alter do Chão entre 1990/93, sendo actualmente vereadora na Câmara.

## CASTELO DE PAIVA

**António José Martins Aires**, engenheiro, e militante do PCP é o cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal de Castelo de Paiva. António Aires foi em mandatos anteriores membro da Assembleia Municipal. A lista a este órgão é agora encabeçada por **Joaquim Sousa Oliveira**, técnico da Junta Autónoma das Estradas aposentado, independente e eleito em anos anteriores na Assembleia Municipal.

## LAJES

Nas Lajes das Flores, na qualidade de independente, a CDU candidata à Câmara Municipal **Albino Cristiano Gomes**, actual presidente da Câmara Municipal, eleito há quatro anos pelo PSD.

Nas restantes freguesias do concelho a CDU decidiu não

apresentar candidaturas próprias por considerar que as listas apresentadas por grupos de cidadãos, eleitores são constituídas por pessoas com credibilidade, honestidade e capacidades de trabalho que merecem os votos dos activistas e simpatizantes da CDU.

## LOUSÃ

No concelho da Lousã, a CDU apresenta como cabeças de lista **Paulo Jorge Rios Peralta Correia**, à Câmara, e **José Orlando Lima Reis**, à Assembleia Municipal. Paulo Peralta tem 34 anos, é professor candidato independente. É dirigente do Sindicato dos Professores da Região Centro, onde desempenha o cargo de coordenador regional do 1º ciclo. É também membro do Conselho Nacional da Fenprof e pertence à direcção da Aliança Para a Defesa do Mundo Rural Português.

Orlando Reis tem 47 anos, é engenheiro na Administração Pública, membro do PCP, eleito pela CDU na Assembleia Municipal da Lousã, cargo que já desempenhou em dois mandatos anteriores. Para além de outras actividades associativas, tem participado na direcção da Cooperativa Trevim, de que foi um dos fundadores.

## MANTEIGAS

A CDU de Manteigas divulgou recentemente os candidatos aos órgãos autárquicos do Concelho. Para a Câmara, a Coligação apresenta **José Manuel Novo de Matos**, de 39 anos, médico cirurgião no Hospital de S. José, enquanto o cabeça de lista à Assembleia Municipal é **Francisco José Botão d'Elvas**, de 40 anos, engenheiro civil.

José de Matos desempenhou as funções de médico de Clínica Geral em Manteigas, em 1979 e 1980, no Serviço Médico à Periferia, tendo, juntamente com a sua equipa, posto em funcionamento o Serviço de Urgências do Hospital concelhio. É professor de Patologia Cirúrgica e membro da Sociedade Europeia

de Cirurgia Oncológica; tem artigos publicados em várias revistas médicas e é autor de vários trabalhos de investigação; é membro fundador da Associação Cultural Amigos da Serra da Estrela, com sede em Manteigas, sendo actualmente o seu presidente. É eleito da CDU, como independente, na Assembleia Municipal.

Francisco José Botão d'Elvas é membro fundador da Associação do Centro Cívico, membro da Cooperativa Jornalística de Manteigas e sócio da ASE. Possui um vasto e brilhante currículo profissional, tem dirigido grandes empreendimentos de construção civil em Portugal e no estrangeiro. É proposto pelo PCP.

## MONFORTE

É vereador na CM de Monforte e encabeça a lista da CDU à presidência do município. **Rui Manuel da Silva**, bancário de 49 anos de idade, considera que a CDU é uma alternativa credível para a gestão da autarquia, onde tem provas dadas de trabalho, honestidade e competência. O projecto defendido visa promover o desenvolvimento harmonioso do concelho, retirando-o do marasmo em que se encontra isolado. A CDU quer mais justiça social, mais emprego, igualdade de oportunidades e melhoria da qualidade de vida da população.

## NELAS

**Maria dos Prazeres Rovisco**, professora, de 41 anos de idade, encabeça a lista da CDU à Câmara Municipal de Nelas. A candidata pertence ao quadro da Escola Básica 2,3, Gomes Eanes de Azurara, de Mangualde; foi coordenadora da equipa de educação especial de Santa Comba Dão entre 1991 e 1993; vice-presidente

do conselho directivo da Escola C+S de Tourais/Paranhos, entre 1994 e 1996; é membro da comissão fiscalizadora e reguladora de conflitos do Sindicato dos Professores da Região Centro; membro da Comissão Concelhia de Nelas do PCP, tendo sido pela primeira vez candidata à Câmara de Nelas em 1993.

## OLIVEIRA DO HOSPITAL

**João Alberto Garcia de Abreu** e **António Manuel Fontes Dinis** são, respectivamente cabeças de lista à Câmara e Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital. João Abreu tem 41 anos de idade, pertence aos corpos sociais da Associação dos Amigos de Meruge e da sua secção Autónoma de Futebol. É sócio fundador da Associação dos Jovens da Freguesia de Meruge, presidindo à sua Assembleia Geral. Desde há mais de duas décadas que vem dinamizando as principais actividades desportivas e culturais de Meruge. É membro do Comité Central do PCP.

António Dinis tem 39 anos é professor na Escola 1-2-3 de Lagares da Beira, membro do PCP e activista do movimento sindical dos Professores da Região Centro, e membro dos corpos gerentes da UDT Vilafranquense da Beira.

## PRAIA DA VITÓRIA

A CDU apresentou como cabeça de lista à Câmara Municipal da Praia da **João Meneses da Costa**, independente, licen-

ciado em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e professor na Escola Secundária G/B de Vitorino Nemésio. A candidatura foi lançada sob o lema «transparência e descentralização» propondo um conjunto de medidas destinadas a resolver os grandes problemas do concelho nas diferentes áreas.



## VILA DE REI

**Horácio Alves Dias Mendes** e **Alfredo de Oliveira Gaspar**, encabeçam, respectivamente, as listas à Câmara e Assembleia Municipal de Vila de Rei. Horácio Mendes tem 50 anos, é operador encarregado e foi delegado sindical e membro da comissão de trabalhadores da SUPA (cadeia de supermercados Pão de Açúcar). É actualmente dirigente do Sindicato do Comércio e Escritórios.

O candidato à Assembleia Municipal tem 52 anos de idade, é empregado de escritório e sócio gerente da firma Cruz&Gaspar Lda, membro do concelho fiscal da Associação de Socorros Mútuos e do conselho fiscal da Associação de Desenvolvimento Rural Integrado - Beira Serra. Foi eleito na Assembleia de Freguesia da Conceição e da Assembleia Municipal da Covilhã.

## VILA NOVA DE PAIVA

A CDU divulgou os nomes de **Manuel Lopes Milheiro** e **José Pinto Almeida Pedro** como candidatos à Câmara e Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva. Manuel Milheiro tem 65 anos, é carteiro aposentado, natural e residente no concelho. Foi emigrante na Suíça, integra o organismo interconcelhio Sul da Direcção da Organização Regional de Viseu do PCP. Várias vezes candidato nas listas da CDU, é sócio de todas as colectividades

do concelho, tendo sido dirigente do Sport Club Paivense e do Club de Caça e pesca em 1991.

José Pedro é bancário e candidatou-se como independente. Foi presidente da Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Paiva de 1985 a 1989, primeiro secretário da Assembleia Municipal, entre 1989 e 1992; vice-presidente do Sport Club Paivense na época 1995/96; e sub-chefe dos Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Paiva.

## ALCOUTIM

**Rectificação:** Uma gralha informática fez cair, na nossa última edição, o nome do presidente da Assembleia Municipal de Alcoutim. Trata-se de **Luís Matos**, professor do ensino secundário e que é de novo cabeça de lista da CDU à Assembleia Municipal daquele concelho.

## População de Setúbal descontente

O candidato da CDU à Câmara Municipal de Setúbal, Ruben de Carvalho, disse que tem testemunhado muitas manifestações de «descontentamento e desânimo» relativamente à actuação da maioria socialista na autarquia.

Referindo que essa foi a ideia com que ficou das «dezenas de milhares de contactos» efectuados nas últimas semanas junto da população e das instituições do concelho pela CDU, Ruben de Carvalho adiantou que os protestos referem-se a questões que vão desde ao estado das ruas e as zonas verdes, aos esgotos e o lixo.

«Vai-se para as freguesias da periferia e encontram-se situações inqualificáveis» - adiantou, considerando haver «um descontentamento profundo» relativamente à gestão de Mata Cáceres, que é presidente da Câmara há 12 anos e tem maioria absoluta há oito.

No dia em que a CDU entregou as suas listas aos órgãos autárquicos do concelho no Tribunal local, o candidato manifestou a esperança de que Setúbal, o único município do distrito que não tem um presidente da Câmara comunista, «possa ter a gestão autárquica que merece» depois das eleições de 14 de Dezembro.

## Esclarecer os gaienses

O candidato da CDU a Câmara Municipal de Gaia, Antero Pires, desafiou Heitor Carvalheiras e Luís Filipe Menezes para «a realização conjunta de debates e sessões de esclarecimento» sobre os respectivos programas eleitorais.

Para o candidato, actual vereador, o debate com os candidatos que encabeçam as candidaturas do PS e do PSD evitaria que a campanha eleitoral em Vila Nova de Gaia se transformasse numa «feira de vaidades» e fosse sim um «exemplo cívico de esclarecimento e confronto de programas para a resolução dos problemas que atormentam os gaienses».



## TRABALHADORES

## Bancários

Cinco tendências sindicais apresentam-se numa lista às próximas eleições para os corpos gerentes do Sindicato dos Bancários do Norte, depois de terem chegado a acordo sobre «um projecto credível, sólido e capaz, que só com a união de todas as forças envolvidas recolhe condições para ser executado». Num comunicado aos trabalhadores, as listas unitárias recordam que foram «a única força que, durante os últimos doze anos, se opôs com coerência à orientação desastrosa» seguida pelo SBN e explica as razões que motivaram este acordo «com tendências que, até há pouco tempo, não se tinham demarcado dessa orientação». Apelando ao voto na «candidatura de consenso» para os corpos gerentes, o comunicado salienta que «só o reforço da unidade, seriedade e firmeza, corporizadas nas listas unitárias, garantirá um sindicato renovado e fortalecido ao serviço dos bancários», o que exige uma forte votação nos candidatos unitários para o Congresso e para as comissões sindicais.

## Ferroviários

Decorre amanhã e sábado o 5º Congresso da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses, com a participação de 150 delegados. Na sede da UACL, em Lisboa, vão ser debatidos «todos os problemas da conjuntura ferroviária, incluindo a reestruturação em curso, assim como a difícil situação laboral que se vive nas empresas do sector, onde os direitos dos trabalhadores, consignados na lei e na regulamentação colectiva de trabalho, são permanentemente postos em causa».

## CGD Paris

Ao contratar uma nova empresa para efectuar os trabalhos de manutenção (limpeza) das instalações, a direcção da sucursal de Paris da Caixa Geral de Depósitos não respeitou a lei que obriga, neste caso, à retoma de todo o pessoal da empresa que anteriormente garantia o serviço. A denúncia pública foi feita pela secção sindical CGT, que exigiu a intervenção do presidente da CGD e dos conselheiros da Comunidade Portuguesa em França. Segundo a nota enviada à comunicação social, os responsáveis da CDG/Paris decidiram no maior sigilo quem ficaria ao serviço e depois proibiram a entrada a trabalhadores que há anos executavam aquelas tarefas e que «não foram objecto de despedimento, nem o podem ser».

## Enfermeiros pararam duas horas

# Descontentamento revela-se em lutas

Hoje à tarde, junto à residência oficial do primeiro-ministro, a Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública revela os contornos da jornada que está a preparar para dia 30. Os professores também encaram a possibilidade de recorrer à greve.

Uma paralisação de duas horas em várias instituições de saúde foi o ponto alto da semana de luta dos enfermeiros, que decorre até amanhã por iniciativa dos sindicatos da classe, que propiciaram assim uma oportunidade para os profissionais de enfermagem expressarem «o sentimento crescente de descontentamento provocado pelo adiamento do processo negocial do Caderno Reivindicativo, que contempla, entre outras matérias, a revalorização da carreira» - afirmava o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, ao divulgar o mapa das paralisações convocadas para anteontem no continente.

Nas maiores unidades de saúde abrangidas pela paralisação (cerca de 3 dezenas) tiveram lugar reuniões de enfermeiros. Na segunda-feira, o sindicato promoveu a distribuição de

um folheto dirigido aos utentes do Serviço Nacional de Saúde, esclarecendo que, «para melhorar os cuidados de saúde» são necessários mais enfermeiros e melhores condições de trabalho.

Para ontem estavam anunciadas deslocações de dirigentes do SEP aos governos civis e, em Lisboa, ao Ministério da Saúde; aqui seria feita a entrega simbólica de um computador e um fax, «instrumentos imprescindíveis para a elaboração e o envio» da contraproposta governamental às reivindicações dos enfermeiros.

Prossegue o envio de cartas individuais ao Ministério e a recolha de assinaturas para um abaixo-assinado.

O plano de acções divulgado no início do mês admitia a realização de uma greve nacional em Novembro.

## Professores querem propostas

O Ministério da Educação «continua a não apresentar quaisquer propostas sobre a revisão da estrutura da Carreira Docente do Ensino não Superior» e «insiste em repetir, sucessivamente, de reunião para reunião, meros e vagos "princípios"» - protesta o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa.

Reunida segunda-feira, a comissão executiva do SPGL verificou ainda que o ME «continua a não evidenciar qualquer disponibilidade para solucionar a situação dos professores contratados».

Uma vez que «as justas expectativas dos professores e educadores não se compadecem com estas atitudes dilatórias», aquele órgão decidiu «propor que, caso a reunião entre a Feprof e o ME, prevista para 31 de Outubro, não altere substancialmente este estado de coisas, mediante a apresentação, por parte do ME, de propostas concretas sobre o encurtamento da

carreira, a estrutura e grelhas salariais, contagem do tempo de serviço para integração nos escalões da carreira e aproximação entre as carreiras de bacharéis e licenciados, os professores e educadores considerem desde já e de forma decidida o recurso à greve no mês de Novembro».

A Federação Nacional dos Professores, numa nota de imprensa divulgada após a reunião que teve dia 16 com o ME, afirma que o Governo «continua a frustrar as expectativas» dos docentes, postura agravada por faltarem apenas dois meses até à data acordada para o termo da revisão da carreira docente. O secretariado nacional da Feprof exige que o ME «ultrapasse a fase de "diálogo vazio" e que, na reunião do próximo dia 31 de Outubro anuncie pelo menos algumas das suas propostas».

O conselho nacional da Feprof, convocado para 6 e 7 de Novembro, «deverá definir o que fazer face à situação entretanto criada», adianta o comunicado da federação.

## Boys no IEFP

Ao arripio dos regulamentos e com prejuízo para os técnicos em final de estágio, o Instituto do Emprego e Formação Profissional contratou técnicos que não estagiaram no IEFP, procedimento que foi condenado pela comissão de trabalhadores. Num comunicado recente, a CT revela ainda que «após caricatos episódios de atribuição e retirada de instalações», o presidente da Comissão Executiva do Instituto diligenciou para que à estrutura dos trabalhadores fosse atribuído um local e o indispensável equipamento; só que nas instalações já se encontrava «um novo inquilino»...

## Resultados

Após dois dias de greve, a administração da Auto Dinis de Almeida & Freitas comprometeu-se a pagar os salários em dívida, o que levou à suspensão da paralisação e de outras formas de luta - revelou na semana passada o sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, reafirmando o empenho dos trabalhadores em exigir a viabilização da empresa e a defesa dos postos de trabalho.

Para a Polímeros do Ave (dada como falida pelo Tribunal de Famalicão, apesar dos alertas e denúncias dos trabalhadores e do sindicato dos Químicos do Norte, que apontou «muitos actos de gestão duvidosos») «ainda é possível uma solução minimamente digna». A afirmação do Sinoquifa/CGTP resulta de uma reunião havida segunda-feira no Governo Civil de Braga. O sindicato suspendeu a vigília marcada para anteontem, junto ao Ministério da Economia, que terá lugar dia 28 «se, entretanto, não forem dadas garantias suficientes».

## Ágora

Nos supermercados do Grupo Ágora há «dezenas de trabalhadores» que «são diariamente pressionados a aceitar acordos para rescisão dos seus contratos de trabalho por míseros escudos», denunciou o sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa, que apoiou acções de protesto dos trabalhadores (na sua maioria, mulheres) no final do mês passado, quando ficaram por pagar os salários de Agosto a seis funcionárias que, após o encerramento de uma loja no Beato, foram «convidadas» a ir para casa.

## Hotelaria exige igualdade

Nos restaurantes, cafés, pastelarias e estabelecimentos similares, o salário médio líquido é de 74606 escudos (menos 25 por cento que a média nacional de 101800 escudos), os períodos de trabalho chegam às 60 horas semanais (com intervalos diários que podem atingir 5 horas) e muitas empresas não garantem os dois dias de descanso semanal.

Com estes traços, fundamentados nos primeiros resultados de um levantamento da situação que está a ser feito pelas estruturas sindicais, a Feshot/CGTP promoveu na semana passada uma concentração junto ao Ministério do Emprego. A Maria João Rodrigues foi entregue um dossier sobre os grandes problemas do sector (onde se inclui também o aumento do trabalho clandestino, ilegal e precário), enquanto aos jornalistas foi entregue um documento apontando 387 empresas (num total de 542) que não estão a cumprir a Lei 21/96 (horários de trabalho) e 330 empresas que não respeitam o direito dos trabalhadores a 2 dias de descanso semanal.

A federação e os sindicatos declararam que vão continuar a bater-se para que esta situação seja alterada, mobilizando os trabalhadores para a luta nos processos de revisão da contra-



Os sindicalistas da hotelaria e turismo denunciaram publicamente os problemas do sector, responsabilizando o Governo e os patrões e afirmando a disposição de luta dos trabalhadores

tação colectiva e exigindo da ministra que faça os patrões respeitar as leis, de modo a colocar este sector em pé de igualdade com os demais ramos de actividade.

## Têxteis

A federação dos Têxteis, Vestuário e Calçado - que mantém um calendário de acções até 1 de Dezembro, reclamando que a partir desta data, como a lei exige, em nenhuma empresa se ultrapasse as 40 semanais - contestou as declarações da ministra do Emprego à TSF, na semana passada. Maria João Rodrigues referia «algumas estruturas sindicais que quiseram reduzir o tempo de trabalho,

não respeitando aquilo que estava previsto na lei»; a Feshot/CGTP considera «lamentável que a senhora ministra do Emprego, à falta de força política ou demasiado comprometida com os patrões têxteis, não esclareça e reconheça que os sindicatos que agora acusam são os mesmos que,

durante as negociações tripartidas realizadas, fizeram um grande esforço e por duas vezes aceitaram as suas propostas para a resolução do conflito, mas sem qualquer efeito prático, pois os patrões, com as costas quentes pelo apoio do Governo, recusaram as propostas da ministra».

## Adjudicação intolerável

«É, de facto, uma atitude intolerável, que lesa a economia do País em cerca de 4 milhões de contos e agrava as situações sociais», afirma a coordenadora das comissões de trabalhadores da Indústria Naval, num comentário acerca das notícias sobre a adjudicação a estaleiros estrangeiros das novas embarcações para a GNR.

A coordenadora, que vai levar o caso ao primeiro-ministro, defende que sejam investidos «no interesse nacional os milhões de contos que são dispendidos em fretes e afretamentos de navios, definindo com urgência um programa claro e completo de construção de novos navios, em articulação com a capacidade dos estaleiros».

## Terrenos baldios património dos povos

O Secretariado dos Baldios de Trás-os-Montes e Alto Douro realizou no passado fim-de-semana, em Vila Real, o seu V Encontro Técnico. Os participantes, que reafirmam as suas críticas ao actual quadro jurídico, foram unânimes em sublinhar a necessidade de reforço da componente associativa na defesa e promoção do mundo rural. Defender hoje os baldios é responder a necessidades como a fixação das populações, a protecção e desenvolvimento da floresta "como elemento essencial dos ecossistemas e factor de equilíbrio e protecção da vida", afirma-se em comunicado à imprensa em que, simultaneamente, se requer do governo "o apoio técnico, jurídico e financeiro", para que as Assembleias de Compartes se candidatem aos apoios comunitários, promovam planos de utilização dos baldios, aproveitando assim a suas potencialidades "numa perspectiva do desenvolvimento sustentado das aldeias serranas".

Em relação à perspectiva de constituição da ENGEF (Empresa Nacional para a Gestão dos Espaços Florestais), o V Encontro considerou essencial - o respeito pelo património comunitário dos terrenos baldios; a continuação do apoio técnico aos Conselhos Directivos de Baldios que venham a aderir a essa empresa; a marcação de uma Assembleia extraordinária dos Povos dos Baldios.

## "Leiria, Desencantos" Concurso fotográfico

"Leiria, Desencantos" é o lema do concurso de fotografia organizado pela comissão concelhia de Leiria da JCP.

O concurso dirige-se a fotógrafos amadores sem limite de idades, podendo os trabalhos ser apresentados até 15 de Novembro.

O júri, que irá proceder à selecção de trabalhos e atribuição de prémios, é composto por: Paulo Cunha, fotógrafo; Nuno Cordeiro Duarte, estudante universitário; Ricardo Marto, estudante da Escola Profissional de Leiria.

O primeiro prémio é o álbum de fotografias de Sebastião Salgado "Trabalho"; o segundo, o álbum "Terra" do mesmo autor; o terceiro, o livro de Álvaro Cunhal "A arte, o artista e a sociedade".

## O processo das escórias de alumínio

"Os Verdes" dirigiram ao Ministério do Ambiente um requerimento com o objectivo de obter resposta a algumas questões relacionadas com o processo de remoção das escórias de alumínio da Metalimex, "considerando as falhas do processo e a falta de informação que o tem caracterizado", em particular no que se refere a sucessivas prorrogações do prazo para remover a totalidade das escórias, a falta de segurança no seu carregamento e a falta de vigilância.

No requerimento apresentado na Assembleia da República, a deputada Heloísa Apolónia lembra que é necessário ter-se em conta que se está a falar de um "carregamento de escórias de alumínio, com níveis de dioxinas e toxicidade elevados, que requerem portanto manuseamentos muito cuidados e rigorosos".

De par de questões de prazos e segurança, a deputada de "Os Verdes" levanta o problema da informação e pergunta: "Por que razão insiste o governo em não ter a preocupação de informar a população através das autarquias locais, nomeadamente a Junta de Freguesia do Sado que acompanhou este processo desde o início e sempre foi porta voz das populações?"

## Resíduos hospitalares

A situação dos resíduos hospitalares esteve em debate na Assembleia da República por proposta de "Os Verdes". Uma audição parlamentar a que faltou o Ministério do Ambiente e que, para o grupo parlamentar ecologista, "deixou perfeitamente claro que o governo não tem qualquer estratégia para os resíduos hospitalares, sendo que o tão prometido Plano Sectorial de Gestão de Resíduos Hospitalares ainda não está pronto, e há mais de um ano que os membros do governo referem que está a ser ultimado".

"Os Verdes" lembram que "escândalos e problemas relacionados com resíduos hospitalares não têm parado de acontecer, como no caso do amontoado de resíduos a céu aberto no hospital do Barreiro em Dezembro de 1996, e a acumulação de lixo no hospital de Santarém em Abril de 1997, entre outros, até ao caso do hospital de Stº António no Porto, que há mais de um ano acumula as escórias resultantes da incineração, por recusa da LIPOR em aceitá-las".

## "A coragem da tolerância"

"A coragem da tolerância" é o tema de uma exposição sobre o cônsul Aristides de Sousa Mendes, aberta ao público no Gabinete de Atendimento à Juventude de Odivelas entre 1 de Outubro e 3 de Novembro.

A mostra inclui 25 painéis cedidos pelo Museu República e Resistência, um vídeo da autoria da jornalista Diana Andringa, e documentação de António Moncada Sousa Mendes, familiar do cônsul. Dia 20 decorreu um colóquio para professores das escolas básicas do 2º e 3º ciclo e secundárias, realizando-se amanhã um segundo colóquio, aberto a toda a comunidade.

# Fim-de-semana de tempestade

O temporal que assolou o país o passado fim-de-semana atingiu em particular Lisboa, afectando a vida de muitas pessoas e provocando mesmo várias mortes. Uma tempestade - entretanto alvo de exploração política - que, sendo embora uma ocorrência normal em períodos de Outono e Inverno, surge no contexto de algumas sensíveis perturbações climáticas.

Sábado, a capital foi assolada por vento e chuvas fortes, gerando-se uma situação de grande perturbação. As inundações submergiram troços de estradas e ruas, bloquearam carros e pessoas, invadiram lojas e algumas habitações, provocando algumas situações de desalojamento e isolando mesmo algumas zonas, como foi o caso do Dafundo. No Hospital de S. José, desabou o tecto do serviço de politraumatizados. As zonas ribeirinhas ficaram transformadas num mar, saltaram as tampas de colectores, enquanto brigadas camarárias tentavam desentupir as sarjetas.

Os acessos à cidade foram particularmente afectados e registou-se o corte de diversas vias nos arredores de Lisboa, havendo a assinalar uma morte e dezenas de feridos em colisões. A rede da Carris esteve quase fechada. As carreiras fluviais foram muito afectadas pelo vento, assim como o movimento no Aeroporto da Portela. Ao fim da tarde de sábado o metro deixou de funcionar em consequência das chuvas que, em enxurrada, invadiram a estação do Rossio.

Mas foi na madrugada de domingo que se regista o mais grave acidente, com um incêndio no metro que devastou a zona da estação da Alameda e matou dois trabalhadores - um português e um guineense.

Com possível origem num curto-circuito que poderá ter sido provocado pelas chuvas, o fogo lavrou ao longo de 11 horas, alimentado pelos produtos inflamáveis guardados numa arrecadação subterrânea.

O fumo - o Metropolitano de Lisboa não tem sistema de des-fumagem - tomou inicialmente impossível aos bombeiros qualquer aproximação da área sinistrada, propagando-se através das galerias e atingindo mesmo as habitações mais próximas, enquanto as chamas chegaram a abranger uma extensão de 150 metros no subsolo, atingindo-se temperaturas superiores aos mil graus centígrados. No centro da Alameda, as estruturas foram de tal modo afectadas que foi proibida a circulação de veículos pesados, por receio de o pavimento vir a ceder.

A somar aos prejuízos de toda a ordem, as consequências da tempestade arrastam-se com a perturbação gerada nos transportes públicos pelo encerra-

do em particular Lisboa - terão alguma coisa a ver com os debates na Conferência a decorrer em Quioto, sobre alterações climáticas?

Seria talvez forçado fazer uma tal ligação. As tempestades, as rajadas de vento e chuva

intentam continuar a ignorar. Em nome do lucro imediato, como de costume.

Um quadro em que valerá a pena citar a ponderada palavra dos meteorologistas. Segundo a Divisão de Climatologia e Alterações Climáticas do Insti-



Lisboa - uma cidade particularmente vulnerável em situações de tempestade. Na foto, as cheias de 1983

mento de dez estações de metro.

Lisboa, cidade à partida frágil, pela sua própria inserção geográfica, ressentiu-se particularmente da verdadeira saturação de obras em que nem sempre são respeitadas normas adequadas de segurança.

## Pode-se falar de alterações climáticas?

As tempestades que nestes dias atingiram o país - afectan-

pontuam normalmente o Outono/Inverno de qualquer ano.

Não é menos verdade, entretanto, que algo parece estar a mudar no clima - naturalmente também aqui, em Portugal - e que tais mudanças poderão levar, segundo os estudos que têm vindo a ser feitos, a uma maior frequência e violência das tempestades e a várias perturbações climáticas. Um tendência que as grandes companhias petrolíferas e automobilísticas e as forças políticas que defendem idênticos interesses,

tudo de Meteorologia, "a análise dos dados meteorológicos demonstra que existem importantes mudanças sistemáticas, ainda que os dados disponíveis não sejam suficientes para determinar se ocorreram neste século variações globais na variabilidade climática ou nos fenómenos extremos". À escala global, entretanto, "começa a haver provas de variações em alguns fenómenos e em indicadores de variabilidade climática".

Um alerta que importa registar.

## Alleg em Portugal apresenta «O Grande Salto Atrás»

A edição portuguesa do último livro de Henri Alleg - "O Grande Salto Atrás, reportagem numa Rússia de ruínas e esperança" - será lançado em Lisboa, no Palácio Galveias, no próximo dia 29, pelas 18.30 horas, por iniciativa da Editorial "Avante!".

Nesta obra, que tem merecido elogiosas referências da crítica francesa, o autor esboça um amplo painel da Rússia actual, mergulhada numa situação caótica após a destruição do socialismo e a desagregação da União Soviética, e dedica especial

atenção à análise da luta dos comunistas numa sociedade onde hoje impera o capitalismo mais selvagem do planeta.

Quem são, o que fazem, o que pensam os comunistas russos do final do milénio e como interpretam as situações que precederam a proibição e dissolução do PCUS, um partido que chegou a contar com quase vinte milhões de inscritos? Essas são algumas das questões abordadas por Henri Alleg no seu novo livro.

O autor de "O Século do Dragão", de "SOS América" e de



uma história, em três volumes, da revolução argelina, aproveitará a sua vinda a Portugal para pronunciar duas palestras, em Setúbal, no dia 30, e em Serpa, a convite da Câmara Municipal, no dia 31 deste mês. No dia 1 de Novembro visita Moura, onde se reunirá com amigos e camaradas, num almoço de confraternização.

Em todas as suas intervenções, Alleg, que será apresentado por Miguel Urbano Rodrigues, autografa exemplares do seu livro.

## Laura Lopes homenageada

O Conselho Nacional do Movimento Democrático das Mulheres (MDM) decidiu atribuir a sua Distinção de Honra referente a 1997 a Laura Lopes.

Uma homenagem que irá decorrer, no próximo domingo, na Sociedade Filarmónica Incrível Almadense, em Almada, e que constitui também, para o MDM, uma homenagem a todas as mulheres que "continuam a defender os direitos das mulheres, o aprofundamento da democracia e da paz".

Laura Lopes foi uma das fundadoras do MDM e do Conselho Português para a Paz e Cooperação.

## Segredo de justiça



O segredo de justiça vai ser objecto de alterações. O actual secretismo fica confinado à

fase de investigação, passando o processo a ser público a partir da acusação. Inscrita na ordem do dia por iniciativa do PP, que a justificou com o facto de a actual lei não ser "suficientemente correcta na defesa dos interesses do arguido", esta alteração materializada em projecto de lei mereceu o apoio dos restantes partidos da oposição. Alegando questões de metodologia e de conteúdo, que a deixaram isolada, a bancada do PS votou contra. Para a bancada comunista, pela voz de Odete Santos, a alteração ao regime actual serve os interesses dos cidadãos, da magistratura e da comunicação social. Nesse sentido, pese embora o diploma esteja aquém da "amplitude" preconizada pelo PCP, não deixa de avançar com propostas geradoras de "uma melhor reflexão sobre o segredo de justiça".

## Administração Pública



O regime de negociação colectiva e os princípios gerais em matéria de emprego na

Administração Pública estiveram em debate no Parlamento. Respondendo em parte a antigas reclamações dos trabalhadores da Função Pública e das suas organizações, as propostas agora contempladas na iniciativa legislativa governamental estão aquém do que era de esperar, carecendo manifestamente de melhorias em sede de especialidade. Essa é pelo menos a opinião do deputado comunista Rodeia Machado que, no debate realizado na semana transacta, manifestou a sua discordância quanto à imposição de um prazo rígido para as negociações - quando deveria ser apenas indicativo -, bem como para o facto de algumas matérias (o Estatuto de Aposentação, por exemplo) ficarem de fora da mesa de discussão entre os sindicatos e o Governo. Alvo de crítica, no que se refere ao regime de prestação do emprego público, foi a circunstância de o diploma incidir em aspectos parcelares e de em certos aspectos se ficar pela declaração de boas intenções. Lembrado por Rodeia Machado a este propósito foram os recibos verdes em relação aos quais houve a promessa do Governo de acabar com as possíveis fraudes. Só que, sublinhou, depois de aprovada a legislação nesse sentido, foram contratados a prazo cerca de cinco mil trabalhadores só para as escolas.

## Referendo europeu

## PCP denuncia farsa e manipulação

O Grupo Parlamentar do PCP acusou o Governo e o PSD de não estarem interessados em fazer um verdadeiro referendo europeu e de, ao contrário, estarem apenas movidos pelo propósito de "manipular o instituto do referendo e a vontade de debate e de intervenção dos portugueses".

Depois de nas suas recentes Jornadas Parlamentares terem chamado a atenção para este facto, ao qual atribuem a maior importância, a bancada comunista veio na semana transacta trazer de novo o assunto para a ordem do dia, levando-o a plenário em declaração política proferida por Lino de Carvalho e apresentando na Mesa do Parlamento um projecto de resolução com uma pergunta alternativa para o referendo europeu.

O que pode estar em causa, na perspectiva do PCP, é uma "monumental farsa" - como lhe chamou Lino de Carvalho -, uma vez que as perguntas propostas pelo Governo e pelo PSD "são vazias de conteúdo", negando aos portugueses a possibilidade real de se pronunciarem sobre o que de verdadeiramente essencial está em debate.

"Perguntar aos eleitores, como propõe o Governo, se

«Portugal deve continuar a participar na construção da União Europeia que resulta do Tratado de Amesterdão» é perguntar o que não está posto em causa já que nenhuma força política coloca a questão de Portugal não participar na construção europeia" sublinhou o deputado comunista, antes de concluir que se trata, por conseguinte, de "uma pergunta manipuladora e de resposta assegurada".

A questão fundamental reside, pois, noutro plano. Lino de Carvalho teve a preocupação de o situar, frisando, nomeadamente, que o Tratado de Amesterdão o que levanta como problema central é a "evolução da integração europeia no sentido de cada vez maiores transferên-

cias de soberania e no qual se insere o abandono do escudo como moeda nacional e o Pacto de Estabilidade com pesada multa aos países que não cumprirem os critérios de Maastricht".

Do ponto de vista da formação comunista "é isto que está em causa; é sobre isto que se divide a opinião das forças políticas portuguesas; é sobre esta questão essencial que aos portugueses deve ser dada oportunidade de se pronunciarem".

Daí a proposta dos deputados do PCP para que a pergunta a considerar no referendo, formalizada no projecto de resolução por si apresentado, tenha a seguinte redacção:

«Concorda que a evolução da integração europeia implique maiores transferências de soberania, desde a supressão do escudo e a imposição de multas aos países que não cumpram os critérios de Maastricht até às novas transferências previstas no Tratado de Amesterdão?»

Só a aceitação por parte do Governo e do PSD desta pergunta - e este foi o sentido do desafio lançado por Lino de Carvalho - poderá significar que, de facto, querem um referendo com sentido útil e não têm medo de apurar a vontade dos portugueses, nem esconder as questões essenciais que estão inscritas no Tratado de Amesterdão.

## Direito sindical na PSP

## As meias-tintas do Governo

Em matéria de reconhecimento de direitos dos profissionais da PSP, nomeadamente do direito de associação sindical, o Governo continua a assumir uma postura de grande tibieza, reveladora, não apenas da pouca importância que do ponto de vista ético e político lhe merece o respeito pelos compromissos assumidos (o PS enquanto oposição defendeu o reconhecimento do direito sindical), como também da sua falta de vontade (ou será falta de coragem para afrontar a chantagem da direita?) para ir ao encontro de uma legítima aspiração e de um direito hoje correntemente exercido em todos os restantes países da União Europeia.

Este finge "que anda mas não anda" voltou a estar em evidência no debate que sobre esta matéria teve lugar no Parlamento, faz hoje oito dias, em torno de diplomas subscritos pelo Governo e pela bancada do PCP.

João Amaral, que interveio em nome da bancada comunista, não teve dificuldade em demonstrá-lo. Depois de recordar com inúmeros exemplos e citações a posição histórica do PS, antes da derrota do PSD nas eleições de 1995, não hesitou em classificar a proposta de lei de "triste e envergonhado exemplo da política de meias-tintas" que o Governo e o PS vêm prosseguindo sobre esta questão.

"A proposta do Governo é uma desilusão. É fraca, insuficiente, medrosa. É uma má proposta que continua a não reconhecer o direito de associação sindical e o direito que lhe é essencial, de negociação colectiva", afirmou João Amaral, antes de se interrogar, em tom muito crítico, sobre as razões que levam o PS a ter medo e a não cumprir as promessas que assumiu neste domínio.

Verberado pelo deputado do PCP na proposta do Governo, noutro plano, foi o facto de no seu articulado ter deixado cair a norma que, de acordo com a Lei

Sindical, impõe para a constituição de um sindicato uma assembleia constituinte que abranja dez por cento dos trabalhadores sindicalizáveis. Como referiu João Amaral, esta norma - aliás acolhida na Lei 6/90 para as associações profissionais de polícia - constitui uma forma de aferir a representatividade das associações, assumindo, simultaneamente, um factor de estabilidade e segurança, na medida em que, observou, a "proliferação de associações é potencialmente fonte de conflitos e incertezas, designadamente nos processos de consulta e participação".

Não vendo nenhuma razão válida para tal atitude - "ao PS deve-lhe ter dado algum chlique cerebral e quando acordou apagaram-se-lhes as sérias razões que levaram àqueles dez por cento", ironizou João Amaral -, a única explicação por si encontrada, segundo rumores de que se fez eco, é que os referidos dez por cento são um empecilho



O direito de associação de natureza sindical virá inevitavelmente, mais dia menos dia, a ser reconhecido em lei

para levar a cabo certas "manobras partidárias". "Se são razões partidária que levam o PS a esta proposta desestabilizadora, então é muito grave", concluiu o parlamentar comunista.

Sintetizadas por João Amaral foram ainda algumas das pro-

postas inscritas no diploma subscrito pela bancada do PCP. De entre elas, frisou, está a clara defesa do sindicato e dos direitos que lhe são inerentes, com destaque para o direito de negociação que decorre da Constituição e o direito de dispensa de

serviço para exercício de funções sindicais. Relevo merecem igualmente as propostas que diminuem as restrições aos direitos de reunião e manifestação.

## Polícia Marítima

Debatida na mesma sessão plenária foi uma outra proposta de lei relativa ao regime de exercício de direito do pessoal da Polícia Marítima. Alvo de críticas por parte de João Amaral, quer quanto ao enquadramento quer quanto às soluções preconizadas, a proposta do Governo não responde às aspirações dos profissionais da Polícia Marítima no sentido de serem reconhecido um estatuto profissional digno e justo, que respeite os seus direitos fundamentais, incluindo o direito de associação.

Encarando a proposta como mais "um acto na política de remendos" desenvolvida pelo Governo para o sector, num contexto de "indefinições" e de "confusão total", para João Amaral, "a única solução aceitável e possível", é conferir à Polícia Marítima um estatuto que acompanhe o estatuto da PSP.

## Portagens do Oeste

## Oposição recusa chantagem

As portagens na região Oeste motivaram um acalorado debate no Parlamento, com a oposição, de um lado, a defender a abolição das mesmas, e o Governo, por outro, numa postura de total intangibilidade, a não revelar qualquer abertura e a socorrer-se de argumentos que foram apelidados de "terrorismo político".

Num debate agitado foi, aliás, o ministro João Cravinho que acabou por deitar mais achas para a fogueira, ao afirmar que a aprovação do projecto de lei que propõe a abolição das portagens, subscrito por todos os partidos da oposição, representaria um prejuízo de 17 milhões de contos para a Junta Autónoma das Estradas (JAE), que não só atrasaria o Plano Rodoviário Nacional, como comprometeria a opção pelo aeroporto da Ota.

Uma chantagem que o líder parlamentar comunista, Octávio Teixeira, não deixou passar, acusando o ministro do Equipamento Social, Cravinho, de não ter apresentado qualquer argumento

sério para justificar a opção do Governo pela manutenção das portagens.

"O Sr. ministro não tem qualquer argumento sério e, por isso, arranjou pretextos terroristas", sublinhou Octávio Teixeira, que repudiou ainda o que qualificou de "chantagem sobre as populações".

No decorrer do debate, António Filipe, justificou a posição do PCP no sentido da eliminação das portagens no ICI, argumentando que a decisão do Governo é "um negócio escandaloso e inaceitável, à custa do povo e da economia da região Oeste".

"Para ir de Torres Vedras ao Bombarral, ou vice-versa pela estrada nacional número oito - a tal alternativa - é preciso transpor uma velha estrada que em 25 quilómetros tem 360 curvas. Só o ICI poder resolver este problema", argumentou.

O deputado comunista pediu depois a aprovação rápida do projecto de lei subscrito pelas oposições, porquanto, disse, "a opção que o Governo impõe às populações do Oeste é entre a bolsa ou as curvas".

## Palavras e Cromos



■ Urbano Tavares Rodrigues

# O meu Che

**T**odo o revolucionário, que digo?, todo o homem livre, ou que deseja sê-lo, traz no coração (e na cabeça) uma imagem do Che.

É inevitável que da luz intensa e das sombras da sua vida heróica, tão barbaramente truncada (assim ele o quis) em la Higuera, surjam múltiplas projecções do homem complexo, nas suas inquebrantáveis convicções, que foi Ernesto Guevara.

Culto, sedutor, com qualquer coisa de arcanjo do desafio e da revolta, o futuro Che começa a medir-se consigo mesmo, com as suas crises de asma, desde a infância. Entre a vocação da dádiva e o gosto pela batalha, Guevara exercita a vontade quer na leprosa onde, jovem médico, lida com o sofrimento alheio, quer na aventureira viagem de prospecção humana e estético-cultural que empreende pelas florestas e pelos altiplanos agrestes, pelas águas extasiadas do lago Titicaca da sua América Latina. É então, no contacto com terras e gentes que lhe serão tão queridas que ele encontra a grande Pátria a redimir: a *Nuestra America*, que é também a de Martí.

Na Guatemala assiste ao desmantelamento cruel da democracia avançada de Jacobo Arbens e vê de perto o rosto do inimigo da Humanidade, que ele há-de combater até ao fim: o imperialismo norte-americano.

Leitor atento de Marx e de Lenine, mas também de Malraux, de Sartre e de Camus, vai para o México com o seu projecto de justiça e liberdade e aí firma com Fidel Castro um pacto de amizade e companheirismo, que o leva ao Granma e à *Sierra Maestra*, primeiro como médico e pouco depois como combatente, numa sucessão de duras provas, confrontos, vitórias, sacrifícios, que revelam a sua ténpera excepcional. Guevara é o homem que quer a todo o momento superar-se, tornar possíveis os impossíveis, marcar com o fogo da sua vontade, do seu exemplo, a terra que pisa, os homens que o seguem, o mundo a transformar. Não por orgulho: por espírito de missão. E por gosto. Quando assume as funções de presidente do Banco Nacional de Cuba, de ministro, de chefe de missões ao exterior (na Argélia, em Moscovo, na ONU); está sempre a transcender-se, a visar mais alto, tal como quando corta cana-de-açúcar, passa fome ou vence a asma. E tenta arrastar os outros às mesmas provas duríssimas a que se submete. Quer mudar a vida.

E no meio de tudo isso sorri. Ama a cultura e a arte e conchebe-as em liberdade.

Um dia, ou melhor, pouco a pouco, descobre que o socialismo está desvirtuado na URSS e na Europa de Leste, onde certos privilégios renascem e o povo já não exprime abertamente a sua vontade nem pesa na governação. Onde está o exército de vontades, para não dizer de heróis e de santos (santos laicos bem entendido) que ele idealizou? Guevara começa ele próprio a queimar os galões.

O seu teatro de acção é o mundo. Primeiro será o Zaire, depois a Bolívia. A guerrilha do Congo fracassa, mercê das circunstâncias adversas e da falta de qualidade de muitos dos combatentes africanos que o cercavam.

O imperialismo americano sujeita cruel e hipocritamente a América Latina.

Arrancou o Che de Ñancahuazú, com a esperança de que as massas populares, sobretudo os camponeses, haviam de aderir ao «núcleo guerrilheiro» e que este se transformaria numa força considerável, capaz de criar na Bolívia um novo Vietnam.

Falharam as suas visionárias previsões. Com coragem desmedida, Guevara aguenta todos os reveses, ao lado dos seus heróicos companheiros. Cercado e ferido nas pernas, já sem munições, na chapada de Yuro, é preso e afronta, com a altivez e a naturalidade de sempre, o seu último percurso. É covardemente assassinado na pequena escola primária onde o encerram, onde o seu cadáver foi fotografado sobre uma mesa tosca, semelhante a um mártir feliz.

O seu exemplo de integridade, a sua inteligência superior, a sua atracção pela batalha, a luz clara do seu olhar, tão límpido e cheio de confiança, matizado de ironia, ou de alegria, fizeram dele uma figura mítica, que cativou sucessivas gerações de jovens mais ou menos conscientes politicamente, desde o ano da sua morte, 1967. Imagem viva de coerência e fidelidade à ideia de revolução, Che Guevara viveu as suas missões, cargos, combates (a sua luta pela socialismo) até aos últimos instantes da sua existência com absoluta paixão. Amor e rigor combinam-se na sua personalidade, como cultura e aventura, justiça e liberdade.

# Orçamento da UE Fazer omoletes sem partir ovos

O Parlamento Europeu, reunido em Estrasburgo, vota hoje a primeira leitura do orçamento da União Europeia para o ano de 1998. À semelhança dos últimos dois anos, a proposta do Conselho para 1998 é moldada pelos dois grandes projectos políticos do momento: a União Económica e Monetária e o alargamento da UE aos países de Leste e Chipre.

Num momento em que o emprego ocupa um lugar cimeiro entre as preocupações europeias (pelo menos ao nível das intenções), estando até já marcada para Novembro uma Cimeira Extraordinária entre chefes de Estado e de Governo exclusivamente dedicada ao assunto, as orientações atribuídas ao orçamento foram também justificadas pela intenção de dar resposta ao problema. Assim, o parlamento acabou por seguir uma lógica de criação e desenvolvimento de programas específicos de apoio às Pequenas e Médias Empresas (PME), com a apresentação de propostas de apoio a iniciativas directas sobre o mercado de trabalho e estímulo às PME's.

No entanto, perante a contingência de criar iniciativas para o emprego dentro de um limite de despesas que não pode crescer, a opção foi a redistribuição de verbas com o consequente corte de algumas rubricas, nomeadamente de cariz social, para assegurar o financiamento de qualquer eventual iniciativa de criação de emprego.

O resultado desta engenharia financeira é que os 391 milhões de ecus disponibilizados para o emprego resultam de cortes efectuados em

políticas internas, redistribuição de verbas já existentes e aproveitamento de remanescentes. Devido ao espalhamento da moeda única e do alargamento, o orçamento da UE não é acrescentado nem em um ecu e o dinheiro para o emprego é arranjado à custa do corte de políticas já existentes. Nomeadamente políticas sociais (educação, juventude, acções sociais, património, turismo, entre outras) também elas geradoras de postos de trabalho...

A proposta que hoje se vota é o produto de uma votação-maratona da comissão de orçamentos do PE, realizada durante a semana passada em Bruxelas, e contempla algumas das propostas então apresentadas pelo PCP.

Entre estas contam-se a inclusão de Timor-Leste numa lista de países que usufruem de financiamentos de apoio ao desenvolvimento, a alteração e aumento de uma linha de apoio à pequena pesca costeira e o financiamento de Organizações Não Governamentais (ONG's) de apoio a deficientes.

Relativamente às propostas chumbadas pela comissão de orçamentos, sobre apoio ao turismo, suporte de iniciativas contra o racis-

mo e a xenofobia e o apoio às regiões ultraperiféricas (Açores e Madeira), elas serão rerepresentadas pelo PCP e votadas hoje em plenário.

## A cortar é que eles se entendem

Num momento em que os países da União Europeia atravessam enormes dificuldades, que encontram a sua expressão na exorbitante cifra de 20 milhões de desempregados, a resposta orçamental é a execução de cortes nas políticas de coesão e nas acções sociais (menos 18,7 milhões de ecus), juventude (menos 10,6 milhões de ecus), cultura (menos 7 milhões de ecus), defesa do consumidor (menos 4,3 milhões de ecus) e ambiente (menos 1,65 milhões de ecus). Mais uma vez, o objectivo da moeda única está no cerne destas opções.

Mesmo assim só não se foi mais longe porque a proposta do Conselho de efectuar cortes no montante de mil milhões de ecus ao nível dos fundos estruturais não encontrou eco na comissão de orçamentos do PE, que a rejeitou. Estes cortes tinham uma enorme vantagem: diminuindo as acções estruturais diminui-se automaticamente as despesas públicas que sempre as acompanham, ajudando-se, assim, os países em causa (Alemanha e França, nomeadamente) a controlarem o défice orçamental, critério fundamental de acesso à moeda única. Ao mesmo tempo, o dinheiro poupado

com os demais cortes (os tais 391 milhões de ecus), esses sim realmente efectuados, pode ser investido em projectos de criação de emprego sem que para tal se tenha que dispensar recursos financeiros adicionais.

A um nível mais simbólico, esta austeridade acaba por funcionar como uma manifestação de solidariedade para com os Estados-membros que participam na corrida para o Euro, todos eles forçados a aplicar políticas de grande rigor financeiro.

Em relação ao alargamento, as poupanças efectuadas pretendem cobrir os custos financeiros do projecto dentro do tecto orçamental de 1.27% do Produto Nacional Bruto, definido no Conselho Europeu de Edimburgo, que a Comissão pretende manter para a programação financeira para 2000-2006, que agora se está a discutir.

Esclarecedoramente, uma das rubricas que teve direito a aumento foi a destinada às «campanhas de informação», que ascende a 106 milhões de ecus. Destes, 42 milhões destinam-se a acções sobre o Euro e o novo Tratado da UE. Refira-se que a campanha do Euro, desde 1996, absorveu 40% das verbas destinadas a campanhas de informação.

De acordo com o procedimento habitual, a proposta resultante desta votação será remetida para o Conselho Europeu, que se pronunciará até Novembro, altura em que o PE fará a segunda e, em princípio, última leitura.

## Propostas à Cimeira do Emprego

Por iniciativa do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia (GUE/NGL), de que fazem parte os deputados do PCP, realizou-se na passada terça-feira, em Estrasburgo, uma «Jornada pelo Emprego», em que participaram sindicalistas de vários países europeus (Portugal, França, Grécia, Suécia e Finlândia). No final aprovou-se um documento, de que reproduzimos os principais pontos, a dirigir à cimeira Europeia sobre o Emprego, que decorre no Luxemburgo nos dias 20 e 21 de Novembro, com as propostas do Grupo sobre a questão. Nos trabalhos, que visaram promover o debate e a troca de ideias entre os deputados do GUE e os sindicalistas, participaram Manuel Ramos, da Federação da Função Pública, e Augusto Praça, da Federação da Hotelaria.

**1** É necessário ter em vista o aumento do poder de compra e o relançamento das empresas públicas sociais (educação, saúde, habitação) a fim de melhorar as condições de vida dos cidadãos e de favorecer o crescimento e o emprego. Tal política contribuiria para reduzir os défices, aumentando as receitas públicas e sociais. A realização da União Económica e Monetária, reforçada pelo pacto de estabilidade, constitui um obstáculo importante a estes objectivos; é necessário rediscutir o conceito de União Económica e Monetária, dando prioridade ao emprego e à coesão social.

**2** Para favorecer o relançamento dos investimentos produtivos, lutar contra a especulação e o *dumping* social, utilizar o dinheiro para satisfazer as necessidades sociais, é necessário controlar e taxar os movimentos especulativos de capitais e rever a política fiscal, que beneficia, hoje, o capital em detrimento do trabalho, a fim de inverter a tendência actual.

**3** Para favorecer a criação de postos de trabalho e melhorar as condições de vida, é conveniente reduzir o tempo de trabalho semanal sem diminuição de salário e sem flexibilização nem precarização do trabalho, melhorar a formação (dando prioridade aos desempregados), prever licenças para satisfazer as necessidades sociais, familiares e de formação.

**4** É urgente defender e renovar o sector público a fim de preservar o emprego, responder às necessidades dos utentes e proteger as categorias mais vulneráveis da população.

**5** Para além da coordenação das políticas nacionais económicas e em matéria de emprego, é necessário assegurar a integração das questões do emprego em todas as políticas comunitárias, sem prejuízo da convicção de que as políticas sectoriais nunca poderão substituir uma verdadeira estratégia e políticas para o emprego.

**6** É necessário promover programas de expansão económica descentralizados, designadamente mediante um reforço

dos Fundos Estruturais, e incrementar os empréstimos do BEI para projectos de interesse comum. As ajudas às empresas devem ser mais controladas por forma a contribuir verdadeiramente para a criação de empregos e não para reestruturações e deslocalizações acompanhadas de despedimentos.

**7** É necessário pôr em causa as políticas radicadas na desregulamentação, nas privatizações, na redução do custo do trabalho, na flexibilização e na precarização do trabalho, pois são prejudiciais ao emprego e às condições de vida dos assalariados e das suas famílias. É conveniente relançar as políticas industriais, reforçar os esforços em matéria de investigação e desenvolver actividades que apresentem um carácter de utilidade social.

**8** A União Europeia deve tirar ensinamentos das recentes decisões da OMC e empreender um processo de revisão do funcionamento dos organismos internacionais, a fim de ter em maior consideração as questões sociais, sanitárias, culturais e ambientais e contribuir para o desenvolvimento de cooperações multilaterais e bilaterais desprovidas do espírito de guerra económica.

**9** Um verdadeira política de emprego não pode ser eficaz sem um efectivo progresso social mediante a conquista de novos direitos sociais, nomeadamente o direito de expressão, o direito de informação sobre as decisões das empresas, o reforço da protecção contra os despedimentos e as deslocalizações, a igualdade de acesso de todos aos direitos sociais, sem discriminação, bem como a proibição de todas as formas de discriminação baseadas na raça, no sexo, na religião, nas opiniões políticas e nas deficiências.

## Congo

# Uma guerra com cheiro a petróleo

Após quatro meses de confrontos, que terão provocado 10.000 mortos, as forças do general Denis Sassou Nguesso controlam hoje praticamente toda a República do Congo. Enquanto a comunidade internacional, que assistiu sem reagir ao conflito, apela à retirada de todas as forças estrangeiras do país e à realização de eleições livres, Nguesso pede «compreensão e ajuda» e apela à «reconciliação nacional».

O apelo de Nguesso foi feito na passada sexta-feira, em Oyo, norte do Congo, dado que a capital do país, Brazzaville, se encontra completamente destruída após a guerra civil que levou ao derrube do presidente Pascal Lissouba.

O general anunciou a formação de um «governo de unidade nacional que terá por objectivo a reconstrução do país, que se tornou um vasto campo em ruínas», e manifestou a intenção de «retomar o processo democrático» com «um período de transição em que se irá construir o Estado, refazer as instituições democráticas, organizar eleições livres e transparentes», sem contudo avançar datas. Nguesso pediu ainda «compreensão e assistência» à comunidade internacional, para fazer face às consequências de quatro meses de guerra que provocaram, segundo afirmou, cerca de 10.000 mortos.

Entretanto, no fim-de-semana, alguns bairros de Brazzaville continuavam a ser palco de pilhagens, enquanto a Cruz Vermelha prosseguia a recolha dos cadáveres espalhados na capital e os milícias «cobras» do novo Presidente faziam a ronda no centro da cidade. Não foi assinalado nenhum confronto.

A comunidade internacional, por seu lado, parece não ver motivos para questionar o derrube do regime Pascal Lissouba e a vitória militar de Sassou Nguesso. Numa primeira reacção oficial, na noite de quinta para sexta-feira da semana passada, o Con-

selho de Segurança da ONU apelou «à retirada imediata de todas as forças estrangeiras e de todos os mercenários», e à aplicação de um cessar-fogo.

## O homem da Elf

Segundo o diário francês «L'Humanité», o ministro dos

negócios estrangeiros, Hubert Védrine, comentou da seguinte forma a situação: Denis Sassou Nguesso tornou-se «o interlocutor da França e da generalidade dos outros países». «Trata-se agora de saber o que vai ele fazer com a sua vitória. (...) Registo com interesse que Sassou Nguesso falou de eleições, de um governo de união nacional, sem referir a um calendário para as eleições. O que começou a dizer é interessante. Resta saber qual será o conteúdo exacto que vai dar a estes compromissos».



O regresso de Denis Sassou Nguesso ao Congo, após o exílio em Paris

esta passividade da comunidade internacional face à guerra

flito, a Elf não deixou de sublinhar que «o Congo tem, antes de tudo, necessidade de produzir o seu petróleo». O que é um facto, já que as receitas petrolíferas representam 60 por cento das receitas do Estado, mas não explica por que é que a Elf prefere Nguesso a Lissouba. É justamente aqui que parece estar o busilís da questão: Lissouba pretendeu reduzir a influência francesa, «esquecendo» a enorme dívida do Congo à empresa.

Se é verdade que «Nguesso é o homem da Elf e dos franceses», como alguns afirmam, o petróleo já ditou a sua ordem.

## O regresso de Sassou Nguesso

O (de novo) homem forte do Congo, general Denis Sassou-Nguesso, nasceu em 1943 em Edou, no norte do país, e formou-se na escola de Infantaria de Saint-Maixent, em França.

Em Agosto de 1963, participa no levantamento que derrubou o regime de Fulbert Youlou e, cinco anos mais tarde, no movimento insurreccional que leva ao poder o comandante Marien Ngouabi, que virá a ser assassinado em 1977.

Nomeado director da segurança do Estado e depois ministro da Defesa, Sassou-Nguesso cria em 1969 o Partido Congolês do Trabalho (PCT), que se afirma de orientação marxista-leninista. Em 1979, encabeça um movimento de oposição ao «desvio direitista» protagonizado, segundo afirma, por Joachim Yhombi-Opango, chefe do partido único e do Estado. Forçado a demitir-se, este é substituído nos dois cargos por Sassou-Nguesso.

Em 1990, o regime de Nguesso encontra-se a braços com a bancarrota do país, uma inflação galopante e fortes acusações de corrupção. Pressionado a nível interno e externo, Nguesso enceta um processo de democratização política, de que resulta a institucionalização do multipartidarismo e a organização de eleições livres. O escrutínio dá a vitória a Pascal Lissouba, que se torna Presidente da República em 1992.

Retirado em Paris, Denis Sassou-Nguesso faz a sua travessia no deserto. Regressa a Brazzaville em Junho de 1997, altura em que começam os confrontos. Em Outubro, Nguesso afirma-se de novo como o homem forte do Congo.

## Moção de censura ao governo russo

A votação da moção de censura ao Governo russo apresentada na semana passada pelo Partido Comunista na Duma foi adiada para o dia de ontem, a pedido do presidente Boris Ieltsin. «Não me metam numa situação delicada», afirmou Ieltsin, apelando aos deputados para manterem o diálogo com o Executivo e ameaçando com a dissolução da Duma. O líder comunista, Guennadi Ziuganov, que conta com o apoio do Partido Agrário e do «Poder do Povo», afirmou que a moção representa uma recusa a uma política que «conduziu à desindustrialização e ao empobrecimento do país». Caso a moção seja aprovada, o primeiro-ministro Viktor Tchernomirdin «apresentará imediatamente a sua demissão», como foi anunciado pelo vice-primeiro-ministro Anatoli Tchubais. O Governo só será demitido se a Duma aprovar duas moções de censura no espaço de três meses.

## Acordo em Itália

O Governo italiano e o Partido da Refundação Comunista (PRC) chegaram a acordo sobre o Orçamento de Estado para 1998, na semana passada. O PRC compromete-se a apoiar o Executivo liderado por Romano Prodi durante um ano e a aprovar a lei das Finanças. O chefe da bancada parlamentar comunista, Oliviero Diliberto, disse que o PRC conseguiu «melhorias significativas» no conteúdo da lei, nomeadamente a introdução das 35 horas semanais de trabalho. O líder do PRC, Fausto Bertinotti, confirmou que o seu partido não participará no Governo visto existirem «diferenças estratégicas».

## Oito centenas de curdos mortos pelas forças turcas

De acordo com as tropas turcas, 862 separatistas do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) foram mortos durante as ofensivas da Turquia em território iraquiano, nas últimas três semanas. Dezenas de outros curdos foram capturados. O exército declarou que se registaram 15 mortos e 140 feridos nas suas fileiras.

A intervenção turca contra as posições curdas mobilizou 15 mil soldados, cerca de cem carros de combate e a aviação.

## Che Guevara sepultado em Santa Clara

Trinta anos após o seu assassinato na Bolívia, Ernesto «Che» Guevara foi sepultado em Santa Clara, Cuba, na passada sexta-feira, na presença de Fidel Castro. O cortejo fúnebre, que teve início em Havana, juntou milhares de pessoas durante os 300 quilómetros do percurso. Os seus restos mortais foram expostos em ambas as localidades.

## Atentado no Sri Lanka

Vinte pessoas morreram e uma centena ficaram feridas na sequência de um atentado com um carro armadilhado em Colombo, a capital do Sri Lanka, no passado dia 15. A explosão foi seguida de um tiroteio, em que dez separatistas foram abatidos pelas forças de segurança. Os Tigres de Libertação do Eelam Tamil desmentiram qualquer intervenção no atentado, horas depois da autoria da acção lhes ter sido apontada.

## Observadores defendem

# Julgar o Herri Batasuna com justiça

«No fundo, a defesa do Herri Batasuna é uma questão de democracia e liberdade», afirmou na semana passada Urbano Tavares Rodrigues, um dos observadores internacionais do processo judicial da direcção do partido nacionalista basco, que está a decorrer em Madrid.

«Este julgamento parece-me um esforço de um governo de direita, arrogante e persecutório, para aniquilar a luta do povo basco pela sua independência. Pressionou através de múltiplas formas a opinião pública e o próprio tribunal, inclusivamente através de uma campanha mediática gigante no sentido de procurar a condenação do Herri Batasuna. A identificação do Herri Batasuna com a ETA é o motor desta poderosa operação, mas

não creio que essa pretensão seja plenamente conseguida», acrescentou o escritor português.

No decorrer do julgamento do Herri Batasuna, a defesa pôs em causa a imparcialidade dos juízes e denunciou as pressões governamentais e dos meios de comunicação a favor de uma condenação, solicitando a suspensão do julgamento até que cessem as pressões ou o seu deslocamento para o País Basco. Por outro lado, propôs a aceitação de novas provas, negando a validade dos documentos da Guarda Civil que pretendem provar a relação entre o Herri Batasuna e a ETA.

Partilhando a mesma posição, os observadores independentes creditados pelo Supremo Tribunal espanhol denunciaram,

na semana passada, que o referido documento «parece reflectir mais uma opinião pessoal da Guarda Civil que factos provados» - como foi anunciado pelo «Avante!» no último número. O grupo de dez observadores referiu-se também ao incumprimento dos requisitos e garantias exigidos pela Convenção Europeia dos Direitos Humanos que o Estado espanhol ratificou, e que fazem referência à imparcialidade dos juízes e ao respeito da presunção de inocência dos réus.

## Penas de 23 anos para caso GAL

O procurador do Supremo Tribunal espanhol pediu penas até 23 anos de pri-

são para os responsáveis pelos Grupos Antiterroristas de Libertação (GAL), autores de vários atentados contra membros da ETA entre 1983 e 1987 que provocaram a morte de 26 pessoas, bem como o rapto do empresário Segundo Marey, em Dezembro de 1993. Os membros dos GAL são acusados de assassinatos e torturas, detenções ilegais, filiação numa organização armada e desvio de fundos públicos.

O escândalo dos GAL foi conhecido no fim de 1995 depois das revelações de dois polícias. Estão envolvidos no caso diversas figuras da política espanhola, nomeadamente o ex-ministro do Interior, José Barrionuevo, e o ex-secretário de Estado para a Segurança, Rafael Vera.

Octávio Teixeira ao "Avante!" sobre

# Orçamento de



**D**epois de ter sido apresentado aos Partidos e ter dado entrada no Parlamento, o Orçamento do Estado para 1998 está desde sexta-feira passada e até ao próximo dia 27 em fase de apreciação na generalidade nas comissões permanentes da Assembleia da República. Da natureza deste Orçamento - determinado pelo objectivo da adesão à moeda única, considerado pelo Governo como prioritário e essencial -, bem pode dizer-se: nenhuma novidade substantiva há a registar. É a evolução na continuidade, materializada na mesma linha de rumo das políticas económica e social corporizadas pelos governos do PSD e na mesma opção de beneficiar o capital em detrimento do trabalho. O resultado está à vista: manutenção da injustiça fiscal, acentuar das desigualdades, continuação de um forte desequilíbrio na distribuição da riqueza, alienação do mais valioso património público, níveis de pensões e reformas muito aquém das necessidades deste vasto sector da população. Tudo motivos mais que suficientes a explicarem a leitura fortemente crítica do PCP e sua frontal oposição a um Orçamento que, como salienta o líder parlamentar do PCP, Octávio Teixeira, em entrevista ao "Avante!", continua a "penalizar fortemente os salários e a beneficiar principescamente os lucros".

**- Como caracterizas, em termos gerais, o Orçamento do Estado para 1998?**

- Para o Governo do PS, este é o último Orçamento pré-adesão à moeda única ou o Orçamento da moeda única.

Por isso, e como era de esperar, a proposta de Orçamento do Estado para 1998 tem esse objectivo como prioritário e essencial.

Mas, paralelamente, o OE para 1998 revela uma outra característica essencial: é a de manter intocados todos os privilégios de que o capital e a actividade financeira e especulativa vêm gozando, com os Governos de Cavaco, primeiro, com o Governo de Guterres, agora.

**- Sem novidades, por conseguinte, nas suas grandes linhas de orientação...**

- Quer o conteúdo do OE98 quer o quadro macroeconómico em que se insere relevam da mais completa evolução na continuidade dos anos anteriores.

Mais uma vez, é patente a total ausência de medidas, de fundo ou meramente reformistas, que ao menos pudessem indiciar uma alteração de políticas económica e social por parte do Governo PS alternativas às prosseguidas anteriormente pelos Governos do PSD.

**- Queres exemplificar?**

- Assim o é, desde logo, na perspectiva da injustiça que grassa na distribuição da riqueza criada.

O quadro macroeconómico do Governo aponta para um crescimento económico de 3,8%, sendo que, embora não o explicita, o Governo deve estar a admitir um aumento da produtividade do trabalho de 2,5% a 3%.

Daqui resulta que, mesmo que apenas se mantivesse uma perspectiva conservadora de manutenção das profundas desigualdades na distribuição do rendimento nacional, os salários nominais deveriam aumentar em 1998 entre 4,5% e 5% (já que a taxa de inflação prevista pelo Governo é de 2%). Ou, mais correctamente, de 5% a 5,5% se tivermos em conta o deflator do PIB de 2,5% previsto pelo Governo.

**- Aumentos percentuais de que o Governo nem quer ouvir falar...**

- Com efeito o Governo aponta para uma evolução salarial na sociedade portuguesa que não ultrapasse os 3% a

3,5%. Sendo que para os trabalhadores da Administração Central e Local o Governo propõe bastante menos que isso (2,15%): para adequar o OE à moeda única e para dar um sinal e um incentivo ao grande patronato.

Isto é, um Governo que emana de um Partido Socialista propõe-se continuar a prosseguir uma degradação da distribuição do rendimento gerado pelo trabalho, retirando aos trabalhadores para beneficiar o capital. Tal como já o fez em 1996 e 1997, de acordo com o próprio relatório do OE98.

**- Em termos macroeconómicos, quais te parecem ser, em síntese, as grandes opções do Governo?**

- De um modo mais geral, a opção macroeconómica do Governo para 1998 continua a ser a de penalizar fortemente os salários e beneficiar principescamente os lucros, de procurar escamotear o desemprego com a "criação" de empregos na agricultura e com o emprego precário (e conjuntural) na construção civil, e de forçar os consumidores a manterem um certo crescimento do consumo privado não através dos legítimos e necessários aumentos dos salários reais mas à custa de um exponencial acréscimo do recurso ao crédito bancário para a aquisição de bens de consumo (+90% no primeiro semestre de 1997).

**- Parece ser correcto afirmar-se, pois, que assistimos a uma evolução na continuidade das políticas conservadoras. Esta realidade está igualmente patente no conteúdo substancial do OE98?**

- Sem dúvida. Desde logo, de modo particular, no âmbito da fiscalidade, instrumento que deveria funcionar como corrector das desigualdades mas que funciona, de facto, como elemento de aumento das desigualdades.

Importa recordar que o PS, na campanha eleitoral de 1995, e o Governo do eng. Guterres, no programa do Gover-

no, prometeram fazer uma reforma da reforma fiscal de Cavaco Silva, para tornar o sistema fiscal mais justo, para reduzir os benefícios fiscais de que ilegitimamente gozam as actividades e operações financeiras, para tributar todos os que sem razão legítima não pagam impostos, para, finalmente, reduzir o excessivo peso da carga fiscal que incide sobre os trabalhadores por conta de outrem.

No Orçamento de 1996, o Governo nada disso fez com o argumento de que tinha entrado em funções há pouco tempo e não tivera tempo de estudar as soluções concretas a aplicar.

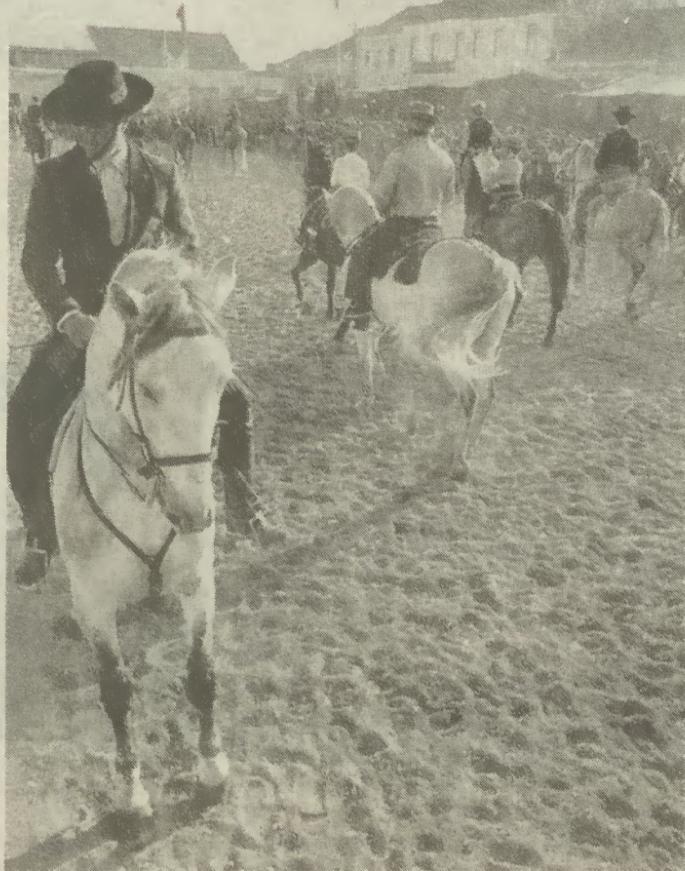
No Orçamento de 1997, o Governo continuou a nada



**“A opção macroeconómica do Governo para 1998 continua a ser a de penalizar fortemente os salários e beneficiar principescamente os lucros”**

fazer de concreto, com o pretexto de que os estudos ainda não estavam concluídos, mas foi pedindo autorizações legislativas que o habilitassem a fazer algumas dessas alterações ao longo de 1997. Dessas autorizações legislativas, porém, e chegados a este final de ano, cerca de 75% pura e simplesmente não foram nem vão ser utilizadas. De acordo com o que consta do relatório do OE98, daqui até 31 de Dezembro o Governo do PS apenas pretende baixar a taxa do imposto sobre ...os lucros!

# AUTÁRQUICAS 97



## Distrito de Santarém

### Provas dadas confiança reforçada

**A** CDU é a força maioritária em seis Câmaras e 30 juntas de freguesia do distrito de Santarém. Tem uma forte representação em mais seis câmaras, 16 assembleias municipais e 97 assembleias de freguesia. Ao todo são 515 eleitos que têm dado provas concretas de um trabalho válido, em minoria ou maioria, ao serviço das populações. É este trabalho que a Coligação pretende continuar e ampliar no próximo mandato.

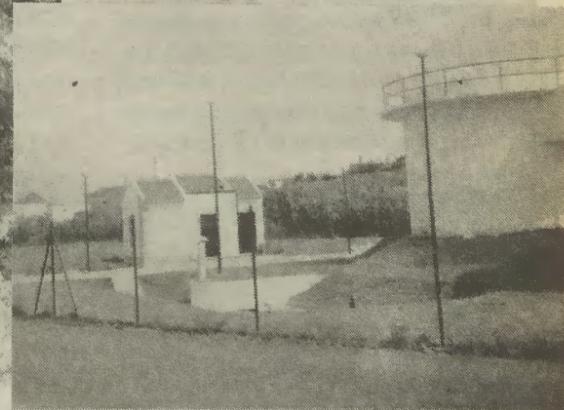
Santarém é o segundo distrito do país em número de municípios e o terceiro em superfície e surge integrado na chamada Região de Lisboa e Vale do Tejo. O seu território estende-se por cerca de 6700 quilómetros quadrados, onde vivem cerca de 440 mil habitantes repartidos por 21 concelhos.

Apesar da sua proximidade à grande área urbana de Lisboa, 62 por cento da população vive em pequenos aglomerados com menos de dois mil habitantes. A economia da região continua a ser marcada pela agricultura, que beneficia de solos férteis e da abundância de água, mas, graças ao papel dinamizador das autarquias, é já significativo o número de empresas que se instala nalguns concelhos, aproveitando as condições e incentivos, assim com a excelente localização geográfica.



Empenhados na promoção do desenvolvimento integrado, na defesa do meio ambiente e da qualidade de vida, os candidatos da CDU têm uma atitude reivindicativa face ao Governo exigindo deste políticas coerentes que favoreçam o emprego e combatam a desertificação.

A CDU concorre às próximas eleições com confiança e determinação colocando como objectivo manter e alargar as actuais maiorias, alargá-las a outros órgãos autárquicos e reforçar a sua representação geral no distrito de Santarém.



# Alpiarça

## Com todos para a modernização

**C**oncelho com uma só freguesia, Alpiarça está situado na margem esquerda do Tejo abraçando um território com 94 quilómetros quadrados e cerca de 8.500 habitantes.

Nas suas terras, o homem deixou marcas que remontam há mais de dez mil anos. Provam-no os importantes achados arqueológicos do paleolítico inferior que fizeram com que as estações do Alto do Castelo, Cabeço da Bruxinha, Necrópole do Tanchal, Necrópole do Meijão e Cabeça da Bruxa fossem classificadas como Património Arqueológico Nacional. Marcôs milenários dedicados a Trajano indicam ainda a passagem no concelho da via militar romana que ia de Lisboa a Mérida.

Da antiguidade para os nossos tempos, Alpiarça foi freguesia do concelho de Almeirim a partir de 1838; elevada a Vila em 1906 e a Concelho em 1914. Ficaria conhecida pelos importantes comícios de propaganda republicana ali realizados em que participaram as principais figuras do movimento. José Mascarenhas Relvas, que fixou residência no concelho, proclamou a República em 5 de Outubro, tendo sido Ministro das Finanças e mais tarde chefe do Governo. A Casa de José Relvas - a Casa dos Patudos - por si legada à povoação, foi transformada em Museu e é um dos pontos de visita obrigatório na Vila.



Reserva zoológica

### Desafios do futuro

Essencialmente agrícola, Alpiarça é uma região vinhateira por excelência, distinguindo-se pelos vinhos brancos que aqui se produzem. Melão, tomate, azeite, cortiça, batata, milho, trigo, morango e outras frutas são igualmente importantes produtos da economia do concelho, para além dos seus famosos vinhos licorosos, aguardentes e as passas de uva moscatel que se fabricam na vila desde o início do século.

Em clima de confiança, entendimento e cooperação com agentes económicos, desportivos e cul-

turais, o concelho, tem-se modernizado provando que é um concelho jovem, com futuro, onde vale a pena viver.

O bom trabalho das gestões CDU tem mudado a face de Alpiarça. A rede viária ampliou-se e modernizou-se apresentando novas pavimentações, agora executadas com equipamentos da autarquia.

O crescimento urbanístico denota projectos de qualidade superior, onde se enquadram equipamentos colectivos, como o Centro de Juventude, sedes de colectividades, a Barragem dos Patudos, a Reserva Zoológica, o Parque de Campismo, a Casa-Museu, escolas, postos médicos, jardins e zonas verdes. Para breve aguarda-se a abertura do complexo de piscinas municipais, cujos trabalhos avançam a bom ritmo.

Alpiarça é ainda conhecida pelas suas feiras, com destaque para a Alpiarga e Feira dos Vinhos que diversificaram os seus programas atraindo maior número de visitantes. Também a actividade cultural, desportiva e recreativa foi alargada a novas áreas ganhando mais adeptos e praticantes.

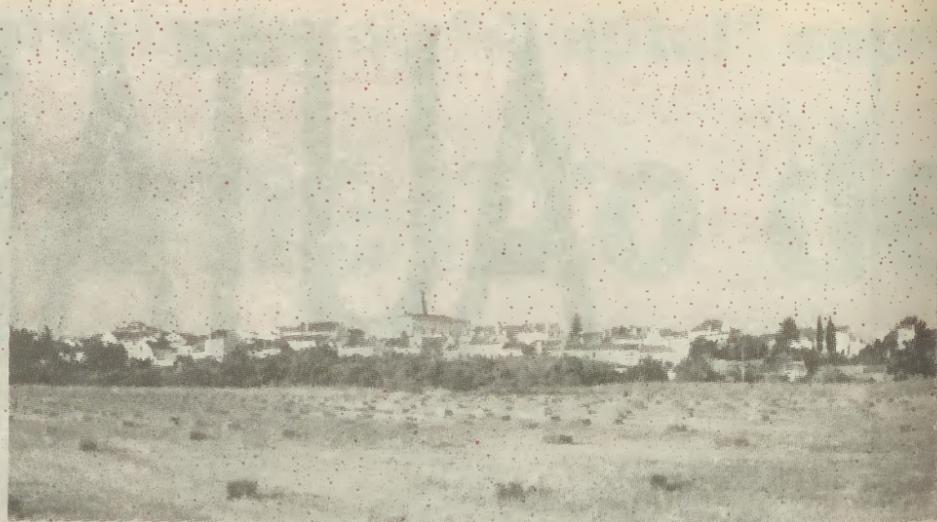
Com novos equipamentos, designadamente viatura de lavagem de contentores, varredora mecânica, retro-escavadora, pavimentadora e cilindro, a Câmara aumentou a capacidade de resposta nas obras por administração directa, com benefício para o concelho.

Novos bares abrem nos espaços concessionados pela autarquia em zonas nobres como é o caso do «Carril» e da barragem dos Patudos. Áreas como a Vala de Alpiarça ou a Praia do Patacão que fizeram o encanto das gerações mais antigas foram limpos e beneficiados sendo dessa forma devolvidos à população. Enfrentando os desafios do futuro, a oferta turística diversifica-se, ganhando uma nova força e qualidade no concelho.

Alpiarça moderniza-se, abre-se à região e ao País. Este é um projecto em que as populações sabem que vale a pena apostar.



Raul Figueiredo, presidente e candidato à Câmara de Alpiarça



# Benavente

## No caminho certo

**O** concelho de Benavente apresenta indicadores claros de um crescimento gradual do sector secundário e terciário da sua economia, e para a câmara e população a criação de riqueza e de novos postos de trabalho são benefícios irrecusáveis mas devem ser compatibilizados com rentabilidade económica, situação ambiental e bem-estar social.

Actualmente com perto de 20 mil habitantes, numa área de superior a 520 quilómetros quadrados, as origens de Benavente remontam ao século XII e ao reinado de D. Sancho I. A sua política de povoar as terras conquistadas leva à criação, em 1199, da povoação de Benavente que por se situar nos limites do Castelo de Coruche, detido pela ordem militar e religiosa de Calatrava, a esta ficou subordinada.

Samora Correia, hoje uma das quatro freguesias do concelho, é implantada no final do século XIII, num local que propício à criação de um núcleo urbano - no limite do planalto terciário que se



Igreja Matriz de Samora Correia

estende desde o Alto Alentejo até à bacia do Tejo, marginal ao rio Almansor. A organização concelhia desenvolve-se rapidamente acabando por ser reconhecida por carta de Foral no ano de 1510, concedida por D. Manuel.

### Crescer com equilíbrio

Devido à sua proximidade com a área metropolitana de Lisboa, a zona de Samora Correia/Porto Alto tem sido escolhida por muitas indústrias, e empresas do sector da distribuição.

Ao mesmo tempo que cresce o secundário e terciário, o sec-

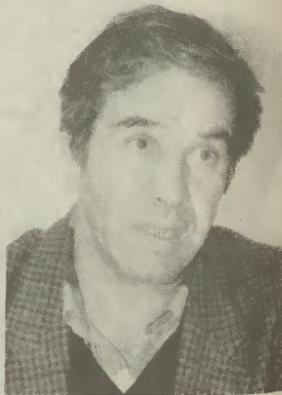
tor primário (essencialmente a agricultura) perde alguma da importância que possuía décadas atrás. As limitações impostas pela Política Agrícola Comum associadas ao incremento de novas tecnologias são responsáveis pela diminuição de activos. Entretanto, devido às riquezas do solo, abundância de água, boas condições climáticas e aumento da produtividade manteve-se o contributo do sector na formação do Produto Interno Bruto concelhio.

Com vista ao desenvolvimento global do concelho, a autarquia preconiza a diversificação do tecido empresarial, evitando ficar refém de uma monolitização que mais cedo ou mais tarde porá em causa o futuro. Assim, a preocupação dominante é estimular a instalação de indústrias ligadas às novas tecnologias.

Para a Câmara, não faz qualquer sentido receber todo e qualquer tipo de indústria, em prejuízo do ambiente e da saúde pública. Garantindo a preservação do património natural e paisagístico, o concelho pode apostar no turismo como um sector que apresenta imensas potencialidades nas suas diferentes vertentes, aproveitando as vantagens da sua localização face à nova ponte sobre Tejo.

O actual executivo camarário anseia ainda pela implementação da regionalização, afirmando que decerto permitiria um poder de decisão mais eficaz e rápido relativamente às solicitações locais. Defende assim que a optimização do desenvolvimento socioeconómico terá de passar por uma Agência de Desenvolvimento Regional.

É com base numa visão integrada que a gestão CDU tem feito tudo para aproveitar as potencialidades do concelho e proporcionar melhores condições de vida e de trabalho aos seus habitantes.



António Ganhão, presidente da CM de Benavente



Barragem e bar dos Patudos

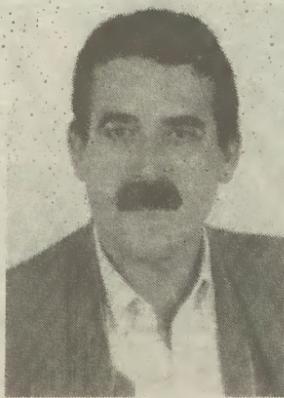


Complexo das piscinas municipais

# Chamusca

## Tradição e progresso

Com uma economia baseada na agricultura e na floresta, o concelho da Chamusca tem dado passos significativos na construção de infra-estruturas e equipamentos para o desenvolvimento futuro da região.



Sérgio Carrinho, presidente da CM da Chamusca

Terra branca, a Chamusca preserva vários edifícios de interesse e um traçado urbano que convida a uma visita a pé. Do alto das colinas da Senhora do Pranto e do Senhor do Bonfim disfrutam-se vistas deslumbrantes sobre a Lezíria, mas todo o concelho oferece paisagens diversificadas desde as ricas terras da Borda d'Água, das mais férteis da Europa, até à Charneca, já na transição para o Alentejo, ocupada predominantemente por floresta.

A Semana da Ascensão e a Festa dos Toiros são duas manifestações da identidade rural da Chamusca, cujas gentes permanecem profundamente ligadas ao trabalho na terra e à criação de gado.



Centro Regional de Artesanato



A rede viária tem recebido grandes melhoramentos

### Novas respostas

Ao longo dos últimos anos, a política autárquica tem sido orientada no sentido de dotar todas as localidades do concelho de infra-estruturas básicas fundamentais à melhoria da qualidade de vida das populações.

Num concelho com 12 mil habitantes, com pouca indústria e serviços, a CDU trilha novos caminhos no sentido do desenvolvimento futuro, equilibrado e gerador de novos postos de trabalho.

Foi com esta preocupação que a autarquia criou em Ulme uma zona industrial, onde progressivamente se têm instalado algumas empresas, sobretudo de residentes naquela área.

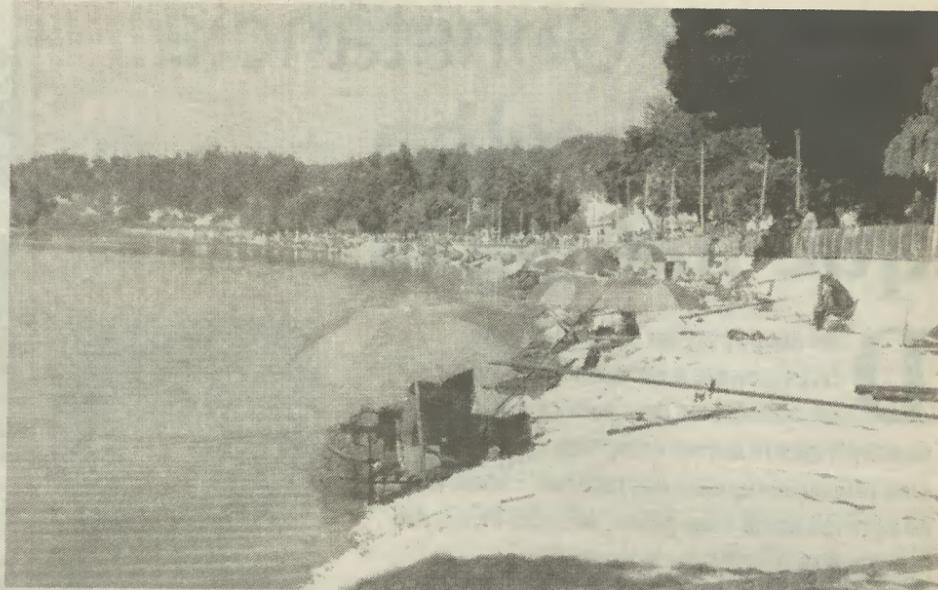
Recentemente, a Câmara adquiriu um terreno na Chamusca, cujo projecto prevê a criação de 20 novos lotes para instalações industriais. Também o PDM reserva outras áreas para a actividade industrial a fim de fazer face à eventual procura.

Contudo, a Câmara luta com insistência junto do Poder Central para que o IC3 e a Nova Ponte sejam finalmente construídos, já que estas vias aproximam o concelho do IP6 e da auto-estrada, factor essencial para o desenvolvimento da zona industrial.

O Centro Regional de Artesanato é outra iniciativa com grande interesse, como estrutura de apoio à actividade dos artesãos da região, onde se destacam a cerâmica pintada, o ferro forjado, a latoaria, as bonecas de trapos, os trabalhos em madeira e cortiça, a marcenaria, os bordados e a

cestaria. Um património ligado à ruralidade que a Câmara pretende preservar. Já em fase de instalação está ainda «O Lagar», Centro de Artesanato agro-florestal, que irá valorizar os produtos alimentares.

Porém, estas novas apostas não retiram à agricultura e floresta o papel fundamental que desempenham na economia do concelho. Contribuindo para o seu desenvolvimento, a autarquia tem feito grandes investimentos na melhoria das acessibilidades internas.



O campeonato mundial de pesca realizou-se no rio Sorraia

## Coruche

### Um abraço ao futuro

É o maior concelho do distrito com mais de mil e cem quilómetros quadrados de superfície, desde o extremo sul do Ribatejo até terras alentejanas. Tem perto de 23 mil habitantes e detém uma localização privilegiada na confluência de dois grandes eixos rodoviários (Santarém/Algarve e Lisboa, Setúbal/Espanha) permitindo rápidas ligações a centros urbanos, portuários e industriais.

Coruche estende-se por uma vasta região, de grandes potencialidades agrícolas, dividindo-se em duas partes distintas: a fértil Lezíria do Vale do Sorraia – uma das mais importantes e extensas reservas agrícolas do país – e a zona florestal constituída

plantas multi-córes.

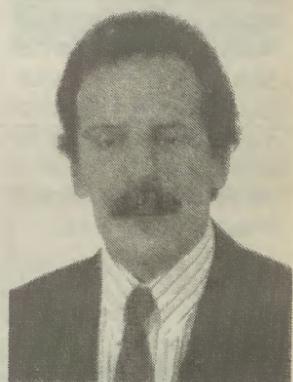
Obra da autarquia, a regularização de margens do Sorraia frente à vila fizeram deste local uma das melhores pistas de Pesca Desportiva da Europa. Não é por acaso que neste local decorrem vários concursos nacionais da modalidade, tendo sido escolhido pelas federações internacionais para a realização de concursos mundiais de pesca desportiva em água doce.

Junto a Coruche existem duas áreas de natureza protegida: os sítios classificados do Açude da Agolada e do Monte da Barca. Enquadrados por uma natureza exuberante, são zonas privilegiadas para o lazer e prática de desportos náuticos.

### Mais empregos

Apostada na promoção do desenvolvimento harmonioso do concelho, a Câmara Municipal criou duas zonas industriais, do Monte da Barca e do Couço, onde várias empresas já instaladas criam novas oportunidades na região.

A zona industrial do Monte da Barca, com uma área de 20 hectares, que será alargada a médio prazo para o dobro, está situada junto à EN 114 estará no



Manuel Brandão, presidente da CM de Coruche



A par de infra-estruturas básicas, a autarquia concede grandes incentivos à instalação de novas empresas no concelho

principalmente por montados de sobreiro que ocupam uma vasta área de 60 mil hectares e fazem do concelho um dos maiores produtores mundiais de cortiça.

Fundada por D. Afonso Henriques, que lhe atribuiu o Foral em 1182, a vila de Coruche ostenta belas construções de traça fidalga e vários templos de interesse como as igrejas da Misericórdia, de S. João e S. Pedro com bela azulejaria setecentista.

Ao longo do ano, aqui se realizam as Jornadas de Gastronomia; a Semana Taurina; as Festas Populares de Coruche; a Expoaviflora, certame que habitualmente se realiza em Dezembro e enche o moderno pavilhão Municipal de Exposições com o canto e exotismo de milhares de aves, flores e

futuro ligada ao IC 13 e ao IC 10, duas vias que irão servir, respectivamente, a área metropolitana de Lisboa e o Alentejo e sul do País.

A venda de terrenos é feita pela Câmara a preços reduzidos, sendo ainda atribuído um incentivo por cada novo posto de trabalho criado.

A zona industrial do Couço oferecerá em breve uma área de 20 hectares devidamente infra-estruturada, onde os empresários encontrarão as mesmas condições e incentivos à instalação de unidades.



A aldeia ribeirinha do Arripiado

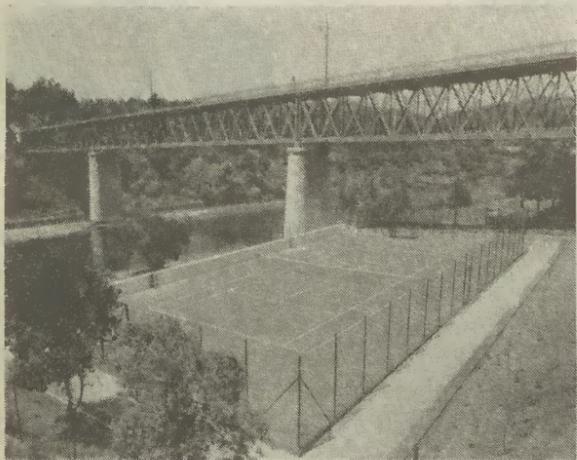
# Constância

## Um concelho que não pára

**D**oze anos de gestão CDU marcaram decisivamente o concelho de Constância, que viu consolidada uma política de desenvolvimento harmonioso, conseguida através de uma utilização rigorosa dos recursos disponíveis e do aproveitamento das potencialidades locais, das apostas no ambiente, no turismo, na industrialização, na habitação, património histórico, nas infra-estruturas sociais, culturais e desportivas.

Há cerca de uma década, via-se em Constância com o espectro, sempre presente, da Celulose do Caima e de mais uma ou duas empresas que garantiam um elevado número de postos de trabalho à população local. A evolução tecnológica e dos mercados e as modificações das políticas económicas dos governos criaram situações de grande instabilidade que ameaçaram não só a manutenção como a criação de novos empregos.

zaram uma obra vastíssima da qual referimos alguns exemplos: construção de fogos de renda controlada nas três freguesias do concelho; reconversão de imóveis antigos dando lugar a modernos equipamentos de cultura e turismo, como sejam o cine-teatro, a biblioteca municipal e a albergaria João Chagas; construção de um novo edifício da Câmara; abertura da Escola C+S e construção de novas escolas do 1º ciclo e pré-infantil;



Corte de Ténis faz parte do projecto de aproveitamento das margens do Tejo e Zêzere

Reagindo a esta realidade a Câmara avançou com o projecto e instalação da zona industrial de Montalvo. Foram assim infra-estruturados 17 hectares de terreno, com lotes a preço simbólico de forma a estimular pequenos e médios investidores a fixarem as suas empresas no concelho.

O objectivo, que está a ser conseguido, é criar uma alternativa à ocupação de mão-de-obra disponível, sobretudo em áreas modernas da produtividade, e que dificilmente teria entrada nos quadros das empresas tradicionais.

### Na terra de Camões

Curioso é outro exemplo. Há menos de dez anos não havia restaurantes na vila. Para almoçarem, os funcionários públicos e dos serviços ali destacados eram obrigados a fazer contratos de comensais em casas particulares. Hoje, já existem cerca de meia dúzia de unidades de restauração que garantem uma oferta diversificada e de qualidade integrando-se num projecto de valorização turística e cultural de Constância, onde a memória e a ligação a Camões representam parte fundamental do seu rico património.

Ao longo de doze anos à frente da Câmara, António Mendes e as suas equipas de trabalho reali-

valorização da rede viária; ordenamento florestal; apoio ao associativismo e revitalização das festas de Nossa Senhora da Boa Viagem; elaboração do Plano Municipal, da Carta Estratégica; do Plano de Pormenor e Salvaguarda da Zona Histórica da vila.

### Entre dois rios

Dispondo de poucos recursos próprios e dependendo em grande parte dos dinheiros do FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro), a edilidade deu provas de criatividade e pragmatismo ao avançar com projectos de maior



António Mendes, presidente da CM de Constância

dimensão. A gestão transparente e a credibilidade institucional deram-lhe acesso a financiamentos comunitários e da Administração Central permitindo a realização de obras nos mais diversos domínios.

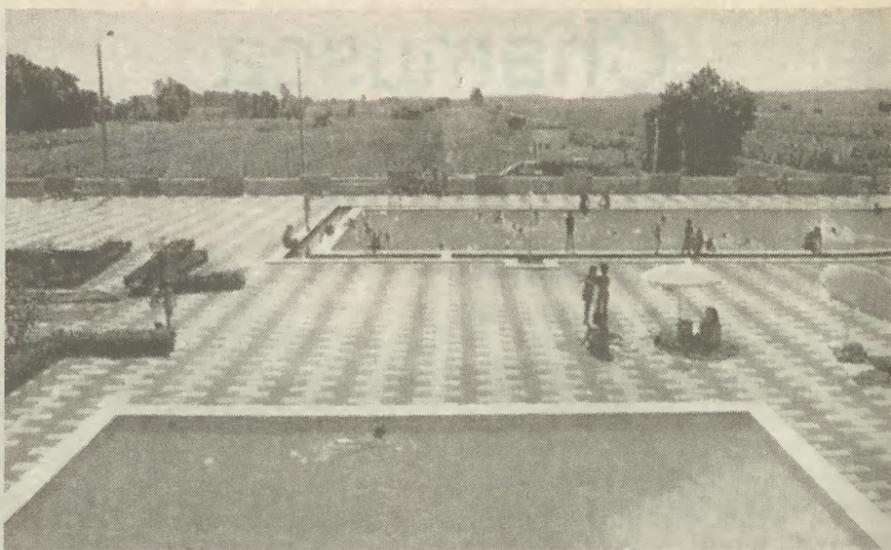
Surgiu assim o POMTEZE, Plano de Ordenamento das Margens do Tejo e do Zêzere, projecto estruturante, supra-municipal e regional que obteve em 1995 o 1º Prémio Nacional do Ambiente. O plano contempla o aproveitamento ambiental e paisagístico das margens dos dois rios que confluem em Constância, prevendo zonas para a prática de desportos náuticos e veraneio, uma praia fluvial, um açude galgável, um parque de campismo, campo de ténis, parques de jogos e infantil, anfiteatro ao ar livre, percursos pedonais e de lazer, restaurantes e esplanadas, miradouro, arranjos urbanos complementares e a instalação do Museu dos Rios e das Artes Marítimas que recorda o tempo em que os rios eram estradas e o tráfego comercial fazia pulsar Constância de trabalho e animação.

O plano incluiu ainda a construção da ETAR do Caima que recebe os esgotos de Constância através de condutas que atravessam o leito do Tejo. Outras vertentes do POMTEZE estão já em execução ou aguardam, como é o caso do açude galgável, que decorram os trâmites legais para adjudicação.

Sem dormir à sombra dos louros conseguidos, a CDU vai continuar a sua política de consolidação do desenvolvimento harmonioso a favor das populações e da dignificação da vida colectiva.



A vila de Constância



Aspecto das Piscinas Municipais

## Golegã

### Construir no dia-a-dia

**A** procura constante de soluções que recuperem o atraso das infra-estruturas básicas do concelho foi desde o primeiro momento a prioridade assumida pela gestão CDU.

Banhado pelos rios Tejo e Almonda, o concelho da Golegã, com uma população de seis mil eleitores, foi desde sempre um território ligado à agricultura, actividade que continuará a ser fundamental para economia da região. Contudo, existem outras vertentes capazes de gerar riqueza que a Câmara procura valorizar.

Actualmente, o turismo conhece apenas um curto período de animação em Novembro, coincidindo com a Feira Nacional do Cavalo. A autarquia pensa que é possível alargar a oferta neste sector e atrair mais visitantes, procurando complementaridades entre ganadarias e coude-larias, entre património natural e património construído, entre o vinho e os pratos tradicionais.

Com este objectivo, aposta nos centros hípicas, na construção do picadeiro coberto, na recuperação da cobertura e do Portal da Igreja matriz e do Estúdio Carlos Relvas, na divulgação do Museu Martins Correia, na limpeza das margens das lagoas e renovação das suas águas, no aproveitamento do rio Almonda e dos circuitos da Reserva natural do Paul do Boquilobo.

Estes projectos justificam que se façam mais investimentos em capacidade hoteleira,

para além das duas unidades de turismo de habitação existentes na Azinhaga e do Parque de Campismo.



Museu de fotografia Carlos Relvas

### Fazer sempre mais

A década de 90 tem sido marcada por um trabalho persistente da Câmara para criar um concelho diferente, com uma nova imagem com vista a servir melhor a sua população. Tirando partido das verbas provenientes do Quadro Comunitário de Apoio, a prioridade estabelecida foi construir e renovar as redes de abastecimento de água e condutas de saneamento, tendo sido instaladas dezenas de quilómetros em várias freguesias do concelho, ao mesmo tempo que eram erguidas as Estações de Tratamento de Águas Residuais. Outras verbas foram empregues na remodelação do parque de máquinas para a construção de estradas e caminhos agrícolas.

A Câmara destina ainda parte dos seus recursos para o apoio às actividades educativas, assegurando uma rede de transportes escolares, o funcionamento de cantinas e efectuando melhoramentos no parque escolar. Na área do desporto, o concelho dispõe de um conjunto de instalações (piscinas, pavilhão, campo de ténis) que são constantemente solicitadas para realização de eventos. Organizado pela Câmara, realiza-se no concelho um grande prémio de ciclismo e a meia maratona que têm a adesão de numerosos atletas e o acolhimento da população. Fazer mais e melhor, envolvendo todos os parceiros do desenvolvimento local, é a preocupação central da equipa da CDU que, no próximo mandato, pretende continuar o bom trabalho rumo a um futuro de progresso.



Manuel Madeira, presidente da CM da Golegã



**CDU**

para fazer o que é preciso

PCP-F

o OE para 1998

# injustiça

- Mas, relativamente ao próximo ano, há ou não uma maior justiça fiscal?

- No Orçamento para 1998 repete-se a fita.

Não há quaisquer medidas propostas para alterar, minimamente que fosse, a injustiça fiscal.

Quanto ao alargamento da base tributária, isto é, o combate à fuga e evasão fiscais, o próprio Governo reconhece que o "objectivo de alargamento das bases de tributação... não tem vindo a ser atingido", e igualmente nada propõe no OE para o atingir em 1998.

- E quanto aos IRS e IRC?

- No que respeita ao IRS, ao imposto sobre os rendimentos do trabalho, o OE apenas se propõe fazer a normal actualização dos limites dos escalões, bem como a dos limites dos abatimentos ao rendimento e das deduções à colecta a um nível muito próximo da taxa de inflação, por vezes nem a esse nível.

No IRC, o imposto sobre os lucros, tudo permanece na mesma, isto é, em 1998 vigorará tudo o que estiver em vigor no final de 1997, incluindo a tal baixa da taxa do imposto a concretizar ainda em 1997! As isenções, as reduções de taxas e os benefícios fiscais continuarão a beneficiar o capital.

- E em relação ao IVA? Há novidades?

- No que respeita ao IVA, igualmente tudo como dantes. Sendo certo que o Governo pede uma autorização legislativa para integrar na lista da taxa reduzida, "em função da execução orçamental de 1998, as transmissões de produtos destinados à alimentação, em especial os de primeira necessidade...". Isto é, mais uma promessa, mais uma autorização legislativa para não utilizar. Ou para utilizar apenas no final do ano, ou num outro momento que possa ser politicamente útil para o Governo e o PS enquanto elemento de propaganda. Porque se vier a ser utilizada, certamente o será como o foi a baixa da taxa do IVA para os restaurantes: os consumidores não tiveram nenhum proveito. Mas os lucros aumentaram.

- Em tua opinião, estamos, por conseguinte, perante um OE que mantém inalteradas as injustiças fiscais.

- Porque não altera nada de substancial ou minimamente significativo na fiscalidade, o Governo adjectiva o OE98, na perspectiva fiscal, de "orçamento parcimonioso". Ele é de facto de continuidade da injustiça fiscal.

Mas há um aspecto em que o Orçamento nada tem de "parcimonioso". É no âmbito dos benefícios fiscais. As grandes empresas, em particular as financeiras, e as operações financeiras vão ver aumentado o seu bolo à mesa do Orçamento.

Segundo o Governo, em 1998, as despesas fiscais com benefícios, isto é, as receitas que o Estado deixa de cobrar devido aos benefícios fiscais, deverão atingir os 225 milhões de contos. Mais 15 milhões que a estimativa para 1997. E como, nesta matéria, as previsões dos Governos pecam sempre por defeito, certamente que o bodo será ainda maior.

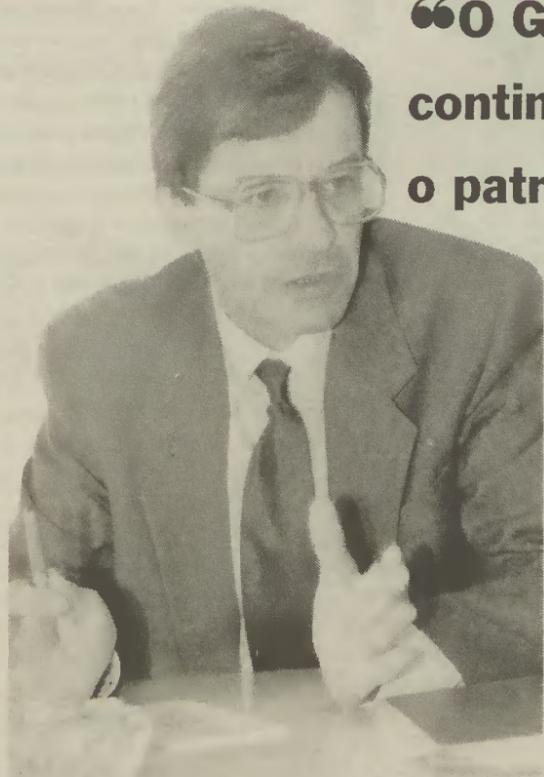
Aliás, importa registar que o Governo do eng. Guterres, do PS, nesta matéria de bodo à mesa do Orçamento, tem ultrapassado de longe os Governos do PSD de Cavaco Silva: em 1995, o montante dos benefícios fiscais custou ao Estado 132 milhões de contos. Três anos depois, em 1998, custarão pelo menos 225 milhões, mais 70%!

Em três anos de governação do PS, os benefícios fiscais custaram ao Estado 600 milhões de contos! Esta é, talvez, uma característica paradigmática do socialismo guterrista.

- Onde parece não haver igualmente qualquer alteração na linha de rumo é em matéria de privatizações...

- Sem dúvida. O OE promete e assegura que o Governo do PS continuará na senda do fundamentalismo que desde o início mostrou quanto à transferência do património produtivo público para o grande capital nacional e multinacional.

Aliás, o Governo do eng. Guterres gaba-se de, em apenas dois anos, ter obtido receitas de privatizações de cerca de 1300 milhões de contos, mais que os Governos de Cavaco Silva de 1989 a 1995.



**“O Governo do PS continua a transferir o património**

**produtivo público para o grande capital nacional e multinacional”**

Para 1998, o Governo prevê arrecadar mais 400 milhões de contos pela privatização, total ou parcial, da CIM-POR, PORTUCEL, SN-Serviços, SETENAVE, ENVC, ANA, TAP, PETROGAL E GDP.

De facto, na fúria pelas privatizações, pela concessão de mais poder económico e político ao grande capital, o Governo do eng. Guterres não sofre confronto com os governos de Cavaco Silva, mas apenas com os governos da Sra. Thatcher.

## Tabelas de IRS

1997		1998		Evolução dos escalões em %
Escalão (Contos)	Taxa (%)	Escalão (Contos)	Taxa (%)	
1050	15	1080	15	2,9
2435	25	2500	25	2,7
6150	35	6280	35	2,1
6150	40	6280	40	2,1

Em 1997 1998

	1997	1998	Evolução
Dedução específica	484	498	2,9
Abatimentos garantidos	163	166	1,8
Abatimentos pensões	1385	1400	1,1
Deduções à colecta:	34,5	35,2	2,0
	26,3	26,8	1,9
	19	19,4	2,1

## Despesas Fiscais com Benefícios milhões de contos

Principais impostos	1994	1995	1996	1997 (E)	1998 (P)
IRS	26,3	25,2	35,1	49,8	66,0
IRC	59,4	61,2	63,1	88,9	86,6
IVA	8,8	8,9	10,0	10,9	13,4
ISP	27,1	32,2	27,5	30,4	32,0
IA	8,4	5,0	26,1	30,0	26,8
<b>Total</b>	<b>130,0</b>	<b>132,6</b>	<b>161,8</b>	<b>210,0</b>	<b>224,8</b>

(E) - Estimativa  
(P) - Previsão

- Vejamos agora o Orçamento no plano da Segurança Social. Tens igualmente uma leitura crítica?

- No que respeita ao Orçamento da Segurança Social, identicamente nada se altera.

Apesar de o Governo se gabar que nos dois últimos anos o Orçamento da Segurança Social deu saldos positivos da ordem dos 200 milhões de contos, as perspectivas para os pensionistas e reformados em 1998 disso nada beneficiam: tendo em conta a dotação inscrita no Orçamento e a evolução normal do número de pensionistas e reformados, o aumento médio das pensões de reforma deverá rondar uns meros 4%. Isto é, à volta dos 1200\$00 mensais para uma pensão de 30 contos.

E, face a um aumento nominal da dotação para subsídio de desemprego de 3,4%, é legítimo concluir que o Governo não acredita na redução do desemprego que ele próprio vai propagandeando.

- Face à avaliação que acabaste de fazer, podemos adivinhar o sentido de voto dos deputados comunistas quando o Orçamento subir a plenário...

- Do ponto de vista político, este Orçamento é o Orçamento da moeda única. É o Orçamento para chegar à meta na corrida dolorosa para o cumprimento dos critérios de convergência nominal de Maastricht.

Só por isso, e tendo em conta os sacrifícios que por sua causa os portugueses já suportaram e irão suportar no futuro com o Pacto de Estabilidade a impor-se como um "big brother" sobre as políticas económicas e sociais e o Orçamento de Portugal, justificar-se-ia que o Orçamento do Estado para 1998 tivesse o voto contra do PCP.

Mas outras razões acrescem no sentido de exigir esse voto contra de forma clara e iniludível. Desde as perspectivas de emprego, de salários, de distribuição do rendimento nacional e de privatizações contidas no quadro macro em que o OE se insere, até às opções fiscais assumidas aberta e intrinsecamente pelo Governo neste Orçamento.

## A propósito da igualdade de direitos para as mulheres

■ **Fernanda Mateus**  
Membro da Comissão Política

# Falemos das desigualdades

**O**S NÚMEROS oficiais, estando longe de dar a real dimensão do desemprego e da precariedade dos vínculos laborais, não permitem, contudo, esconder a crescente vulnerabilidade do estatuto profissional das mulheres.

Atente-se, como exemplo nos dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional, referentes a Agosto de 1997: as mulheres constituem 57,8% dos 420 mil desempregados; são 56,9% dos desempregados de longa duração (há mais de um ano) e 62,4% dos jovens com menos de 25 anos que procuram emprego.

Em Dezembro de 1996, as mulheres eram 64,5% dos indivíduos com cursos médios e superiores inscritos no IEFP.

A precariedade de trabalho atinge as trabalhadoras em todos os sectores de actividade. Dos 427 mil trabalhadores com contrato a prazo, 48% são mulheres.

Acentua-se a degradação dos salários reais com consequências particulares na situação de milhares de trabalhadoras. Mantêm-se as discriminações salariais, entre mulheres e homens. É de 43 contos, a diferença do salário médio entre mulheres e homens. Cerca de 43,5% dos trabalhadores que auferem salário mínimo nacional são mulheres.

No que se refere à formação profissional para as mulheres merece registo as conclusões de um inquérito a formandas que terminaram acções de formação profissional, em 1994 e 1995, no âmbito do projecto Now. A formação significou alterações no desempenho profissional das mulheres inquiridas, mas estas alterações não significaram melhoria de classificação, nem de aumento de salário. As desempregadas que conseguiram arranjar trabalho foi sempre em situação de emprego precário.

O número de mulheres domésticas tem registado diminuição entre 1981 e 1991, passando de 34% para 20%. Muitas mulheres, consideradas estatisticamente inactivas estão sujeitas a formas de trabalho atípico e clandestino - trabalho ao domicílio, à peça e à tarefa - e sem protecção social.

Segundo um Inquérito da Eurostat, é em Portugal e em Itália que o baixo nível de escolaridade aparece como determinante para a percentagem de mulheres que se declaram domésticas. Destas, um quarto declara-se insatisfeita, ansiando pelo desempenho de uma actividade profissional, impossibilitada pelas obrigações familiares e pela inexistência de empregos.

É crescente o desejo das mulheres em exercer uma profissão, com o factor de independência económica e também como realização pessoal. A taxa de actividade feminina tem vindo a aumentar, representando actualmente 46% da população activa.

Contudo, as políticas neoliberais seguidas pelos governos do PSD e agora do PS são responsáveis pelo agravamento das discriminações das mulheres no acesso ao emprego e pela ausência de direitos nos empregos a que muitas têm acesso.

Estas políticas tem impossibilitado uma evolução positiva na situação da mulher trabalhadora iniciada após o 25 de Abril de 1974.

O Partido Socialista prometeu governar para as pessoas, respeitar a dignidade humana, valorizar quem trabalha, combater o desemprego. Criticou a política realizada pelo PSD/Cavaco Silva. Criou expectativas de realização de uma política de promoção de justiça social, de igualdade de oportunidades entre mulheres e homens.

Os indicadores de emprego/desemprego/ precariedade/ desigualdade salarial evidenciam uma persistente vulnerabilidade das trabalhadoras, quer das que têm menor qualificação, quer das que têm maior escolarização e formação, num quadro de sistemático desrespeito pela legislação laboral e pela legislação que consagra a igualdade de oportunidades das mulheres no acesso e no tratamento no emprego e a função social da maternidade.

O discurso governamental procura dar a ideia que tudo corre bem. Promovem o auto-elogio às virtudes da sua acção governativa e alimenta um discurso de aparente preocupação social.

A realidade social desmente os discursos governamentais: acentua-se a exploração dos(as) trabalhadores(as) e a desvalorização do trabalho com direitos. É este o fermento "ideal" para perpetuar a exploração da mão-de-obra feminina através das discriminações em função do sexo, no acesso ao emprego, na remuneração, na progressão na carreira e a cargos de chefia e na formação profissional.

A degradação das condições de vida coloca às mulheres maiores sobrecargas na vida familiar e na educação dos filhos, dificuldades acrescidas nas possibilidades de usufruir de tempos livres, de participar em igualdade de oportunidades na vida social, política e cultural.

Aumentam as desigualdades sociais: 29% das famílias e mais de 55% dos idosos vivem abaixo do limiar da pobreza. 2 milhões de reformados recebem mensalmente 31 contos de reforma. As mulheres são 60,4% das pessoas com mais de 70 anos, 70% das pessoas sós e a larga maioria das famílias monoparentais.



Cerca de 60% dos desempregados portugueses não recebem qualquer subsídio de desemprego, milhares de mulheres não têm protecção social ou ela é insuficiente em situações de maternidade, acidentes de trabalho, doença e de velhice.

O governo fomenta, entretanto, soluções "milagrosas" e "inovadoras" como "o mercado social de emprego", a "empregabilidade", a "partilha do emprego" que na prática visam dar corpo à flexibilidade e polivalência, à desregulamentação das relações de trabalho e dos horários, visando destruir importantes direitos sociais dos(as) trabalhadores(as) e pelas quais lutaram ao longo deste século e que com o 25 de Abril teve consagração nas leis portuguesas.

A flexibilização do horário de trabalho, o trabalho a tempo parcial são apresentadas como soluções que permitiriam à mulher conciliar a vida profissional com a vida familiar.

Em vez de ser implementada a redução do horário de trabalho, a responsabilização do Estado pelo cumprimento da lei da maternidade-paternidade (lei 4/84) que prevê garantias aos pais de realização profissional o governo é cúmplice de generalizadas situações de violação das leis criando graves inibições aos direitos das mulheres trabalhadoras.

A redução do horário de trabalho para 40 horas tem sido pretexto para algum patronato, com a cumplicidade do governo ten-

tar alterar o conceito de horário de trabalho, excluindo deste pequenas pausas diárias.

A verdade é que todas estas soluções perpetuam a vulnerabilidade do estatuto socioprofissional das mulheres, com a precarização do emprego, o fomento de formas atípicas de trabalho e a desqualificação das funções profissionais e a crescente desresponsabilização do Estado em áreas sociais fundamentais como o respeito pela função social da maternidade, a criação de infra-estruturas de apoio às crianças e aos idosos.

O governo em vez de promover o alargamento da rede pública do pré-escolar, financia entidades particulares de solidariedade social para cumprir funções que ao Estado compete.

Dos 20 milhões de contos previstos para a expansão da rede do pré-escolar: 16 milhões são atribuídos à rede privada e só 4 milhões à rede pública. Foi uma opção que violou a lei quadro do pré-escolar aprovada na Assembleia da República e que apontava para a generalização da oferta de serviços da rede pública, com qualidade e acessibilidade.

A destruição do Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente com a ausência de investimentos em novos Centros de Saúde e no reforço de meios humanos permite a existência de milhares de utentes sem médico de família, bem como a ausência de consultas de planeamento familiar na grande maioria dos centros de saúde existentes.

A lei 3/84 da educação sexual e planeamento familiar previa a existência de consultas sobre planeamento familiar e a gratuitidade dos meios contraceptivos proporcionados pelas entidades públicas. Ao Estado compete a cobertura progressiva do território nacional com meios de consulta sobre planeamento familiar, bem como a criação de centros de atendimento para jovens.

A ausência de cumprimento desta lei gera a inacessibilidade das mulheres e dos(as) jovens a consultas de planeamento familiar e a gratuitidade de acesso aos métodos contraceptivos.

As Ministras do Emprego e da Saúde, sendo mulheres, apostam claramente na prossecução da política do Governo apesar desta atentar gravemente contra a igualdade de direitos e de oportunidades para as mulheres no trabalho e na sociedade em geral. E, no entanto, algumas vezes, que legitimamente aspiram por uma maior presença de mulheres no centro de decisão política, têm a ingénuo convicção de que a presença de mulheres nos órgãos de poder é condição suficiente para garantir políticas de promoção da igualdade para as mulheres.

É essencial garantir mais mulheres nos órgãos de poder em paridade, pois assim reflecte-se a sociedade em que vivemos, composta por mulheres e homens. Mas é um terreno perigoso alimentar ideias que subestimam os fundamentos ideológicos que dão suporte às políticas e que determinam avanços ou recuos nestes domínios.

Ao contrário do que é ventilado, o direito à igualdade de oportunidades entre mulheres e homens não está acima das "ideologias". Pelo contrário é parte integrante e depende do grau de desenvolvimento económico e social, do pleno exercício dos direitos dos direitos dos trabalhadores e dos cidadãos e do aprofundamento da democracia política.

O direito ao trabalho estável e com direitos é a primeira condição para construir os caminhos da justiça social para todos e a igualdade de direitos e de oportunidades para as mulheres em todas as esferas da vida.

Um verdadeiro desenvolvimento tem de estar associado a uma política geradora de emprego, de salvaguarda dos direitos e das condições de trabalho, de salários condignos, de valorização e promoção profissionais para todos, homens e mulheres.

Só com uma política de esquerda e com o PCP será possível garantir os caminhos de verdadeiro combate às desigualdades e discriminações, também em função do sexo e dar êxito à igualdade de direitos e de oportunidades para as mulheres.

# Eles, os ecofinos, e nós... os outros

**E**les, os *Ecofinos*, são os que seguem o ECOFIN, o Conselho de Ministros da Economia e Finanças da União Europeia, como uma cartilha. Também se lhes podia chamar os *Eurofinos*, porque, para eles, parece que tudo está dependente da criação da moeda única, do euro. Ou o euro ou o caos. Mas... há os outros. Os que não pensam assim, ou melhor, os que pensam... de outra maneira.



■ Sérgio Ribeiro

Quem os ouça, aos *ecofinos*, não só não os leva presos como fica tranquilizado. Tudo corre como devia correr, sobre carris, e não há caroços de azeitona. A economia está a crescer (agora!) com o PIB a muitos por cento ao ano, os critérios de Maastricht cumprem-se porque os preços estão estáveis, o défice orçamental caminha para zero e a dívida pública tende para os limites previstos e impostos. Tudo num mar de rosas com uns tons alaranjados para não parecer unicolor. Único, só (?) o mercado, a moeda, o banco central e, se possível, o pensamento.

O pior é que, para este, não há machado que lhe corte a raiz!

Sem este pequeno inconveniente... tudo correria bem para os *ecofinos*. Que são mais fin que eco, porque a economia cada vez lhes diz menos e cada vez lhes interessa mais as finanças. Lá finos são eles...

## Ilustre-se e exemplifique-se

Insiste-se numa forma de «construir a Europa», ou seja, de avançar com a

União Europeia, já muitas vezes experimentada. A dos «pequenos passos». Que bem melhor se chamaria a dos factos consumados ou a de consumir os pré-factos.

Quer dizer-se com isto que a tal «construção» tem sido feita com os interesses económicos predominantes «atirando barro à parede», por vezes por via de coisas como a Mesa-Redonda dos Industriais, levando as instituições comunitárias, sobretudo a Comissão, a lançar balões de ensaio. Quando um começa a pegar ou a encher, é transformado em «pequeno passo» que, mesmo antes de ser dado, já é considerado como facto consumado.

Depois, mesmo alguns dos que, por razão ou interesses de classe ou por outras razões, seriam ou poderiam ser mais críticos, relativamente a esses passos, tomam-nos como inevitáveis, como consumados, irreversíveis, e procuram compensações para os seus efeitos e/ou perspectivam o futuro como se eles, esses tais passos, já tivessem sido dados.

Exemplifiquemos, para (tentar) sermos mais claros.

Avança-se com o projecto da moeda única, com o mercado interno, com a União Económica e Monetária, sobretudo com a liberalização da circulação de capitais.

Esta, a liberalização (libertina) da circulação de capitais, impõe-se como um dogma, a União Económica e Monetária apresenta-se como uma forma organizativa inquestionável, na linha directa do que já é passado, o mercado interno estaria na sequência inevitável da união aduaneira e a moeda única é um instrumento que se diz ser imprescindível para o mercado interno poder funcionar. Isto é o que eles, os *ecofinos*, dizem.

Há desemprego que cresce, exclusão social que se multiplica, agravam-se desequilíbrios e assimetrias? E depois? Segundo os mesmos *ecofinos*, há que pagar custos, e quando se vencerem alguns obstáculos técnicos inevitáveis e se ultrapassarem alguns problematizos políticos levantados por quem parece apenas existir para dificultar o caminho (do fim) da história, até esses custos darão benefícios, lucros ou dividendos... para se ser rigoroso na linguagem. Até

porque, então, estaremos no capitalismo popular de que se lançam as premissas e as promessas.

Mas será mesmo assim? Não há outras maneiras de ver, de «ler» a situação que se vive, não há alternativa para as evoluções que se projectam?

## Reservas e outras «leiturias»

Talvez, mesmo antes de avançar por essas outras «leiturias», seja de dizer que este reforço dos «pequenos passos», a ênfase sobre a sua irreversibilidade revela também uma preocupação. Preocupação que resulta do seu contrário, da não irreversibilidade. Isto é, procura-se convencer a chamada opinião pública de que os factos estão consumados até porque, para que efectivamente o sejam, os mecanismos democráticos exigem que essa opinião pública, directa ou por meio dos seus eleitos, os confirmem. E aí está um busílis, que tem o espectro do que aconteceu com a ratificação do Tratado de Maastricht que, considerado facto consumado porque os governos o tinham acordado entre si, veio de lá o povinho dinamarquês e, por via da consulta directa e contra todas as campanhas de «informação», todas as pressões, todos os «conselhos» avisados, disse que não o queria. O trabalho que deu a colocar de novo as coisas nos eixos maastrichtianos...

Pode por isso dizer-se que, sendo a última palavra dos povos, nada está consumado, por mais que de tal se queira dar a imagem, antes desses povos, directa ou indirectamente, o ratificarem. Por essa razão, há fugas para diante, procurando-se que seja ainda mais convincente a campanha de que não há alternativas e que os factos estão mesmo consumados. Observe-se o que se está a passar com a moeda única. Ainda falta muita coisa, mas tudo se passa como se tudo estivesse já definitivamente decidido.

Para reforçar essa convicção a transmitir a todos, os dados conjunturais da economia estão a ser utilizados, pelos *ecofinos*, para mostrar que tudo está bem, que tudo melhorou e ainda mais melhorará com a concretização do que está nas vias irreversíveis de ser concretizado.

Para as reservas levantadas sobre a convergência real – a que tem a ver com os níveis de vida das populações –, sacrificada pela convergência nominal – a que respeita às finanças públicas e a outras coisas que deveriam ser instrumentos para a convergência real –, os *ecofinos* contra-argumentam com a excelência dos actuais dados que a economia nos começou a facultar; às questões provocadas pelo desemprego e degradação social, a impossibilidade de as escamotear e ultrapassar pelo optimismo actual, manipulando estatísticas com a intenção de provar que tudo melhora ou, se tal for em

absoluto impossível, que se está a verificar uma travagem no que era evolução negativa.

Estaria tudo de excelente saúde, ou em franca convalescença. É o discurso dos *ecofinos*.

## Os auxiliares de diagnóstico

Quem se preocupa com a saúde, própria ou alheia, sabe que não basta a tomada de temperatura, a medição da tensão arterial, a apalpação. Os médicos pedem, quase sempre, auxiliares de diagnóstico.

Para avaliar a «saúde da economia» também não pode bastar o conhecimento de como estão as finanças, como andam os indicadores (médios!) macroeconómicos. E, felizmente – isto dizemos nós –, apareceram recentemente alguns «auxiliares de diagnóstico». As «séries longas da economia portuguesa», do Banco de Portugal, e os «orçamentos familiares» de 1994-95, do Instituto Nacional de Estatística, vieram mostrar-se preciosos para se conhecer melhor o nosso estado de saúde económica.

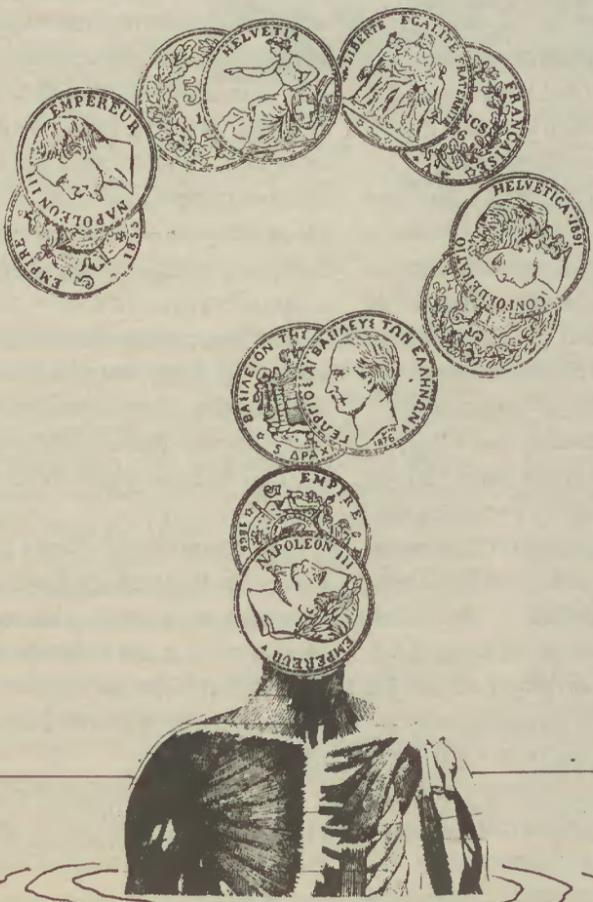
A quem interessa isso? É evidente que, para os *ecofinos*, mergulhados nas engenharias monetário-financeiras, isto passa ao lado, mas, para nós – os outros... – são os elementos mais importantes porque, para além de médias enganadoras, reflectem a situação económica – e social – das populações.

Ora as «séries longas» mostram como a repartição dos rendimentos é, hoje, relativamente mais desfavorável a quem vive do trabalho que o era há quatro décadas, nos anos 50.

Por outro lado, quanto aos orçamentos familiares, não se pode deixar de ligar os esforços para a criação da moeda única ao facto de, entre os dados de 1989-90 e 1994-95 se terem agravado as desigualdades sociais.

Não vamos – nós e agora – avançar muito mais, embora tenhamos a obrigação de o fazer, mas deixamos dados gerais que não hesitamos em considerar impressionantes. No curto intervalo de um lustro, diminuí (!) o orçamento familiar das famílias que compõem os dois grupos de menor capacidade económica (com 340 e 645 contos anuais), isto é, 20% das famílias, quase 700 mil, perto de 3 milhões de pessoas, os 10% seguintes não tiveram melhoria nos orçamentos. Daí para cima, as melhorias começam a sentir-se, até se atingir mais de 15% de aumento dos orçamentos no grupo de famílias de mais elevado nível de rendimentos/despesas, pouco mais de 300 mil famílias, menos de um milhão de portugueses.

As desigualdades entre os portugueses agravaram-se por forma que deveria preocupar quem não estivesse tão obsessivamente preocupado com as finanças, públicas e não só.



■ Jorge  
Messias

Um auxiliar de leitura...

## Esboço caricatural do «príncipe da Igreja»

É evidente que a Cruzada para a recuperação dos terrenos perdidos pelos sectores ultraconservadores da hierarquia católica, ao longo das jornadas do Concílio Vaticano II, não foi deixada ao acaso do fluir das correntes inseguras do pensamento religioso. Tal como anteriormente já foi referido, foi sobretudo a partir da segunda metade dos anos 80 que João Paulo II conduziu uma verdadeira “caça às bruxas” entre os meios eclesiais mais progressistas, operação implacável que sistematicamente se ocultou num espesso manto de silêncio.

Para atingirem os seus fins, o Papa, Ratzinger e a Opus Dei utilizaram os meios mais diversos, incluindo aqueles que revelavam o aproveitamento de uma fértil imaginação: demitiram ou transferiram teólogos e professores de Teologia, sanearam os quadros das comunicações sociais, apearam bispos das suas dioceses ou impuseram recuos e cedências às conferências episcopais, intimidaram os mais recalitrantes com a imposição da regra do silêncio, apelaram a formas de terrorismo verbal e chegam ao ponto de anunciarem publicamente a atribuição de promoções e honrarias que ocultavam a simples intenção de afastar das suas áreas de influência os mais populares dos opositores às orientações integristas da Cúria Romana.

Tratou-se de uma surda campanha, minuciosamente planeada que permitiu rasgar amplos espaços livres por onde se

mann, José Maria Castillo, Juan Estrada, Drewermann, Charles Curran, Gutierrez, etc., etc., foram apagados das actuais memórias da vida eclesial dominante. E não apenas os seus nomes mas toda a sua obra e a expressão das correntes de opinião a que tinham dado voz no mundo católico. As mais válidas obras desses autores, nomeadamente as que traduziram as perspectivas da “Teologia da Libertação”, repousam agora nas bafientas prateleiras do Vaticano, cuidadosamente vigiadas pelas sentinelas da Opus Dei.

“O bom teólogo” - declararia peremptoriamente o cardeal Ratzinger em carta pastoral enviada aos bispos de todo o mundo, em Junho de 1992 - “revela uma religiosa submissão da vontade e da inteligência... A Igreja não nasceu da base... O conceito de “corpo” implica a existência de uma “cabeça”. E a noção de unidade do episcopado exige a submissão a um bispo que seja a cabeça do corpo colegial.

Este bispo é o Sumo Pontífice Romano!

Na prática, ainda que talvez se tenham podido verificar algumas reacções pontuais, sem consequências de maior, esta análise do responsável pela propagação da Doutrina da Fé foi passivamente aceite pela esmagadora maioria (ou pela totalidade?) dos grandes decisores. Independentemente dos observadores externos persistirem em considerar a arrumação dos membros da hierarquia em conservadores, liberais e centristas!

Homens responsáveis e cultos, como é reconhecidamente o caso do cardeal Ratzinger, jamais se dirigem aos outros sem que estejam seguros de que as suas palavras irão atingir os alvos e as pessoas visadas, os seus destinatários.

Assim, quando não receia escrever aos bispos de todo o mundo acerca de assuntos teologicamente delicados que, eventualmente, os poderiam dividir entre si, Ratzinger fá-lo porque sabe que à consciência secular do clero se sobreporá, invariavelmente, o imperativo profundo da obediência filial. Poderá ser que, no íntimo de cada purpurado, se esboce um movimento de recusa e de indignação perante os factos que a cada passo testemunha na vida eclesial, económica, política ou social. Sentir-se-ão, talvez, entristecidos com os rumos escolhidos pela igreja institucional pós-conciliar. Mas reconhecem-se, forçosamente, uns aos outros, como colectivo de uma certa imagem comum da fé que comunga em torno de uma fonte milenar da história, consubstanciada num núcleo de princípios canónicos e de dogmas fundamentais incontestados.

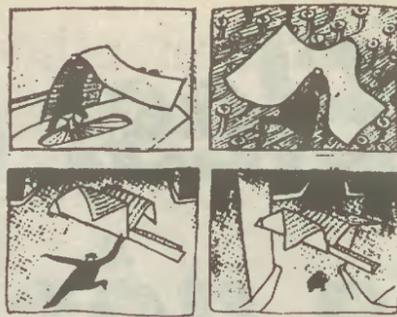
É um pequeno grupo destes factores que, em seguida, procuraremos conhecer mais de perto.

(Continua)



infiltraram os homens da reacção clerical e os tecnocratas eclesiásticos.

Milhares de padres, de religiosos e de leigos vieram a sofrer as consequências desta ofensiva em larga escala. Nomes que possam ser citados apenas representam gotas de água nos caudais da recuperação pós-conciliar. Bispos como Gaillot, Vogel, Casaldáliga ou Samuel Ruiz; responsáveis pela imprensa católica, a exemplo de Pedro Lamet, Alessandro Zanotelli ou Benjamin Forcano; teólogos e professores, de entre os quais Bernard Haring, Leonardo e Clóvis Boff, Paul Valadier, Metz, Hans Kung, Eduard Shillebeeckx, Sartori, Bianchi, Grainecker, Mieth, Catherine Halke, Ranke-Haine-



## InterMEDIações

■ Fernando Correia

### Ensino do jornalismo...

Começou mais um ano lectivo. Na oferta ao dispor dos alunos saídos do secundário perfilaram-se, nada mais nada menos, um total de 22 cursos superiores sobre comunicação e jornalismo, incluindo, no ensino público, sete licenciaturas e sete bacharelados e, no privado, três e cinco, respectivamente. Cobrindo, geograficamente, quase todo o país: Porto, Aveiro, Viseu, Guarda, Covilhã, Coimbra, Santarém, Portalegre, Lisboa e Setúbal. E ao ensino universitário e politécnico há ainda que acrescentar os cursos congéneres das escolas profissionais, que proporcionam uma formação equivalente aos 10º, 11º e 12º anos.

Oferta, pois, não falta. E procura ainda menos: a mitificação do jornalista, alimentada por filmes e séries que o pintam com cores vistosas e garridas - transformando-o num herói aventureiro, num astuto detective, num íntimo do poder ou num activo defensor dos humilhados e ofendidos - continua a empurrar muitos jovens para uma profissão cuja realidade quotidiana está longe desses retratos sedutores... e enganadores.

Tanto mais que o atraente e televisivo protagonismo de alguns profissionais (muitos dos quais nem sequer são jornalistas) não tem nada a ver com a descrição, o anonimato e até mesmo, frequentemente, a sensaboria da actividade quotidiana da maioria.

A desilusão vem depois. Primeiro, os próprios cursos, de uma maneira geral, pecam ou pelo demasiado teorismo e afastamento da realidade da profissão, ou pelo excessivo tecnicismo e ausência de uma contextualização ética e humanística. À falta de meios junta-se, muitas vezes, por parte dos professores, o desconhecimento do dia-a-dia das salas de redacção.

Depois, terminado o curso, a desilusão continua. A oferta de emprego é muitíssimo inferior à procura, nomeadamente se tivermos em conta os principais meios de comunicação social (jornais, rádios e canais de TV) que, naturalmente, são os mais desejados pelos jovens candidatos.

Durante anos sonharam com o ingresso na redacção de um grande diário nacional ou alimentaram a ilusão da conquista rápida de um lugar no pequeno ecrã; de repente, vêem-se confrontados com dificuldades e obstáculos imprevistos.

A desregulamentação no acesso à profissão dá origem aos piores abusos. Em geral, o melhor que os aspirantes ao primeiro emprego conseguem - e já é uma grande vitória - é a permanência durante dois ou três meses numa redacção, quase sempre «à borla», transformados em mão-de-obra barata para cumprir tarefas de

rotina, sem inserção no corpo redactorial nem apoio dos mais experientes. Passado esse período, são substituídos por outros. Não se trata, propriamente, de «estágios», mas de uma forma barata de o patronato colmatar necessidades redactoriais.

### ... ou educação para os media?

Durante décadas, enquanto no resto da Europa, incluindo na Espanha franquista, o ensino do jornalismo se tornava numa realidade com importância crescente, Portugal permanecia, também neste aspecto, isolado e atrasado.

As limitações aos direitos de informar e de ser informado, o implacável regime de censura prévia e outras características do fascismo português não eram compatíveis com a existência de escolas de jornalismo, enquanto factores de valorização e dignificação da classe e dos próprios media.

A partir da década de 70, porém, foi-se passando progressivamente da escassez à abundância, com a proliferação de cursos, em número manifestamente superior às reais necessidades. A ausência de um planeamento mínimo e eficaz, o predomínio da «livre concorrência» e das «leis do mercado» como único instrumento regulador estão a fazer do ensino um terreno aberto ao negociamento e ao mercantilismo.

É certo que a importância dos media na nossa sociedade é cada vez maior. Em concorrência com a família e com a escola, os jovens convivem diariamente e sofrem a influência, directa ou indirecta, da imprensa, da rádio e da TV.

Mas, por isso mesmo, mais do que o alargamento incontrolado do ensino do jornalismo como profissão, penso que o que se torna necessário é uma Educação para os media, dirigida a todos e ao longo de toda a escola, e vocacionada para a análise crítica da comunicação social. De modo a que esta ocupe na educação um lugar semelhante ao que ocupa na vida.

Aprender a ler, ouvir e ver os media, perceber os seus critérios, descodificar as suas mensagens, desmontar os seus mecanismos, entender as suas motivações e objectivos - eis uma urgente tarefa pedagógica, que é também um imperativo de natureza social.

Falo, naturalmente, de uma educação para os media entendida não como uma estratégia de adaptação e de integração ideológica, mas sim como um factor de consciencialização, um estímulo ao espírito crítico e um incentivo à transformação.

Trata-se de uma tarefa, no imediato, difícil de concretizar? Em vez de tarefa, chamemos-lhe, então, reivindicação ou objectivo de luta.

## O Conselho das Comunidades Portuguesas e a Emigração

■ Henrique de Sousa

A reunião em Setembro, em Lisboa, dos 100 conselheiros eleitos pelas comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo em Abril, demonstrou as potencialidades deste órgão como *forum* de representação e debate das aspirações e problemas da nossa emigração, mas comprovou também as preocupações manifestadas pelo PCP quanto aos riscos da sua instrumentalização pelo Governo com prejuízo da sua autonomia.

O processo de eleição do *Conselho Permanente*, marcado por irregularidades tais que levaram ao abandono, como protesto, de uma das 2 listas candidatas, fica a constituir a nódoa maior numa reunião que teve momentos de produtivo e interessante debate entre conselheiros que, apesar da diversidade de origens e de opiniões, foram capazes, nos problemas concretos, de convergir em críticas, reivindicações e propostas comuns.

De facto, foi no processo eleitoral que se evidenciou mais o desejo do Governo, através da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas (SECP), de impor as regras de eleição e, por essa via, predeterminar a lista a eleger para o Conselho Permanente, com o evidente objectivo de afastar o risco de eleição de conselheiros considerados mais críticos, incómodos e independentes.

Para isso, não hesitou a SEC em condicionar directamente a eleição, recorrendo à distribuição de uma proposta sobre critérios de apresentação de candidaturas, que definia à partida quais os círculos eleitorais cujos conselheiros se podiam candidatar e aqueles que desde logo seriam excluídos, assim ferindo gravemente a autonomia e a democraticidade do acto eleitoral. Tal proposta, votada por escassa maioria em resultado da desinformação, da manipulação e da confusão a esse propósito reinantes, ferindo gravemente a democraticidade do acto eleitoral por recusar direitos iguais a todos os conselheiros e por subverter as regras definidas na Lei, levou à retirada em protesto de uma lista, ao abandono do acto eleitoral de muitos conselheiros por o considerarem irregular, a uma eleição sem honra nem glória de uma lista única em que apenas votaram pouco mais de metade dos 100 conselheiros e à impugnação judicial ulterior da validade da eleição do Conselho Permanente por alguns conselheiros.

Triste final para uma reunião e um debate vivos dos problemas da emigração durante 4 dias, ensombrados pelos manejos do Governo e de alguns "comissários" do PS que não resistiram a tentar que o Conselho Permanente seja uma mera caixa de ressonância da política do Governo para esta área.

Oxalá que tais desejos não se cumpram e que este órgão e a maioria dos conselheiros saibam preservar a autonomia e o dinamismo deste órgão na participação e na representação, sem exclusões de nenhuma espécie, dos interesses de todos os emigrantes.

### Contribuição positiva

O debate nas comissões e a maioria das propostas apresentadas e das conclusões aprovadas sobre os problemas e as aspirações da emigração ficam entretanto a constituir globalmente uma positiva contribuição da reunião do Conselho das Comunidades, demonstrando como, nas questões concretas, a diversidade de opções e opiniões dos conselheiros não foi obstáculo à formulação de numerosas críticas à política do actual Governo nesta área e à exigência de medidas que, no seu conjunto, configuram a reclamação de uma nova, mais democrática e mais eficiente política de defesa dos direitos e interesses dos emigrantes portugueses.

Destacamos, como conclusões e propostas a considerar positivamente, entre outras, as seguintes:

- a exigência de uma política de apoio ao movimento associativo da emigração, de promoção do intercâmbio entre as associações, de apoio financeiro, técnico, formativo e logístico, de activo relacionamento com as autarquias e com o movimento associativo em Portugal;

- medidas de efectiva promoção da língua e da cultura portu-

# Elementos para um balanço necessário

guesas: a sua integração curricular no ensino dos países de acolhimento, a formação e recrutamento de mais professores, a criação de escolas portuguesas; os cursos de férias e de intercâmbio de jovens; o destacamento de animadores culturais; a melhor utilização para estes fins da RTPI; a criação de bibliotecas e a organização de feiras do livro e o apoio técnico e financeiro para a edição de material didáctico sobre a língua e a cultura portuguesas para o ensino no estrangeiro; a dinamização do Instituto Camões; medidas quanto às equivalências e quanto ao acesso de luso-descendentes ao ensino em Portugal;

- a reclamação quanto à precariedade e insuficiência dos serviços consulares, a morosidade na prática de certos actos consulares e os horários inadequados de atendimento e funcionamento; a exigência da urgente revisão do Regulamento Consular, datado de 1920 (!), da modernização dos serviços consulares, da melhoria da formação dos seus funcionários e do reequacionamento da rede consular;

- a proposta de medidas para a melhoria da informação e da

nais); a exigência de disponibilização pelo Governo e serviços consulares de serviços e funcionários de apoio à actividade dos órgãos do Conselho e sob orientação destes; a garantia duma criteriosa regulação das despesas e justificações necessárias no exercício da sua actividade de conselheiros, de modo a não serem nem pessoalmente prejudicados nem beneficiados; a necessidade de um novo censo dos portugueses no estrangeiro e de serem estudadas alterações à Lei 48/96 sobre a orgânica, eleição e funcionamento do Conselho das Comunidades Portuguesas.

As medidas e propostas sumariamente enunciadas, em grande medida convergentes com propostas que o PCP tem vindo a defender, serão estudadas e tidas seguramente em conta na intervenção política e na iniciativa parlamentar que o PCP coerentemente desenvolve de há muito em defesa dos direitos efectivos dos emigrantes.

Quanto ao Governo do PS, as declarações do Secretário de Estado das Comunidades logo após a reunião do Conselho pondo em causa a possibilidade de serem satisfeitas as exigências de meios financeiros para o Conselho no próximo Orçamento de Estado, são um bom exemplo da sua falta de respeito pelo órgão e pelas suas conclusões.

Talvez ajudem também a compreender por que é que uma tão importante reunião teve tão pouco eco na comunicação social portuguesa, como o próprio Conselho lamentou. É que é sabido que da parte do Secretário de Estado José Lello e do próprio Governo apenas houve a preocupação não de promover a reunião do Conselho e o debate realizado mas tão-só os discursos dos governantes. Talvez pela incomodidade do debate e das muitas críticas ao Governo...

As tentativas dos serviços da SECP de estabelecerem um «cordão sanitário» governamental em torno do Conselho, de funcionarem como seu filtro para a sociedade portuguesa e de predeterminarem o seu funcionamento, assim exorbitando do papel de apoio que lhes estava cometido, chegou ao ponto de pretenderem não abrir à comunicação social os seus trabalhos, embora sem sucesso. De terem tentado condicionar a participação de um deputado representante do Grupo Parlamentar do PCP, no que recuaram, face ao firme protesto logo apresentado. De terem procurado limitar também o acompanhamento dos trabalhos por organizações sociais tão relevantes como a CGTP-IN, a Fenprof, o STCDE e outras, tentando assim impor uma interpretação falsa e restritiva da Lei sobre a orgânica e o funcionamento do Conselho, ao mesmo tempo que nomeavam para participar nas reuniões uma legião de representantes dos ministérios. Valeu a lúcida atitude da maioria dos conselheiros que, logo na sessão de abertura, derrotaram tais propósitos votando a abertura de todos os trabalhos à participação das organizações sociais. Mas tais concepções, sendo lamentáveis, não admiram por parte de um Governo que em matéria de abuso de poder nada deve ao anterior e por parte de um Secretário de Estado das Comunidades que até inventou a peregrina tese de que o PCP não tinha nada que dar em Portugal uma Conferência de Imprensa recente sobre os problemas da Emigração porque, segundo ele, tais problemas só deviam ser tratados... com os emigrantes.

Para o PCP, porém, os problemas concretos da emigração portuguesa são uma questão nacional, que interessa aos emigrantes e ao País, e que não se resume ao agitar demagógico e irresponsável da questão do voto dos emigrantes, pelo que sobre eles continuará a intervir, na diáspora como em Portugal, por muito que isso custe a esse tão viajado e mediático mas pouco produtivo governante.

(!) A proposta de orçamento de Estado agora apresentada à Assembleia da República, quantos aos meios financeiros a disponibilizar para o funcionamento do Conselho das Comunidades Portuguesas, é bem a demonstração da distância entre a demagogia mediática e «dialogante» deste Governo quanto à emigração portuguesa e a nudez crua da sua política real: o Conselho reclamou do Governo meio milhão de contos para suportar o funcionamento das suas estruturas e a actividade dos conselheiros; o Governo propõe 29 000 (!) contos, menos do que provavelmente será gasto com as viagens pelo mundo do Secretário de Estado...



comunicação social dirigidas às comunidades emigrantes, em especial via RTPI e serviços consulares em matéria de programas, serviços e folhetos quanto à informação sobre direitos; para um programa de incentivos e apoios aos órgãos de comunicação social da emigração; para a mais ampla cobertura geográfica da diáspora pela RTPI e RDPI e para um melhor aproveitamento do serviço de texto da RTPI na óptica da informação aos emigrantes;

- no plano das questões económicas, a dinamização das Câmaras Portuguesas de Comércio e Indústria ou instituições similares nos principais núcleos da emigração portuguesa; a divulgação pelo ICEP aos empresários das comunidades das possibilidades, condições e oportunidades de investimento em Portugal, a melhor utilização dos operadores e agências de turismo pertencentes a portugueses como meios de promoção do turismo em Portugal, a revisão urgente do Sistema Poupança-Emigrante definido no Decreto-Lei 323/95 por forma a potenciar a maior aplicação e investimento em Portugal das poupanças dos emigrantes;

- as medidas destinadas a garantir os meios e a capacidade de funcionamento autónomo do Conselho, dos seus órgãos e a actividade dos conselheiros, de que destacamos: a exigência de que o próximo Orçamento do Estado (!) garanta uma verba de meio milhão de contos para o financiamento da actividade do Conselho, do conjunto dos seus órgãos e dos conselheiros; os critérios de distribuição das verbas que venham a ser anualmente atribuídas (50% para a actividade dos Conselhos Locais de País e dos conselheiros; 30% para o Conselho Permanente; 20% para os Conselhos Regio-



■ Miguel Urbano Rodrigues

# Estória breve de Benigno o guerrilheiro que apodreceu

**D**os combatentes da guerrilha do Che que sobreviveram ao combate na Quebrada de Yuro, apenas cinco conseguiram furar o cerco montado pelo exército boliviano e pela CIA. Inti Peredo e David Adriaola, os dois bolivianos, foram assassinados em 1969. Os três cubanos, cujos nomes de guerra eram Pombo, Urbano e Benigno, estão vivos.

O primeiro, Harry Villegas, é hoje general das Forças Armadas Revolucionárias e herói nacional da República. O segundo, Leonardo Tamayo, cumpriu missões internacionalistas em Angola e na Nicarágua e, presentemente, com o posto de coronel, está colocado no Ministério do Interior. O terceiro, Dariel Alarcón, o Benigno da guerrilha, traiu.

Do seu livro «Memórias de um soldado cubano», que poucos portugueses leram, está a falar-se muito em Portugal.

Um repórter do «Público», que nos seus escritos sobre o Che chama a atenção pelo anticomunismo cavernícola, leva o primarismo ao extremo de sugerir que Benigno está a cumprir o papel de historiador, contribuindo para iluminar zonas escuras da Revolução Cubana.

Um jornalista francês, Pierre Kalton, que acaba de apresen-

Curiosamente, da personagem Dariel Alarcón pouco se fala. Permanece na penumbra. Durante trinta anos foi um desconhecido para os seus actuais admiradores. Residia num pacato subúrbio de Havana. Depois foi envolvido pelos tentáculos de uma engrenagem e apodreceu. Ganhou então credibilidade no Ocidente capitalista.

A metamorfose foi, porém, tão apressada que, em 1996, algumas semanas antes de deixar Havana e de se transformar em *vedette* da contra-revolução, Dariel Alarcón deu à revista Habanera – órgão do Instituto Cubano para a Amizade entre os Povos (ICAP) – uma entrevista cujo conteúdo hoje o compromete e desmoraliza. Nela, o ex-guerrilheiro expressa ainda uma entusiástica e irrestrita admiração pelo Che, afirmando que lhe deve tudo o que faz e alcançou na vida, e declara-se totalmente identificado com a Revolução Cubana.

A travessia do Atlântico foi suficiente para virar o homem do avesso. Ao desembarcar em França descobriu que o seu antigo comandante era afinal uma criatura demoníaca e sentiu, simultaneamente, a necessidade de narrar coisas mirabolantes sobre Fidel e a Revolução.

\*

\* \*

É uma triste estória a de Benigno. Pelo aproveitamento que os inimigos de Cuba estão a fazer da personagem, merece ser contada aos portugueses.

Benigno era um camponês analfabeto da Sierra Maestra quando, em 1957, aderiu ao Exército Rebelde. Bateu-se bem, inicialmente sob o comando de Camilo Cienfuegos.



Rolando, um dos guerrilheiros que acompanharam o Che na Bolívia. Morto em combate



Pombo, um dos sobreviventes que conseguiram alcançar o Chile em Fevereiro de 1968



Bráulio, outro dos companheiros do Che, morreu em combate

Alfabetizado pelo Che, permaneceu nas Forças Armadas criadas pela Revolução. Em 1966 entrou clandestinamente na Bolívia e uniu-se à guerrilha do Che, em Nancahuazú, pouco antes da sua entrada em acção.

Não havia deixado de ser um camponês, rude, sem formação ideológica estruturada. Mas era disciplinado e corajoso e cumpria as tarefas que lhe eram atribuídas, desde que as mesmas não excedessem as suas capacidades.

Não tinha, porém, chama e era pouco inteligente.

No seu *Diário*, o Che, nas anotações relativas ao dia 18 de Julho, trata-o com dureza. Utiliza a palavra *traição* ao criticá-lo por haver libertado uns camponeses bolivianos quando as tenazes do cerco se fechavam sobre a guerrilha.

Pombo, no belo e pungente livro que acaba de publicar (1), dedica algumas linhas ao episódio: «Prendemos uns camponeses e Benigno cometeu o erro de deixá-los ir buscar umas armadilhas com o compromisso de regressarem. A bronca do Che foi grande, a tal ponto que Benigno começou a chorar.»

De gente que o conheceu ouvi que ele nunca esqueceu essa dura reprimenda.

Benigno comportou-se, porém, com serenidade e coragem nas jornadas de angústia que precederam a ruptura do cerco, após a morte do Che. Foi recebido triunfalmente com os companheiros quando regressou a Cuba depois de atravessarem a fronteira chilena.

Tirou um curso. Mas não era um quadro preparado para tarefas da construção do socialismo.

A Revolução, grata, deu-lhe aquilo que ele mais desejava: uma casa confortável com um pomar, uma horta, alguns animais.

Benigno levou nos anos seguintes uma vida de camponês suburbano, envolvido pela estima dos vizinhos.

A separação da mulher, uma revolucionária da sua geração (ele tem agora 58) e a nova vida com uma companheira muito jovem e ambiciosa alteraram o ritmo pachorrenco do seu quotidiano. Benigno começou a envolver-se em pequenos negócios na fronteira da legalidade. Nada lhe aconteceu.

Já em pleno período especial, um jornalista cubano, Mariano Rodríguez, profissional sério, pediu-lhe que evocasse em prolongadas conversas informais episódios da sua passagem pela guerrilha boliviana. Benigno concordou. Foi decidido, de comum acordo, que esses depoimentos, gravados, seriam publicados sob a forma de entrevista, num livro, «Os sobreviventes do Che».

Pouco depois, durante a fase mais crítica da recessão económica provocada pelo desmoronamento da URSS, o representante de uma editora francesa apareceu em Havana e sugeriu a Benigno que o nome do jornalista desaparecesse do livro, o que exigiria algumas alterações no original. Ofereceu-lhe, segundo apurei, 25 000 dólares para que a obra fosse lançada como sendo da sua autoria.

Benigno aceitou a proposta e o dinheiro e rompeu com Mariano Rodríguez.

O livro vendeu-se bem em França.

Em Cuba, 25 000 dólares são uma fortuna. Benigno e a mulher gastaram, porém, o dinheiro num abrir e fechar de olhos.

Quando os dólares se acabaram, chamaram-no a Paris. Benigno escutou a nova proposta. O futuro livro teria de ser muito diferente do primeiro.

Benigno assinou o contrato que lhe puseram diante e embolsou o dinheiro. Já não tinha consciência.

O livro, «Memórias de um soldado cubano», é abjecto. Disse-me amigos franceses que da lavra de Benigno haverá ali pouca coisa.

Segundo o jornalista cubano Felix Pita (2), Regis Debray (sobre o qual Vargas Llosa despejou recentemente uma comucópia de elogios) não terá sido alheio às manobras e pressões que levaram Dariel Alarcón, Benigno, a atravessar a fronteira da traição.

Persuadir o ex-guerrilheiro a caluniar o Che e a Revolução foi, segundo ouvi em Havana de historiadores da guerrilha de Nancahuazú, o objectivo da paciente e ardilosa operação editorial montada em duas fases.

Benigno não voltou a Cuba. Ficou por Paris. Vendeu a alma por três dinheiros. A ele se ajusta bem o qualificativo de *mercenários* utilizado por Fidel Castro para fustigar aqueles que sem êxito tentam usar a heróica e digna figura do Che nas suas campanhas contra a Revolução Cubana.

(1) «Un hombre en la guerrilla del Che», de Pombo, Harry Villegas, Ed. Política, La Habana 1996.

(2) in «Granma», 9.10.96, La Habana. Felix Pita faleceu posteriormente.



Benigno. O guerrilheiro que veio a traír



O Che redigindo as suas memórias

tar em Lisboa mais uma novelesca «biografia» do herói, inventa conflitos e cenas de gritaria entre o Che e outros dirigentes da Revolução. O americano Anderson e o mexicano Castañeda desvendam estranhíssimos segredos sobre o autor de «Pasajes de la Guerra Revolucionária». Morto, o Che não pode desmentir essas calúnias.

Na origem de muitas, estão «revelações» de Benigno. Subitamente, o guerrilheiro-traidor passou a ser referência obrigatória para a chusma de «biógrafos» empenhados em abrir imaginárias clivagens entre o Che e Fidel.

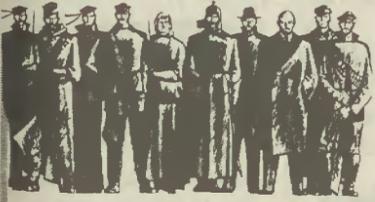
Benigno sabe tudo, levanta suspeitas sobre a morte de Camilo, atribui ao Che atitudes que nunca assumiu, esboça dele o retrato de um comandante desumanizado, agressivo, autoritário até à brutalidade.

Para os profissionais em cubanologia do anticomunismo europeu e norte-americano, Benigno emerge como fabulosa, credível, inesgotável fonte de informações. De repente, um ignorado guerrilheiro destapa o seu frasco de segredos e vem a público confessar, em livro, arrependimento e vergonha por ter lutado ao lado do Che e pedir desculpa por haver acreditado no socialismo e na Revolução Cubana.

A confusão provocada pelo farsante é tamanha que até já lhe chamam comandante...

EM FOCO

## ② A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO FOI HÁ 80 ANOS



**L**énine chega a Petrogrado a 10 de Outubro (continuamos aqui a falar das datas do antigo calendário russo, atrasado 13 dias do actual, que já fora adoptado pela grande maioria dos países ocidentais). Veio de Vyborg, disfarçado. Nesse mesmo dia, Sverdlov, secretário do CC do Partido Operário Social-Democrata Russo (bolchevique) convocara uma reunião do Comité Central para a qual exigia a participação de Lénine. Tratava-se de decidir se o Partido mantinha a orientação da insurreição para breve.

Assim, três meses depois da última vez em que participara numa reunião do CC, Lénine volta a reunir com os membros do Comité Central. A sessão realiza-se na Rua Karpova, nº 32/1 e tem início logo após a chegada do dirigente bolchevique, que aparece irreconhecível sob a peruca. Mais tarde, passaria da meia-noite, e após tomar conhecimento do relatório com as informações sobre a situação e sobre o estado de espírito das massas, o CC aprova uma Resolução sobre a insurreição armada.

Quinze dias separariam esta resolução da sua concretização. Qual era a situação que então se vivia e que dava razão à decisão tomada? O próprio texto, redigido por Lénine, responde à questão que os membros do CC debateram:

«O CC considera que tanto a situação internacional da revolução russa (a insurreição da esquadra da Alemanha, como manifestação extrema do desenvolvimento em toda a Europa da revolução socialista mundial, depois a ameaça da paz entre os imperialistas com o objectivo de estrangular a revolução na Rússia) como a situação militar (decisão indubitável da burguesia russa e de Kerenski e Cª de entregar Petrogrado aos alemães) e a obtenção pelo partido proletário da maioria nos sovietes - tudo isto em ligação com a insurreição camponesa e com a viragem da confiança do povo para o nosso partido (eleições de Moscovo) e, finalmente, a evidente preparação de uma segunda korilovada (retirada de tropas de Petrogrado, transporte de cossacos para Petrogrado, cerco de Minsk pelos cossacos, etc.) - tudo isto coloca na ordem do dia a insurreição armada.»

O CC propôs assim às organizações do Partido a discussão e resolução de todas as questões práticas decorrentes de tal decisão. Considerava a insurreição armada inevitável e que as condições para a desencadear haviam amadurecido completamente.

Nessa mesma reunião foi decidida a constituição de um Bureau Político do CC para dirigir politicamente a insurreição. Lénine chefiava-o.

No dia seguinte reunia no Instituto Smólni o Congresso dos Sovietes Deputados Operários e Soldados da Região Norte, que o próprio CC do POSDR(b) convocara. A representação era vasta - além dos sovietes de Petrogrado e Moscovo e de outras importantes cidades do Norte da Rússia, participaram representantes do Sovietes de Deputados Camponeses de Petrogrado, do II Congresso da Esquadra do Báltico, do Comité Regional do Exército,

# Os bolcheviques decidem a insurreição

a influência dos bolcheviques, «pode salvar o povo.» Foi assim criado em Petrogrado, um órgão legal para dirigir a insurreição, com as atribuições de defender a cidade e resistir às tentativas de lhe serem retiradas as unidades de guarnição. Era um verdadeiro estado-maior revolucionário, a quem cabia não apenas a defesa exterior como a interna. O Comité Militar Revolucionário - assim foi denominado pelo Comité Executivo do Soviete de Petrogrado - integrava representantes deste Soviete, do CC da Esquadra do Báltico, do Comité Regional da Finlândia, dos comités de fábrica e da Organização Militar junto do CC do partido bolchevique.

Entretanto, em Moscovo, em 14 de Outubro, o Comité Executivo do Soviete de Deputados Operários e Soldados era eleito e ficou composto apenas por bolcheviques. A 16 de Outubro, o respectivo Soviete declarava a luta aberta contra a política do Governo Provisório. O mesmo sucedia, simultaneamente nos sovietes de Vladímir. De 16 a 24 de Outubro realizava-se, em Irkutsk, o primeiro congresso dos sovietes da Sibéria que proclamava a passagem do poder para os sovietes. Em Kiev, o congresso regional aprovava, a 18, a entrega do poder aos sovietes. No dia seguinte, em Moscovo, o comité executivo regional dos sovietes de deputados operários, soldados e camponeses aprovava uma resolução sobre a necessidade de armar os trabalhadores através dos estados-maiores da Guarda Vermelha.

### A vitória era possível

O Comité Central dos bolcheviques voltou a reunir-se, a 16 de Outubro, numa sessão alargada em que participaram representantes comunistas de sovietes, de sindicatos, de comités de fábrica, de ferroviários. Lénine, que aí tornou a ler a resolução aprovada pelo CC seis dias antes, insistiu na oportunidade da insurreição, defendendo que era possível a vitória e era possível conservar o poder, uma vez tomado. A resolução de 10 de Outubro foi novamente aprovada, desta vez por 19 votos contra 2 e 4 abstenções. Foi criado um Centro Militar Revolucionário encarregado de dirigir a insurreição. Dele faziam parte Andrei Búbnov, Félix Dzerjinski, Iakov Sverdlov, Iossif Stálin e Moissei Uríski.

Para a data que assinalava o Dia do Soviete de Petrogrado - 22 de Outubro - estava marcada uma manifestação de cossacos - ou «procissão», como era chamada -, iniciativa que era considerada pela contra-revolução como uma revista das suas forças. O Governo Provisório contava com elas. Não contaria, entretanto, com o profundo trabalho realizado entre os cossacos pelos bolcheviques. O Soviete de Petrogrado dirigiu-lhes um apelo especial e representantes dos regimentos de cossacos foram convidados a participar numa conferência dos representantes dos comités de regimento da guarnição, realizada no Smólni. Aí, os cossacos afirmam que não combateriam contra os operários e soldados.



A Guarda Vermelha da Fábrica Vulkan



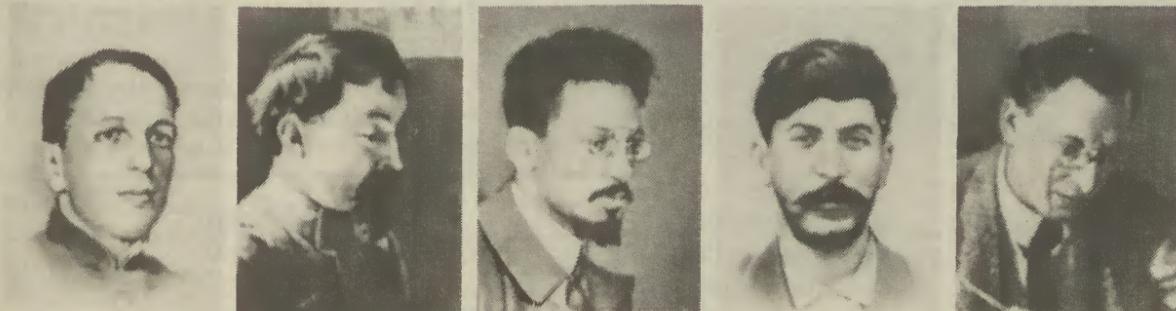
Destacamento da Guarda Vermelha da Fábrica Putilor

Entretanto, a revista das forças da revolução foi um êxito. Nesse dia decorreram numerosos e grandiosos comícios, enquanto os operários ocupavam praticamente toda a cidade, numa verdadeira desmonstração da sua força. Os guardas vermelhos da cidade realizaram, a 22 e 23, uma conferência e o Soviete de Petrogrado discutiu a questão da Guarda Vermelha, tomando nas mãos a sua organização e direcção política. As unidades militares passavam para o campo da revolução e decidiam apoiar o Soviete de Petrogrado e o Comité Militar Revolucionário.

Era cada vez mais difícil ao Governo Provisório reunir forças para se opor ao grande movimento revolucionário que crescia e se organizava. Kerenski discutia com os ministros da Marinha e da Guerra as medidas a tomar no caso de uma acção bolchevique. O ministro da Justiça mandava ao procurador que se tomassem medidas para prender Lénine. Na véspera da insurreição, os alunos das escolas militares ocupavam pontos importantes da cidade. A tipografia do Rabótki Put, o órgão central do partido bolchevique, sofria um ataque no próprio dia 24. Preparava-se o assalto ao Smólni.

Mas no dia 23, um tenente, de nome Erikson, que desempenhava as funções de comandante do cruzados Aurora, recebia a ordem para não retirar o navio revolucionário das águas do Neva, frente à cidade. E comunicava-a ao comandante da Esquadra do Báltico. O Aurora não se arredava da História...

(continua)



Os membros do Centro Militar Revolucionário - Búbnov, Dzerjinski, Sverdlov, Stálin e Uríski

da Marinha, dos Operários da Finlândia. O Comité Executivo Central dos sovietes - ainda de maioria menchevique e socialista-revolucionária retirou os seus delegados, permanecendo os mencheviques apenas para obtenção de «informação». Uma resolução foi aprovada refutando as acusações de falta de competência do Congresso ali reunido. Os relatórios apresentados davam razão a Lénine - as massas estavam dispostas à insurreição. E o dirigente comunista enviou uma carta aos bolcheviques que participavam no Congresso. «O momento é tal que a demora equivale verdadeiramente à morte.»

«Só a passagem imediata de todo o Poder para os órgãos da Revolução», afirmou uma resolução aprovada no Congresso, sob

Este Centro foi integrado no Comité Revolucionário do Soviete de Petrogrado. A 20 de Outubro, o Comité Militar Revolucionário nomeou comissários para todas as unidades militares de Petrogrado e, dias depois, eram enviados comissários para as instituições e empresas mais importantes da cidade.

Uma assembleia de representantes dos comités de regimento da guarnição de Petrogrado, reunida no dia 21, toma a resolução de apoiar o Comité Militar Revolucionário, propondo que no dia seguinte (Dia do Soviete de Petrogrado) se faça uma revista das forças dos soldados e operários da capital.

Os acontecimentos iam precipitar-se nos dias que se seguiram, até ao desfecho de 25 de Outubro (7 de Novembro).

## Candidato veraneante

José Luís Arnault, dirigente nacional do PSD e candidato novinho em folha à presidência da Câmara Municipal de Mértola, surpreendeu há dias os jornalistas com a justificação que deu para se apresentar a uma autarquia tão distante da zona onde vive - Lisboa. Apresenta-se por duas razões, explicou ele.

Em primeiro lugar, porque já passou férias no Alentejo. E em segundo, porque a mulher «é meia alentejana».

Ora aqui está um argumento eleitoral de peso: para se ser candidato a uma qualquer autarquia, basta ter lá passado férias. Os respectivos eleitores devem meditar nisto, embora o método tenha um pequeno senão, é discriminatório: as zonas mais utilizadas para o

veraneio e o turismo de férias estão francamente em vantagem sobre as regiões do País menos visitadas pelos veraneantes candidatos. Por exemplo, enquanto no Algarve qualquer dos seus municípios tem à disposição dezenas de milhares de candidatos-turistas, os interiores menos visitados ficam na contingência de se agarrar ao primeiro desconhecido que lhes passe à porta...

## O Monteiro da rádio

Ao deslocar-se a Cascais para apoiar a candidata do PP à Câmara local, Manuel Monteiro foi apanhado em falso ao ser questionado pelos jornalistas sobre as últimas convulsões eleitorais do seu próprio partido, nomeadamente a ruptura da coligação PSD/PP

# PONTOS CARDEAIS

em Mértola e a possibilidade de o mesmo se repetir na Covilhã. «Não sabia», confessou laconicamente o em geral palavroso Manuel Monteiro, que igualmente ignorava outra novidade relacionada com Cascais - o concelho onde se encontrava a apoiar a candidata do seu partido - e que consistia na denúncia feita no Tal & Qual da não declaração de rendimentos para o IRS cometida nos últimos anos pelo presidente desta autarquia, José Luís Judas. Encurralado em tanta ignorância do que se passava à sua volta, Monteiro não arranjou melhor desculpa do que dizer que viajava pelo País a ouvir música pela rádio,

pelo que as notícias «escapavam-lhe». Compreende-se. A especialidade do homem é «dar música»...

## O provedor de Mortágua

Um tal dr. Vítor Seabra é provedor da Santa Casa da Misericórdia de Mortágua e, como relata um comunicado do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Centro, reuniu-se há dias com delegados sindicais da Casa, que procuravam, através do diálogo, solucionar os graves atropelos às relações laborais cometidos contra os trabalhadores da instituição,

em flagrante atropelo do que está consagrado na Portaria regulamentadora de trabalho. Colocado perante os factos, o dr. não esteve de modas: refutou as leis laborais do País e afirmou-se «farto de sindicalistas e do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Centro», ao mesmo tempo que, ainda segundo relato do Sindicato, «intimidava as delegadas sindicais enquanto trabalhadoras da Misericórdia de Mortágua, coagindo-as a responder ali e perante a sua vontade unilateral de provedor, cerceando a livre expressão das trabalhadoras e mantendo-as nessa situação durante mais de uma hora». Isto contrabalançando a sua total incapacidade em contrariar ou desmentir as denúncias de ilegalidades apresentadas.

Parece que o homem se afirma socialista. Socialista?!... Misericórdia...

## Mais «Madeira/PSD» para Jardim se queimar

Coincidindo com a escalada de provocações contra o regime democrático do nosso país e o próprio Estado em que Alberto João Jardim parece andar apostado, surgiu esta semana uma notícia significativa: o ex-presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz, Luís Gabriel Rodrigues, que em Julho de 1995 viu o seu mandato suspenso por ordem do Tribunal do Funchal, foi esta semana indiciado para ser julgado depois das eleições autárquicas sob a acusação de burla qualificada,

peculato e falsificação de documentos. No processo é ainda acusado do desvio de dezenas de milhares de contos do orçamento camarário em proveito próprio, sendo com ele co-arguidos mais quatro autarcas sob a sua dependência hierárquica, todos do PSD. Ora Luís Gabriel Alves é dirigente do PSD/Madeira, além de dirigir também a Associação de Municípios madeirense e um clube de futebol local. E anda Alberto João Jardim a chamar «choné» a quem fala do défice democrático na Madeira, como ainda esta semana o fez em relação a Mário Soares...

## Os problemas da Barbie

A história conta-se em poucas palavras. Um grupo musical dinamarquês, de sua graça os Aqua, de há uma ano a esta parte tornou-se famoso lá para os Nortes da Europa graças às suas canções de estilo pimba. Tudo corria como de costume nestas coisas, quando o referido grupo resolveu lançar uma canção inspirada na boneca Barbie, dando-lhe, aliás, o criativo título de «Barbie girl». Quando o sucesso da canção começou a alastrar pelos países nórdicos, a empresa detentora dos direitos da boneca Barbie - a Mattel - achou que era chegada a altura de vir à liça. E ei-la, esta semana, a lançar um processo sobre a editora da canção, acusando-a de exploração indevida da boneca e, pior ainda, de ter feito uma «exploração erótica» da criaturinha de plástico, arrematando a coisa, obviamente, com a exigência de uma choruda indemnização. Portanto, no ponto de vista da empresa que a criou e produz, a boneca Barbie passou de brinquedo imbecil imposto ao mundo inteiro a uma «entidade» humanizada com direito à honra e ao bom nome. Tudo para sacar mais uns milhões à custa de tão delicado pedaço de plástico. Pelos vistos, a lógica capitalista já não se limita a explorar tudo e todos desenfreadamente. Agora já o faz sob demência.

# PONTOS NATURAIS

## Contas do meu diário

### Casa, já há

Um posto médico ali? Se nem sequer havia casa onde?

(A cena passa-se numa povoação do Alentejo)

Tal era a posição oficial.

— Está bem, compadres, que não seja por isso!

(disse a população)

Deitaram mãos à obra pois assim faz quem tem apenas mãos. A casa apareceu feita. Agora é só esperar o médico...

— Se eles tiverem palavra...

(diz um velho sábio)

## O World deles

Conta Herman José que Frank Sinatra jamais ouviu falar de Portugal. Pagaram para vir e ele veio.

Quando principiou o espectáculo sem saber soletrar no teleponto essa estranha palavra «Portugal» «I'm very happy to be in this part of the world» disse ele.

Disse, ao entrar na nave extraterrestre do seu world.

## Deve ser (também) por isso

Naquele programa informaram que na América Latina



dezenas de milhões de crianças trabalhavam.

Cuba pertence à América Latina (ou não pertence?) lá nunca viu ninguém uma criança presa a um carro de brita.

Será por isso que lhe chamam território livre da América?

## Fragilidade

Só entendi claramente Che Guevara ao saber que era asmático. Receio neste preciso instante

que a temível dispneia me impeça de chegar ao fim deste poema.

Está visto, Revolução, não podes contar comigo.

## Eu vi, com estes versos

Disseram-lhe na sexta: — Segunda-feira é feriado. Não venhas amanhã faz lá a tua ponte.

Caía que nem ginjas três diazinhos livres!

Porém na segunda-feira recebe em casa a carta de despedimento.

Fica o pequeno-burguês de mim à espera de um grande espectáculo (os protestos as queixas a incontida raiva...)

— Estão a gozar connosco ou quê? disse ele apenas.

## AGENDA



# CDU

para fazer  
o que é preciso

PCP-PEV



## Carlos Carvalhas

Secretário-geral do PCP  
em iniciativas da CDU

Em Setúbal, sexta-feira, 24:  
INAUGURAÇÃO DA SEDE DA CANDIDATURA CDU  
(Largo da Misericórdia, nº 1) - às 18h

Em Alcochete, sexta-feira, 24:  
JANTAR-CONVÍVIO DE CANDIDATOS E ACTIVISTAS  
(Centro Náutico - Alfoz) - às 20h

Em Sintra, quarta-feira, 29:  
PROPOSTAS CDU PARA A REQUALIFICAÇÃO URBANA DE SINTRA  
(Expo Sintra-CDU em Mem Martins, junto ao Mercado de Faneres) - às 17h30

### Carlos Carvalhas visita o Alqueva

Na próxima terça-feira, dia 28 de Outubro, o Secretário-geral do PCP visita o Alqueva, visitando as obras e reunindo depois com o Conselho de Administração da EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva no Estaleiro das Obras da Barragem, no concelho de Moura.

Nesta visita, Carlos Carvalhas será acompanhado nomeadamente pelos camaradas, da Comissão Política, Agostinho Lopes e José Soeiro, pelos deputados Lino de Carvalho e Rodeia Machado e pelos cabeças de listas da CDU às câmaras da área do Guadiana.

### ALMADA

● **Apresentação do Programa Eleitoral Municipal**: hoje, quinta-feira, às 21h, no Hotel da Costa da Caparica.  
● **Apresentação dos candidatos CDU** às freguesias de Caparica (sexta-feira, 24, às 21h30, no Monte da Caparica Atlético Clube), de Feijó (domingo, às 21h, no Clube Recreativo do Feijó) e de Cacilhas (terça-feira, 28, às 21h30, no Sport Almada e Figueirinhas).

### ALPIARÇA

**Apresentação pública dos candidatos da CDU** aos órgãos autárquicos do concelho, com a participação de José Casanova: domingo, às 15h, no Restaurante da Alpiagra. Actuação do Rancho Folclórico da Casa do Povo de Alpiarça.

### AMADORA

● **Reboleira - Apresentação dos candidatos** à Assembleia de Freguesia: no Parque Armando Romão, domingo às 16h.  
● **Distribuições de propaganda**: hoje, quinta-feira, às 12h, junto das empresas da Damaia; sábado, dia 25, de manhã, no Mercado da Damaia e no Mercado de Venteira, com a participação de candidatos.  
● **Falagueira** - Visita dos candidatos à freguesia à Quinta da Laje (a partir das 15 h)

### CUBA

**Apresentação das listas no concelho**, com a presença de José Soeiro, domingo, dia 26: em Vila Ruiva - às 16h30, no Centro de Dia; em Albergaria dos Fusos - às 18h30, na Soc. Recreativa; em Vila Alva -

às 21h, no Centro Cultural, onde estará patente uma exposição sobre a obra realizada no presente mandato e actuará o músico Daniel Cerejo.

### ESPINHO

**Apresentação dos candidatos CDU no concelho**, com a participação de Sérgio Teixeira, sexta-feira, dia 24, às 22h, no Salão dos Bombeiros Espinhenses.

### GAIA

**Declaração pública dos candidatos CDU sobre Rede Viária e Transportes**: hoje, dia 23, às 8h30, junto ao edifício da CM de Gaia

### LOURES

● **Sto. António dos Cavaleiros - Encontro com a Comunidade Hindu**: na AMSAC, hoje às 21h30, com a presença de Adão Barata.  
● **Sto. Iria da Azóia - Encontro com Colectividades**: na Casa da Cultura, sexta-feira às 21h, com a presença de Carlos Luz.  
● **Camarate - Reunião com Associações de Moradores**: sexta-feira, 10, às 21h30, na Junta de Freguesia; visita da CDU a Fetais, com a participação de Francisco Pereira: sábado, dia 25 a partir das 9h.  
● **Pontinha - Jantar dos trabalhadores da JF**, com participação de Francisco Pereira e Fátima Amaral: sexta-feira, 24, às 20h.  
● **Póvoa de Sto. Adrião - Debate sobre o Programa Eleitoral**: sexta-feira às 21h, no Auditório da Póvoa de Sto. Adrião, com a participação de Carlos Brito, mandatário da CDU no concelho de Loures.

● **Caneças - Visita da CDU a bairros de Génese Illegal**, com a participação de Sérgio Pinheiro: sábado, 25, a partir das 9h30

● **Frietas - Visita da CDU ao bairro do Talude Militar** com a participação de Manuel Correia e António Santos: domingo, 26, às 15h

● **S. João da Talha - Inauguração da Sede de Campanha da CDU (R. Afonso Albuquerque, junto ao Centro de Dia)**, com a participação de Paulo Rui Amado, presidente e cabeça de lista à freguesia: domingo às 15h.

● **Sto. António do Tojal - Almoço de apresentação da lista de candidatos**, com a participação de José Júlio Moraes, presidente e candidato à presidência da JF: domingo, 26, às 13h, no União Lebrese, em A-das-Lebres.

### MARINHA GRANDE

● **Conferência do Prof. Rogério Fernandes sobre «Educação e Poder Local»**: sábado, 25, às 16h, no Sport Operário Marinhense.  
● **Apresentação do programa da CDU para a Cultura e Associativismo**: sábado, 25, às 22h, na Ordem. Actuação de grupos musicais.

### MOITA

**Jantar-convívio** de candidatos e apoiantes da CDU: sexta, 24, às 19h, no Penteadó.

### OEIRAS

**Carnaxide - Apresentação dos candidatos CDU à freguesia**: sexta, 24, às 21h30, na Sociedade Filarmónica Fraternidade Carnaxide, com a participação de Arnaldo Pereira e Henrique Gonçalves.

## Juventude CDU

### ● Arrentela

Dia 24, às 22,  
Conversas sobre Che  
no Espaço Jovem  
(Arrentela - Zona Histórica,  
junto ao rio)

### ● Pinhal Novo

Dia 24, às 22,  
Encontros «O melhor  
para a nossa terra»  
no Bar Air Bag  
com a participação de um  
quarteto musical

### ● Setúbal

Dia 24, às 21.30 h  
«Quintas de Conversa»  
com Manuel Faria:  
a música no palco, nos  
estúdios, nos bastidores  
(No Círculo Cultural de  
Setúbal)



25.Outubro'97 (sábado) - 18.00 h  
Coliseu - Lisboa

# Comício festa

Brigada Vitor Jara

Intervenções de:  
ID - Intervenção Democrática  
PEV - Partido Ecologista «Os Verdes»  
e do Secretário Geral do PCP

**Carlos Carvalhas**

CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



para fazer  
o que é preciso!

## SINTRA

### Mega-Almoço CDU

de apoio à candidatura de Lino Paulo  
à CM de Sintra

No Campo Raso (perto da Base Aérea da Granja do  
Marquês)

Domingo, 26, às 13h

com actuação do grupo de MPP Fruta da Terra  
e de Nuno da Câmara Pereira

(Inscrições: tels. 0131870/81, 9142336)

### OLHÃO

**Fuseta - Almoço-convívio de apoiantes da CDU**, com a presença dos candidatos à Assembleia de Freguesia: domingo, 26, às 13h, no Restaurante Concha.

### PALMELA

«Urbanismo, Qualidade de Vida e Desenvolvimento» - debate integrado no ciclo «Um projecto de desenvolvimento para a nossa terra», promovido pela CDU: hoje, quinta-feira, às 21h30, no Auditório dos Bombeiros Voluntários de Pinhal Novo, com a participação dos candidatos Carlos de Sousa e Vitor Borrego.

### PÓVOA DE STA. IRIA

**Debate sobre Saúde**, integrado no ciclo «A Póvoa de Sta. Iria no virar do século»: sexta-feira, 24, às 21h30, na Sede da candidatura CDU (Quinta da Piedade, Lt. 72).

### PORTO

**Paranhos - Jantar de apresentação dos candidatos à freguesia**, com a participação de Ilda Figueiredo: sexta-feira, 24, às 20h, no Restaurante Cá Te Quero (Rua do Cunha, 351).

### SEIXAL

● **Apresentação dos candidatos da CDU à freguesia**, com a participação dos candidatos à CM e AM, Alfredo Monteiro e Eufrazio Filipe: domingo, 26, às 15h30, na sala da Sede do Seixal Futebol Clube. Animação musical por Luís Garcês.

● **Amora - Apresentação dos candidatos à freguesia**, com a participação de Alfredo Monteiro e Eufrazio Filipe: domingo, 26, à tarde, na Associação Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos da Amora.  
● **Arrentela - Apresentação dos candidatos à freguesia**, com a participação de Alfredo Monteiro e Eufrazio Filipe: domingo, 26, à tarde, na Sociedade Filarmónica União Arrentelense.

### SETÚBAL

**Brejos de S. Simão - Almoço-convívio** com a participação de Ruben de Carvalho, cabeça de lista da CDU à CM: domingo, 26, às 13h, na SIMBA.

### SINTRA

**Queluz - Inauguração da Sede CDU Queluz** (R. José Cipriano da Silv. Machado - Edifício D. Pedro IV) e encontro-convívio de apoiantes, com a participação de Lino Paulo e de Sérgio Soares: hoje, dia 23, às 18h30

### VIEIRA DE LEIRIA

**Almoço-convívio de Amigos da CDU** com a presença dos candidatos a todos os Órgãos Autárquicos do concelho: domingo, 26, às 12h30, na Casa das Febras (Inscrições: tel. 568676).

### VIMIOSO

**Fórum por Vimioso**: sábado, 25, às 15h, no salão da Biblioteca Municipal, com a participação de Helder Guerra, jornalista, Mário Jorge, médico, Leandro Vale, candidato à presidência da CM.

## REUNIÕES DE CÉLULAS DO PCP

Oeiras - Plenário de militantes da freguesia de Oeiras sobre as eleições autárquicas, com a participação de Vítor Sarmiento: terça-feira, 28, às 21h, no CT do PCP de Algés; reunião alargada de militantes do PCP, candidatos e activistas da CDU da freguesia de Carcavelos sobre as eleições autárquicas: terça-feira, 28, às 21h, no CT do PCP de Carcavelos.

## MDM distingue Laura Lopes

A Distinção de Honra do MDM acaba de ser atribuída a Laura Lopes, jurista, membro do Conselho Nacional do MDM, incansável lutadora pela causa das Mulheres e pelos seus direitos, pela Democracia e a Paz.  
A Distinção ser-lhe-á entregue no decurso de sessão pública promovida pelo Secretariado Nacional do MDM na Sociedade Filarmónica Incrível Almadense no próximo dia 26, domingo, às 15 e 30.

## Searas do Porvir

Exposição no Palácio  
Galveias comemorativa do 50º  
aniversário da fundação do  
MUD Juvenil  
Até 9 de Novembro

## Dia 2 de Novembro

promovidos pela Célula dos  
Trabalhadores da Autarquia de  
Almada do PCP:  
1 Rally Paper - Passeio-Mistério  
Almoço-convívio  
na Quinta da Atalaia  
Inscrições: até 26 de Outubro,  
Tel. 272 61 54

## TELEVISÃO

## Quinta, 23

## RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá  
10.10 Uma Estranha Dama  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Consultório  
14.30 Isto Só Vídeo  
15.05 Força de Mulher  
16.00 Na Paz dos Anjos  
16.40 Carmen  
17.30 Antenas no Ar  
19.00 País País  
19.40 País Regiões  
20.00 Telejornal  
20.50 As Lições do Tonecas  
21.25 A Grande Aposta  
22.25 Maria Elisa  
00.15 24 Horas  
01.05 Musical - Björk  
01.40 Motores

## RTP 2

15.00 Informação Gestual  
15.55 Falatório  
17.00 O Polvo  
18.00 Informação Religiosa  
18.45 Um, Dó, Li, Tá  
19.25 Basquetebol  
21.00 Acontece  
21.30 Olho Vivo  
22.00 Jornal 2  
22.30 Mistérios de Lisboa  
22.55 Coleções Privadas  
(de Just Jaeckin, Shuji Terayama e Walerian Borowczyk, Fr./Jap./1979, com Roland Blanche, Laura Gemser, Hiroshi Mikami. Erótico)  
00.40 Falatório  
01.35 Magazine

## SIC

09.10 Buééré  
10.30 Receitas do Dia  
11.00 Tocaia Grande  
12.00 Imagens Reais  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 O Juiz Decide  
14.00 O Cliente  
15.45 Buééré  
17.30 Mulheres de Areia  
19.00 O Amor Está no Ar  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 A Indomada  
22.00 Agora ou Nunca  
23.00 Esta Semana  
24.00 Último Jornal  
00.25 No Fim do Mundo  
01.45 Vibrações

## TVI

10.10 Animação  
11.30 Vamos ao Circo  
12.40 Cassandra  
13.30 TVI Jornal  
14.20 Mulher Perigosa  
14.50 Caprichos  
15.40 O Jogo da Vida  
16.30 O Barco do Amor  
17.30 O Xerife do Espaço  
18.00 Animação  
18.25 Em Nome da Justiça  
19.15 Primeira Mão  
20.00 Xica da Silva  
21.00 Directo XXI  
22.00 Ficheiros Secretos  
23.00 Segredo do Planeta dos Macacos  
(de Ted Post, EUA/1969, com Charlton Heston, James Franciscus, Linda Harrison. Ficção Científica)  
01.10 Doido por Ti  
01.35 Fora de Jogo  
01.55 A Balada de Hill Street

## Sexta, 24

## RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá  
10.10 Uma Estranha Dama  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Consultório  
14.30 Reformado e Mal Pago  
15.05 Força de Mulher  
16.00 Na Paz dos Anjos  
16.40 Carmen (Últ. Episódio)  
17.25 Riso, Mentiras e Vídeo  
19.00 País País  
19.40 País Regiões  
20.00 Telejornal  
20.50 A Grande Aposta  
22.40 Teatro: «O Fusível»  
00.30 24 Horas  
01.20 Escudo Humano  
(de Errol Morris, EUA/1991, com Lou Diamond Phillips, Guy Boyd, John Karlen, Jane Loranger. Mistério / Drama)

## RTP 2

15.00 Informação Gestual  
15.50 Falatório  
17.00 O Polvo  
18.00 Informação Religiosa  
18.30 Euronews  
19.10 Um, Dó, Li, Tá  
20.40 Remate  
21.00 Acontece  
21.30 Guerras no Jornal  
22.00 Jornal 2  
22.30 Mistérios de Lisboa  
22.55 Cerimónia de Amor  
(de Walerian Borowczyk, Fr./1987, com Marianna Piarro, Mathieu Carrière, Josy Bernard. Erótico)  
00.35 Falatório  
01.30 Estranhas Circunstâncias  
02.20 Música Maestro - «Mozart - Sinfonia nº 41»

## SIC

09.10 Buééré  
10.30 Receitas do Dia  
11.00 Tocaia Grande  
12.00 Imagens Reais  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 O Juiz Decide  
14.00 O Cliente  
15.45 Buééré  
17.30 Mulheres de Areia  
19.00 O Amor Está no Ar  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Srs. Doutores  
21.30 A Indomada  
22.30 All You Need Is Love  
23.30 Os Donos da Bola  
02.30 Último Jornal  
02.55 Os Astronautas

## TVI

10.05 Animação  
11.30 Vamos ao Circo  
12.40 Cassandra  
13.30 TVI Jornal  
14.20 Mulher Perigosa  
14.50 Caprichos  
15.45 O Jogo da Vida  
16.30 O Barco do Amor  
17.30 O Xerife do Espaço  
18.00 Animação  
18.25 Em Nome da Justiça  
19.15 Primeira Mão  
20.00 Xica da Silva  
21.00 Directo XXI  
22.00 Pretender  
23.00 Pânico no Ar  
(de Paul Ziller, EUA/1996, com Kate Jackson, Ed Marinaro, Erik Estrada, Maureen McCormick. Cuidado!)  
00.55 Doido por Ti  
01.15 Lanterna Mágica  
02.00 Fora de Jogo  
02.20 A Balada de Hill Street

## Sábado, 25

## RTP 1



Uma pequena galeria de homens ilustres para conhecer melhor, no fim-de-semana da RTP2 - de Arafat ao nosso poeta António Ramos Rosa

08.00 Espaço Infantil  
12.20 Isto Só Vídeo  
13.00 Jornal da Tarde  
13.40 Top +  
15.00 3000 Segundos  
16.00 Antenas no Ar  
18.05 Jet 7  
18.50 Há Horas Felizes  
20.00 Telejornal  
20.50 Riscos  
21.25 Riso, Mentiras e Vídeo  
22.45 Nikita  
23.45 24 Horas  
00.25 O Santo de Forte Washington  
(de Tim Hunter, EUA/1992, com Danny Glover, Matt Dillon, Rick Aviles. Ver Destaque)  
02.30 O Monstro  
(de Walerian Borowczyk, Fr./1975, com Sirpa Lane, Lisbeth Hummel, Elizabeth Kaza, Pierre Benedetti, Guy Trejean. Erótico)

## RTP 2

09.00 Universidade Aberta  
12.05 Vida por Vida  
12.20 Maravilhas do Mundo Moderno  
13.00 Ellen III  
13.30 Dinheiro Vivo  
14.00 Parlamento  
15.00 Desporto 2  
18.30 Prémios Mundiais da Música (II)  
19.30 2001  
20.00 Onda Curta  
(Surf Safari - Curta-Metragem de Guy Gicaid, 1996)  
21.00 Semana ao Sábado  
22.00 O Lugar da História  
23.00 Um Amor Inevitável  
(de Rob Reiner, EUA/1989, com Billy Crystal, Meg Ryan, Carrie Fisher, Bruno Kirby. Ver Destaque)  
00.40 Sinais do Tempo  
01.45 O Guia do Sexo

## SIC

08.00 Buééré  
11.55 O Nosso Mundo  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 Dragon Ball Z  
14.50 A Sentinela  
16.00 Marshall  
16.50 007 - Agente Irresistível  
(de Lewis Gilbert, Gr.Br./1977, com Roger Moore, Barbara Bach, Curt Jurgens. Ver Destaque)  
18.50 Sonho Meu  
20.00 Jornal da Noite  
20.50 Mundo VIP  
21.50 Salsa e Merengue  
22.45 Big Show Sic  
01.40 Último Jornal  
01.55 A Escada de Jacob  
(de Adrian Lyne, EUA/1990, com Tim Robbins, Elizabeth Peña, Danny Aiello, Matt Craven. Ver Destaque)

## TVI

09.30 Animação  
13.00 Caloiros  
13.30 Contra-Ataque  
15.15 Uma Família às Direitas  
15.45 Competente e Descarada  
16.45 Sedução e Loucura  
18.30 FX: Efeitos Mortais  
19.30 Futebol (Liga Espanhola)  
21.20 Directo XXI  
22.25 Edição Especial  
23.20 Picket Fences  
00.20 O Invencível  
(de Lo Wei, Hong-Kong/1972, com Bruce Lee, Nora Miao, Miao Ker, Tien Foong. Artes Marciais)

## Domingo, 26

## RTP 1

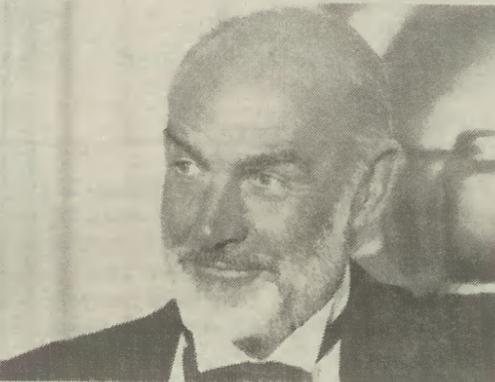
08.00 Infantil  
11.00 Último Nível  
11.35 Superbebés  
12.30 Jornal da Tarde  
12.55 Fórmula 1 - GP da Europa  
15.00 Made in Portugal  
16.15 Kung Fu  
17.15 Barafunda no Acampamento  
(Filme de John Cherry III, EUA/1987, com Jim Varney, Victoria Racimo, John Vernon. Comédia)  
18.55 Casa Cheia  
20.00 Telejornal  
20.35 Riscos  
21.10 Reis do Estúdio  
22.30 Domingo Desportivo  
00.15 24 Horas  
00.55 Polícias em Acção

## RTP 2

09.00 Caminhos  
09.30 Novos Horizontes  
10.00 70 x 7  
10.30 Missa  
11.20 Objectivo Lua  
12.05 Máquinas  
12.30 Jornal Jovem  
13.00 Sem Limites  
13.30 Jornal d'África  
14.00 A Lei das Ruas  
15.00 Desporto 2  
18.05 Idade Maior  
(de Teresa Villaverde Cabral, Port./1991, com Ricard Colares, Vincent Gallo, Teresa Roby, Maria de Medeiros, Joaquim de Almeida. Ver Destaque)  
19.35 Bom Bordo  
20.05 Artes e Letras - «António Ramos Rosa»  
21.30 Ela Voltou  
22.30 Horizontes da Memória  
22.30 Ópera: «The Makropulos Case»  
23.30 Vidas do Século - «Arafat»

## SIC

09.10 Buééré  
10.30 Receitas do Dia  
11.00 Tocaia Grande  
12.00 Imagens Reais  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 O Juiz Decide  
14.00 O Cliente  
15.45 Buééré  
17.30 Mulheres de Areia  
19.00 O Amor Está no Ar



Sean Connery quarta-feira no «Foyer»

08.30 Buééré  
11.55 BBC - Vida Selvagem  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 Dragon Ball Z  
14.40 Hércules  
16.00 Os Imortais  
17.00 Esquecer Paris  
(de Billy Crystal, EUA/1995, com Billy Crystal, Debra Winger, Joe Mantegna, Cynthia Stevenson. Ver Destaque)  
19.00 Sonho Meu  
20.00 Jornal da Noite  
20.45 Chuva de Estrelas  
21.45 Salsa e Merengue  
22.45 Shining  
(de Stanley Kubrick, EUA/1981, com Jack Nicholson, Shelley Duvall, Danny Lloyd, Scatman Crothers. Ver Destaque)  
01.00 Último Jornal  
01.25 Jô Soares

## TVI

10.10 Animação  
11.30 Vamos ao Circo  
12.40 Cassandra  
13.30 TVI Jornal  
14.20 Mulher Perigosa  
14.50 Caprichos  
15.40 O Jogo da Vida  
16.30 O Barco do Amor  
17.30 O Xerife do Espaço  
18.00 Animação  
18.25 Em Nome da Justiça  
19.15 Primeira Mão  
20.00 Xica da Silva  
21.00 Directo XXI  
22.00 Um Homem Sem Passado  
23.00 Linha de Fundo  
00.05 Doido por Ti  
00.40 A Balada de Hill Street

## Segunda, 27

## RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá  
10.10 Uma Estranha Dama  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Consultório  
14.30 Nico d'Obra  
15.05 Força de Mulher  
16.00 Na Paz dos Anjos  
17.15 Jogos sem Fronteiras  
19.00 País País  
19.40 País Regiões  
20.00 Telejornal  
21.05 Nós, os Ricos  
21.40 Grande Aposta  
22.35 Concurso 1, 2, 3  
01.00 24 Horas  
01.50 Horizontes de Memória

## RTP 2

15.00 Informação Gestual  
16.00 Falatório  
17.00 O Polvo  
17.50 Informação Religiosa  
18.20 Universidade Aberta  
19.10 Um, Dó, Li, Tá  
20.40 Remate  
21.00 Acontece  
21.30 Sarilhos com Elas  
22.00 Jornal 2  
22.30 Mistérios de Lisboa  
23.55 Nostalgia do Amor  
(de Dino Risi, It./1977, com Ugo Tognazzi, Ornella Muti, Mario del Monaco, Caterina Boratto. Ver Destaque)  
00.40 Falatório

## SIC

09.10 Buééré  
10.30 Receitas do Dia  
11.00 Tocaia Grande  
12.00 Imagens Reais  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 O Juiz Decide  
14.00 O Cliente  
15.45 Buééré  
17.30 Mulheres de Areia  
19.00 O Amor Está no Ar

## Terça, 28

## RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá  
10.10 Uma Estranha Dama  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Consultório  
14.30 As Lições do Tonecas  
15.05 Força de Mulher  
16.00 Na Paz dos Anjos  
17.25 Made in Portugal  
19.00 País País  
19.40 País Regiões  
20.00 Telejornal  
20.45 Não Há Duas sem Três  
21.30 A Grande Aposta  
22.30 Riso, Mentiras e Vídeo  
23.50 86-60-86  
00.25 24 Horas  
01.15 Magazine  
01.50 Polícias em Acção

## RTP 2

15.00 Informação Gestual  
16.00 Falatório  
17.05 O Polvo  
18.05 Informação Religiosa  
18.35 Rotações  
19.10 Um, Dó, Li, Tá  
20.40 Remate  
21.00 Acontece  
21.30 Companheiros  
22.00 Jornal 2  
22.35 Mistérios de Lisboa  
22.55 Caro Papá  
(de Dino Risi, It./1978, com Vittorio Gassman, Julien Guiomar, Aurore Clément, Stefano Madia. Ver Destaque)  
00.25 Falatório  
01.35 As Aventuras de Duckman

## SIC

09.10 Buééré  
10.30 Receitas do Dia  
11.00 Tocaia Grande  
12.00 Imagens Reais  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 O Juiz Decide  
14.00 O Cliente  
15.45 Buééré  
17.30 Mulheres de Areia  
19.00 O Amor Está no Ar  
20.00 Jornal da Noite  
20.50 Imagens Reais  
21.20 A Indomada  
22.20 Paródia Nacional  
24.00 Filhos da Nação  
01.00 Último Jornal  
01.25 Testemunha Silenciosa  
02.45 Vibrações

## TVI

10.10 Animação  
11.30 Vamos ao Circo  
12.40 Cassandra  
13.30 TVI Jornal  
14.20 Mulher Perigosa  
14.50 Caprichos  
15.45 O Jogo da Vida  
16.30 O Barco do Amor  
17.30 O Xerife do Espaço  
18.00 Animação  
18.25 Em Nome da Justiça  
19.15 Primeira Mão  
20.00 Xica da Silva  
21.00 Directo XXI  
22.00 Savannah  
23.00 A Vida Continua Amanhã  
(de Roger Young, EUA/1993, com Daniel Markel, Tracy Griffith, Zack Galligan. Drama / Guerra)  
01.00 Doido por Ti  
01.55 A Balada de Hill Street

## Quarta, 29

## RTP 1

08.00 Um, Dó, Li, Tá  
10.10 Uma Estranha Dama  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Consultório  
14.30 Nós os Ricos  
15.05 Força de Mulher  
16.00 Na Paz dos Anjos  
17.25 Casa de Artistas  
18.30 País País  
19.05 Vamos Jogar no Totobola  
19.40 País Regiões  
20.00 Telejornal  
20.50 Isto Só Vídeo  
22.25 A Grande Aposta  
23.25 Morrer em Las Vegas  
(de Mike Figgis, EUA/1995, com Nicolas Cage, Elisabeth Shue, Julian Sands, Richard Lewis. Ver Destaque)  
01.40 24 Horas

## RTP 2

15.00 Informação Gestual  
16.00 Falatório  
17.05 O Polvo  
18.05 Informação Religiosa  
18.35 Rotações  
19.10 Um, Dó, Li, Tá  
20.40 Remate  
21.00 Acontece  
21.30 Companheiros  
22.00 Jornal 2  
22.35 Mistérios de Lisboa  
22.55 Sou Fotogénico  
(de Dino Risi, It./1980, com Renato Pozzetto, Edwige Fenech, Aldo Maccione, Julien Guiomar. Comédia)  
00.35 Falatório  
02.30 Foyer - «Sean Connery»

## SIC

09.10 Buééré  
10.30 Receitas do Dia  
11.00 Tocaia Grande  
12.00 Imagens Reais  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 O Juiz Decide  
14.00 O Cliente  
15.45 Buééré  
17.30 Mulheres de Areia  
19.00 O Amor Está no Ar  
20.00 Jornal da Noite  
20.50 O Fantasma  
21.20 A Indomada  
22.20 Casos de Polícia  
23.30 O Século do Povo  
00.30 Último Jornal  
00.55 Toda a Verdade

## TVI

10.10 Animação  
11.30 Vamos ao Circo  
12.40 Cassandra  
13.30 TVI Jornal  
14.20 Mulher Perigosa  
14.50 Caprichos  
15.45 O Jogo da Vida  
16.30 O Barco do Amor  
17.30 O Xerife do Espaço  
18.00 Animação  
18.25 Em Nome da Justiça  
19.15 Primeira Mão  
20.00 Xica da Silva  
21.00 Directo XXI  
22.00 Cuidado com as Gémeas  
(de Jim Abrahams, EUA/1988, com Bette Midler, Lily Tomlin, Fred Ward, Edward Herrmann, Michel Placido. Ver Destaque)  
24.00 Doido por Ti  
00.35 Desporto Automóvel  
01.10 Fora de Jogo  
01.25 A Balada de Hill Street



Björk, uma nova estrela da pop-rock: hoje na RTP1



Mozart, de novo, na madrugada de sexta-feira: a Sinfonia nº 41

Nota:

A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

## TELEVISÃO

# Por isto e por aquilo...

## 007, Agente Irresistível

(Sábado, 16.50, SIC)

Dois submarinos nucleares, um soviético e o outro americano, desaparecem e os serviços secretos dos dois campos encarregam dois agentes para tentarem descobrir o sucedido: nada menos do que *James Bond* e uma bela major russa, de seu nome *Amasova*. Entretanto, os informadores de ambos os agentes são aniquilados por um terrível «gigante» de maxilares de aço, alcunhado bem a propósito *Jaws*. De pista em pista, os dois agentes vão parar à Sardenha onde descobrem que é um sinistro biólogo submarino, *Stromberg*, que detém os dois submarinos, preparando-se para destruir Moscovo e Nova Iorque. Mas, ao mesmo tempo que se vai entretendo (e bem) com a sua colega soviética, *James Bond* acaba por frustrar tão sinistros planos. Ou seja: em plena «guerra-fria», um exemplo de «coexistência pacífica» face à ameaça de terceiros... E, também, já agora, a primeira vez que *Roger Moore*, até certo ponto, faz esquecer *Sean Connery*. Já não é mau!

## Um Amor Inevitável (Sábado, 23.00, RTP2)

Realizado por um dos mais interessantes cineastas da nova geração de Hollywood, *Rob Reiner* - este é um filme que vive, sobretudo, da excelente escrita dos diálogos e da credibilidade e verosimilhança das situações e dos seus protagonistas, dois ingredientes que, naturalmente, contribuíram para o êxito que alcançou à época da sua estreia. Já conhecido de cor e salteado pelos telespectadores portugueses (o filme é, em regra, transmitido uma vez por ano!) trata-se, como se sabe, de uma brilhante comédia romântica que nos dá conta do imparável jogo de atracção e distanciamento entre *macho* e *fêmea*, ambos tentando escapar à mais desenfreada das paixões para se ficarem pelos bem mais razoáveis terrenos da sólida amizade. Duas boas interpretações de *Meg Ryan* e de *Billy Crystal*.



Roger Moore e Curt Jurgens, os dois principais intérpretes de «007, Agente Irresistível»



Jack Nicholson, em «Shining», de Stanley Kubrick

## O Santo de Forte Washington

(Sábado, 00.25, RTP1)

As referências são aparentemente positivas quanto à apreciação deste filme que nos fala de uma tragédia que, normalmente, está escondida das grandes parangonas dos jornais ou das manchetes dos serviços noticiosos televisivos - os *sem abrigo* que se multiplicam aos milhões na sociedade norte-americana. Entretanto, a estética subjacente ao filme aproxima-se muito mais dos «acabamentos» técnicos das produções comerciais de grande entretenimento do que da imagem crua da realidade, pelo que o filme não deixa de levantar um sem-número de interrogações quanto aos aspectos éticos do projecto. O que não faz esquecer as grandes interpretações de *Danny Glover* e *Matt Dillon*.

## A Escada de Jacob (Sábado, 01.55, SIC)

Igualmente com referências elogiosas, este filme que acompanha o quotidiano de um ex-combatente da Guerra do Vietname debruça-se sobre as alucinações que este experimenta, as quais, do ponto de vista fílmico, estabelecem alguma confusão acerca das suas motivações reais, até porque por vezes, em termos de «tempo cinematográfico», não se sabe à primeira vista em que situação nos encontramos - se no passado, se no futuro - o que é essencial para compreender as verdadeiras razões das alucinações do principal protagonista. Com *Tim Robbins*, um filme a descobrir nas suas motivações mais profundas.

## Esquecer Paris (Domingo, 17.00, SIC)

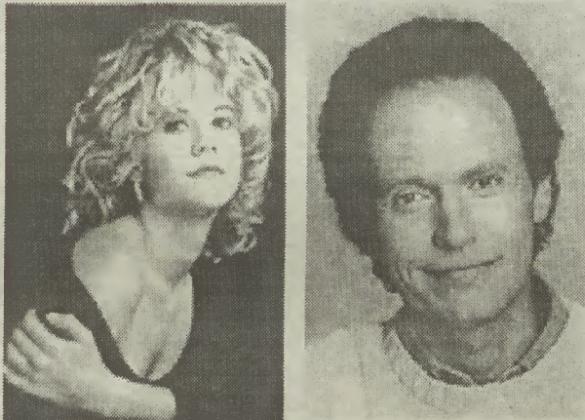
Comédia romântica sem preocupações de maior, esta história escrita pelo próprio *Billy Crystal* (aqui na pele de um árbitro de basquetebol) fala-nos dos problemas que envolvem a manutenção da «chama sagrada» para salvar um casamento. Ainda com *Debra Winger*, um filminho para fazer sorrir e entreter.



Um fotograma de «Cuidado com as Gémeas», com Bette Midler



Uma cena dramática de «A Escada de Jacob», com Tim Robbins no principal papel



Meg Ryan e Billy Crystal, na comédia «Um Amor Inevitável», de Bob Reiner

## Idade Maior (Domingo, 18.05, RTP1)

Primeiro filme de *Teresa Villaverde* - já uma das maiores certezas da nossa nova geração de realizadores - *Idade Maior* é uma das poucas obras cinematográficas pós-25 de Abril a abordar com coragem e frontalidade um dos mais trágicos acontecimentos do fascismo português - a guerra colonial - e, neste caso, as suas consequências na sociedade de então: um miúdo é confrontado com o regresso do pai do teatro de guerra e com os problemas de desajustamento que esse regresso representa na sua vida familiar. Nos principais papéis, o destaque vai para *Teresa Roby*, *Joaquim de Almeida* e *Maria de Medeiros*.

Um fotograma de «O Santo de Forte Washington», de Tim Hunter



## Shining

(Domingo, 22.45, SIC)

Adaptado de um romance de *Stephen King* - e transmitindo do ponto de vista cinematográfico uma angústia em tudo semelhante às obras deste autor literário - *Shining* é um dos mais impressionantes filmes de um cineasta maior dos EUA: *Stanley Kubrick*. A história começa por ser aparentemente simples: afim de ter suficiente paz de espírito para escrever um romance, um escritor aceita o emprego de vigilante de um hotel fechado durante a época baixa, se bem que o director do hotel o tenha advertido de que a casa parecia possuir «poderes» fora do normal já que, em circunstâncias idênticas, um anterior vigilante havia assassinado a mulher e dois filhos antes de se suicidar! O facto é que o filho do casal começa a revelar possuir poderes extra-sensoriais e comunica com um duplo. Aliás, antes de partir, o cozinheiro do hotel previne o miúdo de que, quem está possuído pelo *shining*, terá uma estadia no hotel repleta de grandes perturbações... Enfim, para não nos anteciparmos ao espectador, diga-se apenas que, a partir daí, começam a passar-se uma série de incidentes muito estranhos (e não menos assustadores). E *Kubrick*, manipulando a banda sonora com inultrapassável mestria, bem como utilizando a *steadycamera* para multiplicar *travellings* vertiginosos e estonteantes, consegue fazer esta coisa única: por um lado, apenas através do movimento, transforma situa-

ções inequivocamente realistas em momentos de alta intensidade parapsicológica, enquanto que privilegia os planos fixos nas sequências verdadeiramente imaginárias e de cariz fantástico. Um achado!

## Nostalgia do Amor (Segunda, 22.55, RTP2)

Neste primeiro filme de um ciclo dedicado pela RTP 2 a um dos mais desconcertantes realizadores italianos - *Dino Risi* -, a história gira à volta de uma vedeta de televisão que, de um momento para o outro sem cheta, se acolhe a um asilo para retirados, acabando por «salvar» uma empregada do asilo deste quotidiano vazio para a lançar na via do sucesso público. Uma sátira feroz ao mundo da televisão e às vedetas «pimba» que - como somos recordados - não nasceram hoje nem ontem... *Ugo Tognazzi* em grande forma e *Ornella Mutti*... em grande plano.

## Caro Papá (Terça, 22.55, RTP2)

Num tom completamente diferente da comédia - que normalmente associamos a um cineasta como *Dino Risi* - este segundo filme do ciclo constitui uma viragem nessas ideias feitas: *Marco*, o filho de *Milloza*, um rico industrial, milita num grupo extremista sob o olhar aparentemente indiferente do pai que, no entanto, não deixa de exercer um certo fascínio sobre o filho. Mas, um dia, um atentado contra o *Milloza* vai permitir essa aproximação com *Marco*, no fundo tão desejada. Um filme só aparentemente «datado», já que se debruça sobre o quotidiano de uma Itália afligida pelos atentados e pelos raptos políticos.

## Cuidado com as Gémeas (Quarta, 22.00, TVI)

Para quem gosta da constante hiperexcitação interpretativa de *Bette Midler*, esta história repleta de cenas hilariantes cuja origem está na confusão estabelecida entre dois pares de gémeas (já na idade de adultas) que haviam sido trocadas à nascença, na maternidade, dá como se poderá calcular pano para mangas.

## Morrer em Las Vegas

(Quarta, 23.55, RTP1)

Um produtor cinematográfico com a vida familiar destruída cai no abismo da dependência alcoólica e, a certa altura, num fortuito encontro de rua, cruza a sua tragédia com a solidão desamparada de uma prostituta, ambos tentando confortar-se mutuamente e dar um pouco de calor humano às suas almas esvaziadas. A localização desta história é Las Vegas e a incomensurável frieza dos seus *néons* e dos seus postigos frenesins lúricos ficam em plano secundário, como «ruído de fundo», rudemente captados pela câmara de 16 mm (!), num filme duro e trágico realizado por *Mike Figgis*, que também compôs a música e escreveu o argumento. Nos papéis principais encontramos *Nicolas Cage* e *Elisabeth Shue* que compõem de forma extraordinária as personagens de dois seres feridos, desesperados e marginais, numa tragédia do nosso tempo.

# Em português nos enojamos

■ Francisco Costa

**E**les inventam manifestações de lours. Eles inventam um candidato cigano à presidência da Câmara Municipal de Vila Verde. Eles chegaram ao ponto extremo (?) de já não se contentarem em só fazer «ficção» a partir da realidade, como era até aqui mais do que patente nos chamados «reality shows» que pululam pela estação. Agora, eles já chegam ao ponto de construir a própria «realidade» para, a partir dela, inventar espectáculos de ficção. Eles são a SIC - Balsemão, Rangel & Cia - um reduzido «núcleo duro» de homens e mulheres com poderes discricionários nas mãos e que, num certo sentido, seguramente correspondem àquilo que, no meio, se deve considerar «profissionais de mão cheia», já que demonstram no dia-a-dia não recuar perante nada nem ninguém para conseguir atingir o seu objectivo principal: o primado das audiências de televisão em Portugal.

Foi esta gente que serviu de pretexto a um documentário verdadeiramente implacável - «Esta Televisão é a Vossa» - transmitido anteontem pela cadeia franco-alemã «Arte» (captável entre nós via cabo ou satélite), num programa realizado por Mariana Otero e uma equipa da televisão francesa que, durante vários meses, estacionaram na SIC com as suas câmaras, filmando e gravando os bastidores de uma estação de televisão que (coisa considerada rara no panorama europeu), no espaço de cinco anos, conseguiu alcançar a meta almejada. Restava saber, à custa de quê e de quem. E era essa, afinal, a finalidade do programa.

## Uma total ausência de princípios

Comecemos, entretanto, pelo fim. Quase passando despercebida, uma legenda inserida nos derradeiros momentos deste documentário - constituindo, por um lado, uma fórmula habitual de agradecimento em relação à instituição e seus responsáveis que tinham sido objecto desta investigação jornalística - não deixava de ter, por outro lado, um significado mais profundo, demonstrando da parte dos seus autores claras preocupações de ordem deontológica, ainda por cima sublinhadamente exemplares por comparação com a total ausência de princípios a que os espectadores tinham acabado de assistir, certamente estupefactos, para não dizer indignados.

É que, ao destacar a total liberdade de que a equipa gozou para fazer o seu trabalho e a particular colaboração de Emídio Rangel, director da SIC, na concretização do mesmo, os autores do programa quiseram ao mesmo tempo significar que aquilo que acabáramos de ver e ouvir (por mais estranho que tal pudesse parecer) não fora conseguido à custa de processos mais ou menos tortuosos do ponto de vista da ética profissional, ou seja, porventura utilizando câmaras e microfones escondidos ou manipulando, na montagem final, situações fictícias ou declarações de responsáveis que pudessem não corresponder à realidade.

Não! O que se quis significar com aquela legenda é que as enormidades que acabáramos de presenciar eram tanto mais graves quanto, também nesta situação e contexto, a total falta de escrúpulos por parte dos jornalisticamente investigados jamais constituíra qualquer empecilho para que as estratégias internas fossem exibidas, em vez de escondidas no segredo dos gabinetes.

Quer dizer: a postura de Rangel e da corte de que este se faz rodear, certamente e merecidamente paga a peso de ouro, já não passa por deitarem areia para os olhos das pessoas ou por inventarem tiradas grandiloquentes destinadas a enganar os espectadores mais desprevenidos - como acontece com as frequentes «declarações ao país» da referida personalidade, para consumo interno, através das suas próprias câmaras, quando determinadas situações «aquecem» em termos de opinião pública. Pelo contrário: eles (e elas) fazem verdadeiro alarde em ser filmados e gravados dizendo aquilo que pensam e arquitectam com a maior das impunidades e

desvergonhas - o que diz bem da verticalidade de tal gente. Por tabela (e por caminhos ínvios) o facto é que esta postura tem, afinal, muito que ver com os mesmíssimos processos (para estes «profissionais» perfeitamente naturais e aceitáveis) através dos quais se exploram do ponto de vista da imagem e do som aqueles incautos que até pagariam, se necessário, para aparecer em frente das câmaras!

## Cenas verdadeiramente chocantes

E foi assim, numa sequência cada vez mais vertiginosa e em crescendo imparável, nem sequer necessitando de ter o trabalho de fazer entrevistas (!), antes primando pela quase ausência de comentário e sobretudo privilegiando com a maior das securas e distanciação a amostragem de sons e imagens - aparentemente desconexas de início, mas que acabavam por funcionar como as peças soltas de um sinistro puzzle que se ia arrumando e construindo - que nos foi dado ver a estratégia interna de uma estação de televisão privada como é a SIC. Uma estratégia traduzida em algumas cenas verdadeiramente chocantes que, no fundo, apenas serviram de confirmação à opinião daqueles que, por exemplo no campo da crítica televisiva (aquela que Rangel mais uma vez des-

- ao profundo desprezo por esses mesmos anunciantes, como ficou demonstrado com a qualificação de «salsicheiro» em relação ao (impensável!) patrocinador dos «Trapalhões»;

- aos argumentos invocados e ao diálogo verdadeiramente espantoso travado entre alguém que propõe alterações ao espaço de programação da manhã (para segurar frente ao aparelho as «donas de casa» e, assim, conseguir patrocinantes a elas dirigidos) e um Rangel, ainda céptico, que, condescendente, termina dizendo... «pensaremos nisso para o ano»;

- às manobras de contraprogramação tendentes a destruir o impacto da transmissão pelo primeiro canal da RTP do concurso da Miss Portugal ou do Campeonato da Europa de Futebol (considerados como «produtos que ameaçam a nossa programação»);

- às inenarráveis conversas telefónicas de Rangel com a TV Globo acerca das tentativas de arranjar telenovelas que possam constituir «factores de atracção» para o público espectador feminino, enquanto o masculino está preso ao tal futebol europeu;

- à criação daquilo a que, com a maior das canduras, Rangel chama a certa altura «o semestre da criatividade» (!!!), através da invenção de spots, separadores (numa palavra, o artificial «barulho de luzes») e de outras golpadas no terreno publicitário que conquistem audiências, numa reunião que termina com a seguinte palavra de ordem: «com boas ideias, mesmo à margem da lei, vamos forçar a barra!»;

- ao abatimento de Rangel ao receber dos serviços competentes a terrível notícia: «ontem perdemos 10% de share por a telenovela ter tido menos três minutos!»;

- à forma como as decisões quanto a alterações de última hora, golpes de rins nas grelhas e manobras de contraprogramação, tomadas pelos estrategos, são depois transformadas sucessivamente em texto, em locução, em imagens, e em produto final, nos spots de autopromoção;

- ao encarar de uma estratégia através da qual, depois de uma reunião de Rangel com os «trutas» máximos da estação - à frente dos quais se deixa filmar Balsemão -, poderá procurar-se alterar «a ideia que lá fora se faz da gente» (sic), no sentido de captar a compreensão e a empatia do espectador, a saber: por que não inventar «o mês da luta contra o cancro» ou «o mês do apoio aos cegos» ou «o mês da solidariedade com os afectados pela SIDA» ou «o mês do apoio à criança», quem sabe, talvez, com a criação de pedidos para as instituições com responsabilidades nestas áreas, telefonicamente organizados através da SIC...

Não, não se pense que estamos a inventar: para nossa vergonha, isto é muito mais pôde ser visto e ouvido, já não só nos nossos lares, mas por milhões de potenciais espectadores em todas as partes do Mundo.

Talvez para que o leitor perceba melhor o verdadeiro cariz desta «ditadura de novo tipo» que nos entra quotidianamente casas adentro - e da «verticalidade» dos que a servem - escolhemos uma frase proferida quase no final por Emídio Rangel numa reunião com seus subordinados e colaboradores, mais que nunca apropriadamente denominada *brainstorming*, e que, entre tantas e tantas outras que deixariam de boca aberta o mais desprevenido, explica bem o que pode passar pela cabeça de certa gente:

«Se a SIC adoptasse aquilo que eu venho defendendo desde 92 - que é: há maneiras de ganhar dinheiro para além daquela que resulta da simples inserção de spots publicitários na grelha -, a SIC já estava hoje muito mais lançada e com uma receita bem mais interessante. (...) No fundo, eu volto à minha velha e permanente tese: uma estação que tem 50% de «share» vende tudo, até o Presidente da República! Vende aos bocados: um bocado de Presidente da República para aqui, outro bocado para acolá, outro bocado para acolá, vende tudo! Vende sabonetes! Esta ideia não está ainda contida na vida da SIC, a SIC tem de ser, do meu ponto de vista, o «pivotal» para lançar outros projectos que não sejam só a incorporação de publicidade!»

Para bom entendedor...



prezou num aparte soez no decorrer do documentário), há muito já detectaram e vêm denunciando a grosseria, desonestidade e perversidade de algumas soluções.

Os espectadores puderam assim assistir, entre outras cenas: - à forma como se «inventam» notícias e multiplicam *fait-divers* para fazer com que o *Jornal da Noite* da SIC não termine antes do *Telejornal* da RTP 1 ou à decisão tomada de, no futuro, tentar completar uma hora de jornal «mesmo que a qualidade se perca»;

- ao estabelecimento do princípio de que, em determinadas situações de concorrência, a estratégia a seguir, nas palavras de Rangel, deverá ser «jornal contra jornal e telenovela contra telenovela»;

- às constantes alterações de programação, com total desprezo pelos horários e, por tabela, pela disponibilidade do espectador mas tendo sobretudo em atenção as contragolpadas também inventadas pela estação da 5 de Outubro; - à estratégia de puro *dumping* publicitário, baixando artificialmente os preços para manter e angariar mais patrocinadores e anunciantes;



## ÚLTIMAS

ATAHE  
DE FOICE

## A Balsalmonela

A suspensão do cronista João Carreira Bom decidida pelo director do Expresso, José António Saraiva, constituiu, esta semana, o corolário da degradação jornalística liderada nos últimos tempos pelas maiores empresas de Comunicação Social do grupo Pinto Balsemão - a do semanário Expresso e a do operador televisivo SIC.

Começando pelo Expresso e pelo caso João Carreira Bom, o que se passou resume-se, brutalmente, à suspensão de um colaborador de longos anos como castigo por um «delito de opinião». A isto se chegou, já, no Portugal democrático que o Expresso nunca enjeitá incensar, nomeadamente quando a ocasião propicié dividendos de prestígio.

E qual foi o «delito de opinião»? Apenas a ironia de uma crónica à volta do que é uma evidência do tamanho do País: a de que o presidente da SIC fornece aos telespectadores portugueses «produtos abjectos». José António Saraiva - que lera antecipadamente a crónica sem que tal provocasse qualquer reacção conhecida - não poderia ser mais óbvio na justificação que deu para suspender, a posteriori, o autor: «Não se pode ser tão violento com a pessoa que fundou o jornal.»

Ou seja: no jornalismo do sr. José António Saraiva pode ser-se violento com toda a gente - como cada número do seu Expresso o demonstra -, menos com o patrão da casa. Registe-se a confissão e respectiva espinha dorsal. Agora, a SIC.

Neste mundo, dirigido por Pinto Balsemão e operacionalizado por Emídio Rangel, a informação jornalística (para nós atermos a esta vertente da sua programação) chegou agora ao paroxismo de criar um programa (Os Filhos da Nação) onde todas as semanas se inventam notícias - factos forjados que são apresentados como verdadeiros para serem noticiados nos jornais, rádios e demais televisões - com o objectivo de, posteriormente, «debater» em estúdio o «estado da nação» através do efeito nos órgãos de Comunicação desses «factos» inventados pelo canal televisivo de Pinto Balsemão.

José Manuel Durão, administrador da SIC, torneou o escândalo de tal prática com o extraordinário argumento de que, neste programa de «informação e entretenimento», «não há ilegitimidade senão em função dos objectivos. Se estes são ilícitos, é ilegítimo. Mas o objectivo que pretendemos atingir é lançar o debate sobre assuntos importantes».

Portanto, para a SIC os objectivos da «informação» justificam quaisquer meios - mesmo os da burla sistemática.

Certamente que foi aplicando este magnífico princípio que a SIC despediu liminarmente uma jovem que, por ocasião da forjada «manifestação das loiras» para o programa d'Os Filhos da Nação, cometeu o erro de informar a RTP sobre a falsidade do «acontecimento». Aqui, nem foi necessário chegar-se ao «delito de opinião» de criticar o patrão para se expulsar a trabalhadora. Para a SIC, bastou a jovem cometer a asneira de contar o que se passava.

Para a SIC, dizer a verdade já é um delito.

Não podia ser mais lapidar, a jornalista francesa Mariana Otero, quando, no documentário que fez sobre a SIC para o canal por cabo ARTE, afirma que a estação de Carnaxide «não passa publicidade para financiar programas, compra programas para valorizar espaços publicitários», rematando, em conversa com o DN, que «a SIC faz o que a deixam fazer».

Ora aí está.

A salmonela é um género de bactérias patogénicas que constituem uma ameaça à saúde pública em qualquer parte do mundo.

Em Portugal, apareceu um novo tipo de salmonela localizada no grupo editorial de Pinto Balsemão, e que está a ameaçar a saúde pública da informação portuguesa.

Chama-se balsalmonela.

■ HC

# Quadros do PCP debatem banca e seguros

## Carlos Carvalhas denuncia benesses aos grupos financeiros

O Governo pretende «dar aos banqueiros o grosso dos 215 milhões de contos dos benefícios fiscais previstos no Orçamento de Estado», acusou o secretário-geral do PCP, na abertura de um debate realizado anteontem à tarde em Lisboa.

A iniciativa, promovida pelas coordenadoras nacionais do PCP para os sectores da banca e seguros, reuniu no Centro de Trabalho Vitória vários quadros do Partido, que focaram as suas atenções nos problemas sociais dos trabalhadores e nas consequências da privatizações e da formação dos grandes grupos financeiros.

Carlos Carvalhas afirmou que o Governo não quer tocar nos interesses instalados destes grupos, atitude que favorece a evasão e a injustiça fiscais. O dirigente comunista recordou que dois terços das empresas em situação legal não pagam IRC, enquanto as empresas públicas suportam metade deste imposto. Abordou ainda o problema do desemprego, que é cada vez mais de longa duração e que no sector bancário tem aumentado. «É cada vez maior o número de reformas compulsivas e de contratações precárias, sem qualquer vínculo», disse Carvalhas, referindo que nos últimos cinco anos, verificou-se a rescisão de



contratos a 2300 bancários, número que deverá ultrapassar os 3 mil até 1999.

O patronato da banca e dos seguros foi acusado de pressionar e intimidar os trabalhadores, além de eliminar direitos duramente conquistados anteriormente. O secretário-geral salientou que estas situações têm provocado o desagrado entre os trabalhadores, com reflexo no aumento dos protestos, mas o

Governo continua a mistificar a opinião pública, dizendo que dá prioridade à área social.

Nas empresa financeiras, acusou Carlos Carvalhas, tem havido regressão em vez de progresso social, a par da rapina dos

sua destruição, dando lugar a fortes grupos financeiros dominados pelo capital estrangeiro». Esta situação - que põe em causa «os interesses dos clientes, das populações, dos trabalhadores e mesmo do pró-

trabalhadores, apenas com vista ao maior lucro possível com os menores custos.

Uma declaração aprovada no encontro sublinha que «as instituições bancárias e de seguros que, ao longo dos anos, sempre foram reconhecidas como as mais representativas do sector financeiro nacional, estão a ser alvo de uma ofensiva que visa claramente a

prio País» - deve-se, segundo os quadros comunistas da banca e seguros, às políticas ultraliberales e à ambição dos banqueiros.

## Farsa em Vila Verde

«Não confundimos a dignidade e o respeito que nos merece a causa cigana com uma infeliz e, aparentemente, ingénua participação de alguns ciganos num programa de televisão que põe o lucro à frente dos escrúpulos», declarou o candidato da CDU à CM de Vila Verde, que recusou participar anteontem no programa televisivo «Filhos da Nação». Arlindo Fagundes divulgou segunda-feira um comunicado à população do concelho, apelando a que não se envolva «na farsa provocatória que a SIC se propõe levar à cena».

Para o cabeça-de-lista da CDU, estar no comício de apresentação da candidatura promovida pela SIC, com a cobertura da FER - iniciativa vastamente anunciada no canal de Carnaxide para anteontem à noite e discretamente anulada segunda-feira na sede da FER -, «seria prestar um mau serviço à causa das minorias», «seria responsabilizarmo-nos com a SIC numa afronta que não se dirige apenas a nós, mas a todos os portugueses, seria dar cobertura a eventuais incidentes que só viriam agravar uma situação que já foi longe de mais».

## O PCP na Argentina, no Chile e no Brasil

Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP, visitou na primeira quinzena de Outubro a Argentina, o Chile e o Brasil.

Na Argentina, Domingos Abrantes participou no seminário internacional «Ernesto Che Guevara - 30 anos», outras iniciativas de homenagem a Che Guevara organizadas pela revista «América Libre», e numa iniciativa internacional sobre a luta pela redução do horário de trabalho e a situação social na Europa, organizada pela representação parlamentar do Partido Comunista da Argentina.

No Chile, manteve conversações com a direcção do Partido Comunista do Chile e contactou

com responsáveis comunais e regionais e dirigentes sindicais, membros do PC Chileno. Domingos Abrantes avistou-se igualmente com dirigentes de outras forças políticas e participou numa iniciativa pública com a secretária-geral do PC do Chile, Gladys Marin. O camarada tomou conhecimento da luta dos comunistas chilenos e de outros democratas pelos direitos democráticos, bem como a luta pelos direitos humanos.

No Brasil, o dirigente do PCP participou no 9º Congresso do PC do Brasil, onde inter-

veio. Foi recebido na sede do Partido dos Trabalhadores, por Clara Ant, da direcção do PT, e pela Secção Internacional.

Na saudação enviada pelo PCP ao Comité Central do PC do Brasil afirma-se que «é com grande interesse e espírito solidário que os comunistas portugueses acompanham a evolução da situação no Brasil e a vossa acção em defesa dos interesses vitais dos trabalhadores, contra as privatizações e pela reforma agrária, apoiando o combativo e prestigiado Movimento dos Sem Terra, pela construção dum projecto político alternativo que defenda os interesses do país e do povo brasileiro, garantindo a independência e soberania nacionais».

## Faleceu José Malheiro

Na passada sexta-feira, dia 17, faleceu José Malheiro da Silva, médico e destacado militante comunista que pertenceu durante vários anos à Comissão Concelhia de Almada do PCP.

Empenhado dirigente associativo desde os tempos de estudante, em Coimbra, fez parte do MUD Juvenil e foi candidato pela CDE nas eleições de 1969. Foi preso pela Pide/DGS.

Intimamente ligado às associações populares, José Malheiro participou intensamente no 1º Congresso das Colectividades Portuguesas, em 1993; dois textos seus aqui apresentados foram editados pela CM de Almada, que lhe concedeu a Medalha de Ouro de Mérito e Dedicção. Já este ano, foi-lhe atribuída pelo Presidente da República a Comenda da Ordem de Mérito.

No funeral integraram-se os camaradas Blanqui Teixeira, José Vitoriano e Virgílio Azevedo e outros dirigentes e militantes do Partido.

